

Edmilson Amaro Tavares

Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde

O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

24.8.12

Edmilson Amaro Tavares

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas
Protegidas em Cabo Verde**

O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

24.8.12

Edmilson Amaro Tavares, autor da monografia intitulada **“Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta”** declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do seu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia aos, 23 de Agosto de 2012

/Edmilson Amaro Tavares/

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Economia e Gestão, Variante Projecto de Desenvolvimento e Cooperação.

Sumário

O presente trabalho monográfico intitulado “**Cooperação Institucional e Gestão das áreas protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**” enquadra-se no âmbito do curso de licenciatura em Economia e Gestão, variante Projecto de Desenvolvimento e Cooperação, realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

A criação de áreas naturais protegidas vem aumentando em todo o mundo, mas os modelos de gestão utilizados nem sempre viabilizam a sua efectividade. Perante esta situação, as dificuldades enfrentadas para criar e gerir essas áreas de acordo com os princípios da sustentabilidade, constituem constrangimentos e desafios que requerem medidas de políticas adequadas. Assim, tendo em consideração as vantagens do modelo de gestão participativo para as áreas protegidas, o presente trabalho tem por objectivo analisar a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta e evidenciar a contribuição da cooperação institucional para a gestão do mesmo.

Para a realização deste trabalho foi utilizada a metodologia qualitativa, com enfoque para a análise SWOT, de forma a identificar os pontos fortes e as fraquezas, as oportunidades e as ameaças sobre cooperação institucional e gestão das áreas protegidas em Cabo Verde, com realce para o caso do Parque Natural de Serra Malagueta.

Com a realização deste trabalho, concluiu-se que, com base na análise SWOT das informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa que o Parque Natural de Serra Malagueta, para além das suas potencialidades, possuem fraquezas e ameaças que condicionam a sua gestão, o que deve ser superado recorrendo a cooperação institucional, aproveitando assim, as oportunidades a esse respeito.

Palavras-chave: Áreas; conservação; cooperação; gestão; protegidas

“Como os homens não podem criar novas forças, mas só unir e dirigir as que já existem, o meio que têm para se conservar é formar por agregação uma soma de forças que vença a resistência, com um só móvel pô-las em acção e fazê-las obrar em harmonia.”

Rousseau (2004:31)

Agradecimentos

A conclusão da licenciatura nessa área facultou-me um acréscimo ímpar do conhecimento tanto em termos intelectuais como morais, pelo que agradeço à Deus por todas as oportunidades de aprendizagem que pude experimentar. Sendo impossível agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho quero manifestar o meu agradecimento e gratidão.

Um agradecimento especial, é endereçado, ao meu Orientador, Professor Mestre Simão Paulo Rodrigues Varela, pelo envolvimento, estímulo, dedicação, orientação criteriosa e pela disponibilidade e rigor demonstrado ao longo da elaboração da monografia.

À equipa do Parque Natural de Serra Malagueta, na pessoa do seu Director, Dr. João Monteiro Mascarenhas e do Sr. Evaldino, Monitor Ambiental, Técnico de Ecoturismo do Parque Natural de Serra Malagueta, pelas suas disponibilidades e colaboração.

Ao Dr. João Soares Gomes, Coordenador do plano Ambiental da Câmara Municipal de Tarrafal, ao Engenheiro Jianito Furtado, Técnico Ambiental da Delegação do Ministério de Desenvolvimento Rural Tarrafal/São Miguel e ao Engenheiro Celestino Gomes Mendes Tavares, Coordenador dos Serviços da Agricultura da Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, pelas suas colaborações, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Um obrigado muito especial à todos os entrevistados que se prontificaram para serem entrevistadas, o que me permitiu obter informações indispensáveis a realização deste trabalho.

Agradeço à minha família, enquanto minha âncora, em especial à minha mãe e ao meu pai (sendo este em memória) pela formação moral e ética que me permitiu concluir mais uma etapa da minha vida.

À minha querida namorada Fátima, que com o seu amor incondicional me deu forças para conseguir ultrapassar tudo.

À todos, o meu profundo agradecimento.

Índice

Introdução	13
1. Contextualização	13
2. Relevância da pesquisa	17
3. Enunciação das hipóteses e perguntas de partida.....	18
4. Objectivos do trabalho	19
4.1. Objectivos gerais	19
4.2. Objectivos específicos.....	19
5. Estrutura do trabalho.....	19
Capítulo 1: Abordagem teórica e metodológica	21
1.1. Apresentação de conceitos	21
1.2. Perspectivas históricas	26
1.3. Categorização das áreas protegidas	30
1.4. Especificidades ambientais das zonas insulares.....	33
1.5. Cooperação institucional e gestão de áreas protegidas	35
1.6. Abordagem metodológica	43
Capítulo 2: Caracterização de Cabo Verde	46
2.1. Caracterização geográfica	46
2.2. Dinâmica demográfica.....	47
2.3. Caracterização económica	50
2.4. Biodiversidade e conservação de natureza	53
2.5. Caracterização de áreas protegidas	56
2.6. Situação ambiental	61
2.7. Legislação e políticas ambientais.....	67
Capítulo 3: Cooperação institucional e gestão de áreas protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta.....	74
3.1. Caracterização do Parque Natural de Serra Malagueta	74
3.1.1. Localização geográfica	74
3.1.2. Dinâmica demográfica	75
3.1.3. Actividades económicas.....	76
3.1.4. Caracterização sociocultural.....	78
3.1.5. Situação ambiental	82
3.2. Análise e discussão das informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa .	86
3.2.1. Síntese da análise SWOT.....	105
Conclusão.....	109
Bibliografias e Legislação	113
Apêndices.....	121
Anexos	125

Quadros

Quadro 1: Numero e extensão de áreas protegidas de acordo com o IUCN.....	33
Quadro 2: Estrutura da rede de área protegida (AP)/área marinha protegida (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria.....	60
Quadro 3 - Pacote legislativo em matéria de ambiente e conservação da natureza.....	72
Quadro 4: Pontos fortes e fraco.....	106
Quadro 5: Oportunidades e ameaças.....	107

Figuras

Figura 1: Esquema metodológica da monografia.....	45
Figura 2: Localização do arquipélago de Cabo Verde.....	47

Gráficos

Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde 1940 a 2010	49
Gráfico 2: Distribuição de espécies endémicas por ilhas.	65

Siglas e abreviaturas

AP (s)	Áreas protegidas
BCV	Banco de Cabo Verde
BES	Banco Espírito Santo
CCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CCD	Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação
CCL	Comité Consultivo Local
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGASP	Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária
ENPADB	Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Ambiente
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGRH	Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MAA	Ministério de Ambiente e Agricultura
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PNSM	Parque Natural de Serra Malagueta
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e da Habitação
SDTIBM,SA	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio
SEPA	Secretariado Executivo Para o Ambiente
SIA	Sistema de Informação Ambiental
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

1. Contextualização

A história tem evidenciado que o processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem-estar global das sociedades humanas estiveram sempre assente numa dependência direta entre o homem e o ambiente o que tem sido traduzida numa utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais. A exploração destes recursos nas proporções exageradas e descontroladas estão vindo a colocar em perigo sua existência. Esta constatação surgiu da tomada de consciência de que a revolução industrial e o consequente desenvolvimento tecnológico, apesar dos benefícios que trouxeram para a humanidade, provocaram uma série de consequências desastrosas como o êxodo rural, a crescente urbanização, a poluição dos solos, da água e do ar, o esgotamento de importantes recursos naturais, nomeadamente, a degradação da biodiversidade terrestre e marinha¹.

O conceito de desenvolvimento sustentável e a consciencialização do Homem, face ao eminente perigo de esgotamento dos recursos naturais começou a ser realidade na década 80, com a elaboração da Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza que se traduziu pela

¹Vide Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 20012>

necessidade premente de harmonizar o processo de desenvolvimento e a exploração desenfreada dos recursos².

Face às preocupações sobre o crescente impacto da actividade humana sobre os recursos naturais, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1983 a criar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para discutir e propor meios de acordar os dois objectivos - desenvolvimento económico e conservação ambiental³.

A preservação do ambiente como forma de garantir a vida do homem na terra é uma preocupação assumida pela Comunidade Internacional. O desejo mundial de conservar e preservar os recursos naturais, garantindo assim a sua utilização sólida, foi assumida em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Rio de Janeiro, no Brasil, no qual resultou numa Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), constituída por 42 artigos que estabelecem um programa para reconciliar o desenvolvimento económico com a necessidade de preservar todos os aspectos da diversidade biológica⁴.

As mudanças na relação sociedade natureza implicaram o avanço das acções antrópicas no ambiente alterando as características físicas, químicas e biológicas do meio. O desafio actual é assegurar que considerável parte da natureza seja protegida e uma das alternativas para a preservação da biodiversidade e conservação dos recursos ambientais é a criação e implantação de áreas protegidas (Moirão, 2010:14).

Cabo Verde é um arquipélago oceânico inserido na Região Macaronésia com influências da Região Saheliana, dotada de características climáticas, geológicas, marinhas,

²Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 2012>.

³ Idem.

⁴Cfr. Rocha, Y. C. *et all.* - Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental (NCSA -GEM) – Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três convenções (Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD), Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), Documento final, Praia, Abril de 2007 p.5.

geomorfológicas, botânicas e zoológicas peculiares. Esta particularidade faz com que o arquipélago seja específico entre os outros da vasta área atlântica⁵.

A interacção de uma série de factores físicos, biológicos, sociais e económicos caracteriza o estado do ambiente em qualquer país. O avanço da desertificação na zona do Sahel, a escassez de recursos hídricos e a natureza insular oceânica são problemas ambientais muito próprios que predeterminam a natureza, a cultura e a economia da sociedade cabo-verdiana⁶.

Cabo Verde sendo um pequeno estado insular constituído por dez ilhas e oito ilhéus de origem vulcânica, o isolamento contribuiu significativamente para as baixas diversidade e abundância de recursos, para a exploração intensiva destes e para o surgimento de algumas espécies endémicas. A natureza insular do arquipélago aliado às acções nefastas de factores climáticos e antrópicos, vem contribuindo ao longo dos tempos para a degradação dos seus recursos. Esta situação exige a implementação de medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais de todo o território nacional⁷.

Com o objectivo fundamental de gerir racionalmente os seus fracos recursos genéticos ameaçados de esgotamento, Cabo Verde assinou em 1992 a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). As acções desenvolvidas após a assinatura da Convenção expressam a vontade política do Governo de Cabo Verde e do desempenho das suas instituições vocacionadas para a protecção ambiental. Porém, essas acções sempre se revelaram insuficientes para a conservação da diversidade biológica, face ao fraco envolvimento dos vários utilizadores locais, nomeadamente os pescadores, os agricultores, os pastores, os criadores de gado e os exploradores de lenha, dos recursos biológicos e à deficiente coordenação entre as instituições estatais⁸.

Em 29 de Março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção sobre a CDB, comprometendo-se perante a Comunidade Internacional a promover a implementação dos objectivos e

⁵Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei nº 32003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas, 2003 p.3.

⁶Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv>>, consultado em Fevereiro de 20012>.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

princípios que constam desse documento. Assim, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) estabelece a necessidade e obrigação das diferentes partes em elaborarem as estratégias e os planos de acções visando a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e sua consequente integração nos planos sectoriais, constituindo assim o Plano Nacional de Desenvolvimento⁹.

É de realçar que Cabo Verde deu passos importantes na criação de um sistema de área protegida (AP). A Estratégia e o Plano de Acção Nacional da Biodiversidade (1999) definiram habitats prioritários para conservação em Cabo Verde, que são representativos do património em matéria de biodiversidade do país, servindo posteriormente de base para o estabelecimento legal da rede nacional de AP em 2003¹⁰.

Com vista à preservação do valioso património natural, foram declaradas 47 sítios compreendendo tanto áreas marinhas/costeiras protegidas como terrestres e vários projectos de conservação têm sido implementados. Porém, 44 dessas APs declaradas em 2003, ainda não se verifica, e conseqüentemente, muitas delas estão a degradar-se e a ser destinada para outros fins e usos¹¹.

Cabo Verde, a semelhança dos outros países insulares, a sua fragilidade da diversidade biológica, deriva dos processos de isolamento e de recolonização, contudo a sua biodiversidade é caracterizada por um número elevado de endemismos e uma taxa elevada de perdas de espécies. A fragilidade desses ecossistemas e a constante pressão climática e demográfica exercida sobre os mesmos, ao longo dos tempos, levaram ao estado de degradação extrema dos organismos vivos e dos seus *habitats*¹².

Os recursos biológicos ainda existentes nas ilhas contribuem para a sobrevivência do Homem cabo-verdiano se forem racionalmente geridos. Para além da importância socioeconómica, os

⁹Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 20012>.

¹⁰Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Programa Estratégico do GEF para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, 2010 p.8.

¹¹Vide Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei nº 32003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas, 2003 p.30.

¹²Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, 1999- Disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 20012>.

recursos faunísticos e florísticos cabo-verdianos detêm valores que fazem parte do património mundial. A conservação desses valores nos seus ecossistemas de origem não só expressa o compromisso da geração actual para com as gerações vindouras, como também contribui para a valorização ética do povo cabo-verdiano. Assim, a importância socioeconómica, ecológica e científica e o estado de degradação dos endemismos já identificados nos ecossistemas marinhos e terrestres, tem vindo a suscitar a atenção das autoridades cabo-verdianas e da Comunidade Científica Internacional¹³.

A não existência de uma gestão eficaz dos recursos marinhos e terrestres conduz a degradação dos mesmos, assim surgem as áreas protegidas (APs) como instrumentos que dão um contributo vital para a conservação dos recursos naturais e culturais, tendo entre outras, a função de proteger os *habitats* naturais e seus recursos biológicos e a manutenção do equilíbrio ecológico das regiões onde estão inseridas.

2. Relevância da pesquisa

Trata-se do primeiro trabalho monográfico sobre esse tema, e que poderá contribuir para o aprofundamento de conhecimentos sobre a cooperação institucional e gestão de áreas protegidas em Cabo Verde, com realce para o Parque Natural de Serra Malagueta.

O arquipélago de Cabo Verde, como país insular, possui ecossistemas frágeis, que a tornam muito vulnerável ecológica e economicamente, com a biodiversidade ameaçada, e redução de recursos e oportunidades de desenvolvimento.

As acções desenvolvidas por Cabo Verde, após a assinatura da Convenção sobre a Biodiversidade sempre se revelaram insuficientes para a conservação da diversidade biológica, face ao fraco envolvimento dos vários utilizadores locais, à deficiente coordenação entre as instituições estatais, o que poderá ser invertido, se forem aplicadas as orientações desse estudo, com ganhos a nível sócio-económico, garantindo assim uma gestão eficaz e eficiente das Áreas Protegidas em Cabo Verde, com realce para o Parque Natural de Serra

¹³Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 2012>.

Malagueta, visto que este trabalho vem de encontro com as políticas nacionais no que tange a gestão dessas áreas e a protecção do meio ambiente.

A autoridade cabo-verdiana tem-se empenhado na adopção de medidas de políticas e estratégias para garantir o ordenamento e gestão de áreas protegidas que, para além de constituírem património nacional, contribuem também para a preservação e equilíbrio ambiental global, bem como para a diversificação da oferta turística nacional. Ainda, é de realçar que, para além da elaboração e implementação dos instrumentos de ordenamento e gestão do território pelo Governo Central, nomeadamente o pacote legislativo e os Planos de Gestão das áreas protegidas, o que associado aos Planos Directores a Municipais, é necessário desenvolver trabalho de investigação desta natureza, enquanto requisito parcial para a obtenção do grau académico, sirva de suporte à gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, o que é extensivo à todas as áreas protegidas em Cabo Verde.

3. Enunciação das hipóteses e perguntas de partida

Para a realização desta investigação, formularam-se das seguintes hipóteses:

H1: Há uma boa gestão do Parque Natural de Serra Malagueta.

H2: Deparam-se com fraquezas e ameaças que condicionam a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta.

H3: Tendo em consideração as potencialidades e as oportunidades existentes, deveria ser feita uma melhor gestão desse parque.

H4: Com a melhoria da cooperação institucional poderá ser feita uma gestão eficaz e eficiente desse parque.

Tendo em consideração o exposto, colocou-se as seguintes perguntas de partida:

1. Quais as potencialidades e as oportunidades do Parque Natural de Serra Malagueta?
2. Quais as fraquezas e as ameaças que condicionam a gestão desse Parque Natural?
3. De que forma a cooperação institucional pode contribuir para uma melhor gestão desse Parque Natural?

4. Objectivos do trabalho

4.1. Objectivos gerais

São os seguintes objectivos gerais deste estudo:

- Analisar a Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta; e
- Evidenciar a contribuição da cooperação institucional na gestão desse Parque Natural.

4.2. Objectivos específicos

Presente pesquisa tem, entre outros, os seguintes objectivos específicos:

- Identificar as forças e as oportunidades, as fraquezas e as ameaças a respeito da gestão do Parque Natural de Serra Malagueta
- Conhecer o sistema de gestão do Parque Natural de Serra Malagueta;
- Conhecer a importância da cooperação institucional na gestão desse Parque Natural; e
- Propor medidas de políticas e estratégias a nível da cooperação institucional que contribuam para a melhoria da gestão desse Parque Natural.

5. Estrutura do trabalho

Com o propósito de facilitar uma rápida e sólida compreensão do conteúdo deste trabalho, para além das partes pré-textuais e pós-textuais, da introdução e da conclusão, encontra-se estruturada em 3 (três) capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, **abordagem teórica e metodológica**, apontou-se o abordagem teórica e metodológica, no qual procedeu-se a clarificação dos conceitos básicos que apresentam-se ser pertinentes para uma melhor compreensão do trabalho e uma análise das perspectivas históricas. Apresenta-se a categorização das áreas protegidas e de igual modo, discorre-se sobre as especificidades ambientais das zonas insulares, a cooperação institucional e gestão de áreas protegidas e a abordagem metodológica.

O segundo capítulo fez-se a **caracterização de Cabo Verde**, analisando a sua localização geográfica, a sua dinâmica demográfica, a sua caracterização económica, a biodiversidade e conservação de natureza, a caracterização de áreas protegidas a sua situação ambiental e a sua legislação e políticas ambientais.

No terceiro capítulo, **Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta** apresentou-se a caracterização do Parque, analisando a sua localização geográfica, a sua dinâmica demográfica, as actividades económicas, a sua caracterização sociocultural e a sua situação ambiental. Ainda, este capítulo traz a análise e discussão das informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa, a análise SWOT sobre a cooperação institucional e gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, bem como a síntese da análise SWOT.

Capítulo 1: Abordagem teórica e metodológica

1.1. Apresentação de conceitos

Para uma melhor compreensão deste trabalho, foram definidos os seguintes conceitos:

- **Área protegida**

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)¹⁴ conceitua-a como uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrado à protecção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e património cultural associados, e gerida através de meios legais, ou outros eficazes¹⁵.

Áreas protegidas (APs) são espaços territorialmente demarcados, cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (Medeiros, 2003).

As áreas protegidas (APs) são instrumentos críticos utilizado para conservar a biodiversidade terrestre e marinha. Elas, ainda, promovem a gestão sustentável dos recursos naturais, nomeadamente através da utilização das promissoras abordagens participativas para a

¹⁴Órgão criado em 1948 vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU) visando promover acções científicas objectivando a conservação da natureza, desempenhando um papel importante no desenvolvimento da filosofia de áreas naturais protegidas, actuando também no assessoramento para o planeamento e gestão destas áreas em nível mundial.

¹⁵Cfr. *International Union for Conservation of Nature (IUCN) - Defining Protected Area Management Categories*, disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html, consultado a 16/04/2012>.

conservação. Embora a capacidade de gestão das AP ainda seja incipiente, as experiências existentes indicam os seus benefícios, não só em termos de conservação da biodiversidade indígena (e, em grande parte, endémica), mas também em termos dos benefícios que as populações locais extraem dos meios de subsistência sustentáveis¹⁶.

As áreas protegidas são as zonas do território nacional, sobre as quais a nação exerce soberania e jurisdição e onde os ambientes naturais originais não tenham sido significativamente alterados ou degradados pela actividade humana. Elas dão um contributo vital à conservação dos recursos naturais e culturais do mundo.¹⁷

- **Biodiversidade**

A biodiversidade ou diversidade biológica é a variedade e a variabilidade existente entre os organismos vivos e as complexidades ecológicas nas quais elas ocorrem. Ela pode ser entendida como uma associação de vários componentes hierárquicos, nomeadamente, ecossistema, comunidade, espécies, populações e genes em uma área definida¹⁸. E a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) a define como, a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo inter alia dos ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem¹⁹.

- **Cooperação**

Cooperar ou *cooperare* (*cum e operari*), verbo de origem latina, que significa “obrar simultaneamente para o bem público, trabalhar em equipa, ajudar, auxiliar”²⁰. Dele deriva o substantivo cooperação, que conforme Pinho (1966:43), “é uma forma de integração social e pode ser entendida como acção conjugada de indivíduos, para alcançar o mesmo objectivo”.

¹⁶Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.8.

¹⁷Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004 p.62.

¹⁸Vide Agência Europeia do Ambiente, biodiversidade. Disponível em: <<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/biodiversity>>, consultado em 27 de Julho de 2012>.

¹⁹Vide Comissão Europeia, Convenção sobre a Diversidade Biológica: Implementação na União Europeia, Serviços das Publicações das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2006 p.6.

²⁰Vide Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004 p.45.

Cooperação em sentido lato é o acto de colaborar ou unir esforços para a realização de um projecto comum ou para o desenvolvimento de um campo de conhecimento²¹.

No contexto da teoria da cooperação, o termo é utilizado como conceito de acção, e também como institucional. Como conceito de acção a “Cooperação é a acção consciente de unidades económicas (pessoas físicas ou pessoas jurídicas) para uma finalidade comum, sendo as actividades individuais dos participantes coordenadas através de negociação e acordo”. Neste conceito, a Cooperação implica na interacção consciente de várias pessoas, uma vez que o estabelecimento da finalidade comum exigirá uma conduta individual interdependente. Como conceito institucional, a cooperação se refere a uma instituição ou organização, que é denominada cooperativista. Esta organização se baseia essencialmente no livre acordo de vontades individuais para alcançar objectivos de emancipação e de expansão económica e social²².

- **Conservação**

Conservação é um conjunto de directrizes planeadas para a gestão e utilização sustentada dos recursos naturais, a um nível óptimo de rendimento e preservação da diversidade biológica²³.

O conceito de conservação aplica-se à utilização racional de um recurso qualquer, de modo a se obter um rendimento considerado bom, garantindo-se, entretanto, sua renovação ou sua auto-sustentação²⁴.

- **Desenvolvimento sustentável**

Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias

²¹Cfr. Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, Dicionário da língua portuguesa-com acordo ortográfico, disponível em: <<http://www.infopedia.pt/língua-portuguesa/coopera%C3%A3o>, consultado em 05 de Agosto de 2012>.

²²Cfr. Valadares, J. H., A Moderna Administração em Cooperativas – MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getúlio Vargas – Cursos “*in Company*”. Rio de Janeiro, disponível em: <http://www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administr_Co...-Brasil, cessado em 12 de Junho de 2012>.

²³Cfr. Portal Educação, Artigos de Biologia, o que é conservação, disponível em: <<http://www.Portaleducacao.com.br/biologia/artigos/7087/o-que-e-conservacao>, consultado em 12 de Agosto de 2012>.

²⁴Cfr. Embrapa - Glossário, disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/Feijao_VarzeaTropical/glossario.htm, acessado em 12 de Agosto de 2012>.

necessidades²⁵. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável tem como objectivo a melhoria das condições de vida dos indivíduos mas preservando a, simultaneamente, o meio envolvente a curto, médio e sobretudo longo prazo. Tal pode ser conseguido através de desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável²⁶.

Desenvolvimento sustentável é um padrão de transformações estruturais e sociais que optimizam os benefícios sociais, ambientais e económicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro²⁷.

- **Gestão**

Segundo Rezende (2007) *apud* Santos *et all* (2008:20), ao se pensar na palavra “gestão” pode-se estar se referindo à gestão de pessoas, gestão de projectos, gestão do conhecimento, gestão financeira e outras mais. Importante seria reflectir sobre sua abrangência e identificar quando é genérico e quando é específico. Considerando que na administração a gestão possui na sua formação elementos das diversas vertentes, para o seu sucesso, torna-se necessária uma acção harmónica e equilibrada.

Conforme Sá (2005) *apud* Santos *et all* (2008:20), a gestão é um termo genérico que sugere a ideia de dirigir e de decidir. Refere ainda, que nas expressões administração, gerência e gestão são sinónimas.

Para Milano *et all* (1993:13) a gestão têm sido entendido como “o conjunto de actividades administrativas e seu próprio controle, ou seja, actividades relacionadas à gerência, gestão ou administração dos negócios e actos necessários à efectiva realização do manejo, tais como controle de pessoal, licitação, contabilidade, aquisição e manutenção de bens, entre outras”. No entanto, o termo gestão tem sido utilizado para designar atitudes similares em categorias diferentes de unidades de conservação.

²⁵Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 20012>.

²⁶Cfr. Paula Nunes (2008), conceito de desenvolvimento sustentável, disponível em: <<http://www.knoow.net.cienceconempr/economia/desenvolvimentosustentavel.htm>, acessado em Agosto de 12>.

²⁷Cfr. Revista de Administração de empresas, ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável, São Paulo, Junho de 1992, disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_s0034-7501992000200003.pdf>.

- **Gestão de espaços naturais**

Entende-se por gestão de espaços naturais um conjunto de acções e de instrumentos, tais como a organização, a administração, o manejo, a execução, a protecção e a conservação dos elementos de um determinado espaço, conciliando-se os interesses de conservação do sistema ecológico com o uso sustentável dos recursos naturais, integrando os actores sociais²⁸

- **Gestão de áreas protegidas**

É o processo que encerra o equilibrado planeamento, coordenação e controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objectivos que norteiam a existência da área protegida (Faria, 2004 *apud* Mourão, 2010:28).

Gerir uma determinada área protegida, seja em seus aspectos físicos, bióticos, económicos ou sociais, significa exercer sobre ela um conjunto de acções políticas, legislativas e administrativas, para que, partindo de uma realidade actual se possa atingir um novo cenário, previamente planeado, segundo objectivos preestabelecidos²⁹.

- **Gestão ambiental**

Gestão ambiental pode ser definida como a implementação pelo Governo de sua política ambiental, mediante a definição de estratégias, acções, investimentos e providências institucionais e jurídicas com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável (Philippi Jr. & Maglio, 2005 *apud* Cerati *et al* 2011:4).

A Gestão Ambiental compreende a direcção, a condução e o controle, pelo Governo, do uso dos bens ambientais de acordo com a capacidade de suporte do meio. A gestão faz-se através de instrumentos e inclui medidas económicas, regulamentos e normalização, investimentos e

²⁸Cfr. Resolução n.º40/2008, de 8 de Dezembro, Praia, 2008, que aprova o Plano de Gestão de Serra Malagueta Resolução n.º40/2008, de 8 de Dezembro, que aprova o Plano de Gestão de Serra Malagueta e estabelece a conservação e valorização da biodiversidade, através da conservação *in situ*, sobretudo em espaços naturais protegidos, como eixos prioritários da política do governo para o sector do Ambiente, consubstanciado no Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente aprovado pela Resolução n.º 14/2005, de 25 de Abril, na Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, ratificada em Março de 2005.

²⁹Idem.

financiamentos e requisitos institucionais e legais. Estes instrumentos consistem na aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, baseados em teorias ecológicas sólidas, de modo a que mantenham da melhor forma possível o equilíbrio dos ecossistemas³⁰.

Segundo Lanna (2000:75) a gestão ambiental é um processo de articulação das acções dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais, naturais, económicos e socioculturais às especificidades do meio ambiente, baseado em princípios e directrizes acordados e definidos. Essas acções podem ter carácter político, legislativo, executivo, económico, científico, informativo, entre outros.

- **Parques naturais**

O Decreto-lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro define parques naturais como espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com *habitat*, espécies ou mostras representativas da biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos, segundo as práticas tradicionais³¹.

Parques Naturais são áreas que se caracterizam por conterem paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo de integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresentam amostras de um bioma ou região natural³².

1.2. Perspectivas históricas

As iniciativas para a criação de áreas protegidas vêm de longa data. Existem vários registos dessas acções, alguns inclusive, são bem antigos, como por exemplo, a protecção de alguns animais, peixes e áreas florestadas, determinadas pelo imperador indiano Ashoka, em 252 a.C., e as reservas especiais para protecção e caça dos rinocerontes, criadas pelo imperador Babar, no século XV (Wallauer *apud* Mourão 2010:17). Na Europa Medieval a palavra “parque” remetia a um local determinado onde os animais viviam sob a responsabilidade do

³⁰Vide Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas – Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro de 2004 p.175.

³¹Vide. Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 Fevereiro, estabelece o regime jurídico de áreas protegidas, Praia, 2003 p.10.

³²Vide Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), Cristina Girão Vieira, Cento e Picos Termos sobre Conservação da Natureza, disponível em: <<http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vEN2007/>>, acessado em Maio de 2012>.

rei e no Peru, “a civilização Inca impôs limites físicos e sazonais à caça de certas espécies (Morsello *apud* Mourão, 2010:17).

Apesar dessas enunciações, é apenas no século XIX que surge de fato a primeira área natural protegida do mundo com fins de resguardar a natureza, cujo uso seria controlado pelo poder público. O marco desse novo conceito foi a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos oficialmente em 1872, após a realização de estudos e discussões acirrados sobre a importância da conservação do ambiente e o desenvolvimento económico. E com o surgimento do primeiro Parque, diversos países começaram a adoptar a prática de criação de espaços protegidos, procurando a preservação e conservação dessas áreas (Medeiros, 2007:67-88).

As motivações para criação dos parques foram paulatinamente mudando, a preocupação com a estética do lugar foi sendo substituída pela preservação e conservação da biodiversidade e outros propósitos de cunho ecológicos. E segundo Milano *apud* Moirão (2010:17), com a disseminação das áreas protegidas com o passar do tempo, os objectivos inicialmente proposto ganharam contornos mais vastos e passaram a ter efeitos inovadores. Prova disso foi a criação, do primeiro parque para fins científicos na Suíça em 1914, onde pesquisas sobre fauna e flora nos Alpes pudessem ser realizadas em condições ambientais intactas e sem a interferência da presença humana e o Parque Nacional de Krüger na África, em 1989, cujo objectivo era a protecção e recuperação de comunidades de animais que vinham sendo massacrados.

A necessidade urgente e imperiosa de conter a destruição acelerada dos recursos naturais do planeta, após a segunda guerra mundial, conduziu a fundação em 1948, da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)³³ (Gomes, 2007:2).

³³A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) fundada em 1948, com sede em Gland (Suíça), congrega 84 Estados, 112 agências de governo, 735 organizações não-governamentais e milhares de especialistas e cientistas de 181 países, numa parceria mundial única. Na qualidade de união, a IUCN busca influenciar, encorajar e auxiliar sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e diversidade da natureza, além de assegurar que toda utilização de recursos naturais seja feita de modo equitativo e ecologicamente sustentável. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>, consultado em 22 Junho de 2012>.

A consciencialização ecológica iniciou nos anos 60, quando se registava o aumento da contaminação do ambiente natural, o que afectava os alimentos e a saúde humana. Esta constatação começou a sensibilizar a comunidade internacional para o grave problema ambiental que se vivia na altura. Em 1968 as questões ambientais ganharam dimensão política, levando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, acrónimo inglês) à convocação da primeira conferência intergovernamental sobre o meio ambiente humano em 1972, em Estocolmo (Gomes, 2007:2).

Foi criado o programa “ o Homem e a Biosfera” visando proteger os sítios designados como reservas da biosfera, o que resultou da adopção da Convenção Ramsar³⁴ em 1971 e da Convenção Mundial sobre a Protecção do Património Cultural e Natural em 1972, dando mais consistência à conservação da natureza. Em 1972, realizou-se, em Estocolmo (Suécia), a Conferência Global Sobre Meio Ambiente Humano, a 1ª conferência das Nações Unidas sobre o ambiente cujo lema foi “ Uma Só Terra”, o que deu lugar à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, com o objectivo de coordenar as acções internacionais de protecção do ambiente sustentável (Gomes, 2007:2).

De 1980 a 1990 pode ser considerado como o período do desenvolvimento ideal da conservação ao Estatuto de Ciência. Essa década foi marcada com uma série de eventos e documentos resultantes. Em 1980 foi apresentado ao mundo o documento histórico, a Estratégia Mundial de Conservação e em 1982 teve efeito a Convenção sobre o Direito do Mar para a conservação do meio marinho, fornecendo uma estrutura legal para a cooperação ambiental marinha³⁵.

Em 1984, no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi constituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1985, foi criado o Tratado de Zona Livre de Elementos Nucleares do Pacífico Sul, que estabelece a zona livre de utilização de materiais nucleares. Em 1987, foi apresentado o Informe Brundtland “ O Nosso Futuro Comum”, onde ficou destacado a definição do conceito de desenvolvimento sustentável, a

³⁴Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas.

³⁵Cfr. Ministério do Ambiente e Agricultura – Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental, Relatório do Perfil Temático na área da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) / Conservação da Diversidade Biológica em Cabo Verde, 2006 p.5.

necessidade de uma nova ética de desenvolvimento em torno da equidade, a alerta sobre a necessidade de mudanças nos padrões da produção e o consumo vigentes na época³⁶.

Em 1992, é de realçar que reuniram-se, no Rio de Janeiro, mais de 170 países numa Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento designada por Rio-92, ECO-92 ou Cimeira de Terra, no esforço de conseguir soluções para harmonizar a conservação com o desenvolvimento, donde resultou a Declaração de Princípios, a Agenda 21 e as Convenções sobre a Biodiversidade, a Mudanças Climáticas e a Desertificação, marcando assim a transição a um novo sistema ambiental internacional³⁷.

A segunda conferência das partes relativas à Convenção sobre a Biodiversidade (CBD), realizou-se em Jacarta (Indonésia), em 1995, com intuito de implementar medidas de conservação e promoção do uso sustentável da diversidade biológica, de modo a atenuar as diversas ameaças existentes (Gomes, 2007:4).

Com objectivo de avaliar o grau de conquista dos acordos firmados na Conferência do Rio, nomeadamente a implementação da Agenda 21 e declaração de princípios, realizou-se em 2002, em Joanesburgo (África do Sul), a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável onde foi criado a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Implementação. E, segundo Vierros (2007) *apud* Gomes (2007:4), desta conferência, recomendou-se “desenvolver e facilitar o uso de diversas aproximações e instrumentos, incluindo ecossistemas, eliminação das práticas de pescas destrutivas, estabelecer áreas marinhas protegidas (AMPs) baseadas em leis internacionais e informações científicas, incluindo redes representativas até 2012”.

Em 2004, foi adoptado na conferência dos Estados membros da Convenção da Diversidade Biológica, o programa de trabalho nas áreas protegidas tendo por objectivo “estabelecer e manter áreas terrestres até 2010 e áreas marinhas até 2012.

De 20 a 22 Junho de 2012, decorreu no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável denominado de Rio +20, que como o nome sugere, marcou o

³⁶Cfr. Ministério do Ambiente e Agricultura – Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental, Relatório do Perfil Temático na área da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) / Conservação da Diversidade Biológica em Cabo Verde, 2006 p.5.

³⁷Idem.

20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). O objectivo da Conferência foi o de garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, analisar o progresso e as lacunas na implementação dos resultados das cimeiras mais importantes sobre o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios novos e emergentes. A Conferência incidiu sobre dois temas, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável³⁸.

1.3. Categorização das áreas protegidas

As áreas protegidas (APs) surgiram da necessidade de demarcar áreas com o pressuposto geral de salvaguardar a natureza e, em particular, proteger as paisagens e áreas com especial interesse do ponto de vista ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural, contribuindo para a definição e adopção de estratégias globais, nacionais, regionais e locais de conservação, recorrendo a um sistema flexível de gestão numa perspectiva de longo prazo.³⁹

Apesar de todas as áreas protegidas irem de encontro das propostas acima referidas, na prática, as finalidades precisas para as quais as APs são geridas diferem largamente. Elas têm finalidades no que diz respeito à investigação científica, à protecção contra a utilização selvagem, à preservação das espécies e à diversidade genética, à manutenção de serviços ambientais, à protecção de características específicas naturais e culturais, ao turismo e à recreação, à educação, ao uso sustentável dos recursos dos ecossistemas naturais e à manutenção dos atributos culturais e tradicionais.⁴⁰

A criação de uma AP difere muito consoante os locais onde se pretende inseri-la, uma vez que, a motivação varia conforme as necessidades específicas desse mesmo local. Porém, a conservação da biodiversidade é sempre um objectivo primordial comum a todas as áreas protegidas, independentemente de qual tenha sido o propósito da sua criação⁴¹.

³⁸Cfr. Rio +20-Programa das Nações Unidas Para o Ambiente, Rio +20 cúpula, disponível em: <<http://www.unep.org/wed/RIO20/>>, acessado em 25 de Junho de 2012>.

³⁹Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 Fevereiro, estabelece o regime jurídico de áreas protegidas, Praia, 2003:5.

⁴⁰Cfr. Áreas protegidas de Cabo Verde, áreas protegidas, objectivos e princípios, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55&lang=en>, acessado em Fevereiro de 2012>.

⁴¹Idem.

Tendo em consideração o elevado número de categorias de áreas protegidas utilizadas pelos diferentes países para designar cada tipo de área, em 1992, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), no IV Congresso de Parque Nacionais e Áreas Protegidas realizado em Caracas, Venezuela, instituiu directrizes definindo as categorias das áreas protegidas a nível universal, de forma participativa e com a colaboração de pesquisadores, planeadores e gestores de áreas naturais protegidas de todo o mundo, incluindo discussões e revisões antes da sua conclusão (Estima, 2008:8).

O sistema de categorias de áreas protegidas estabelecido pela IUCN tem como objectivo proporcionar uma base para a comparação internacional dessas áreas, concebida de forma que se possa aplicar em todos os países, mas com a necessidade de adaptação às características nacionais e locais, viabilizando assim uma gestão sustentável e eficaz (Estima, 2008:9)⁴². Assim ficou estabelecida as seguintes categorias:

- **Categoria Ia – Reserva natural estrita** - Área terrestre e/ou marinha que possui ecossistemas representativos e de carácter notável, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies, disponível principalmente para pesquisa científica e/ou monitorização ambiental;
- **Categoria Ib – Área de vida selvagem** - Área protegida (AP) estabelecida para fins essencialmente relacionados com a protecção da natureza em bruto/selvagem. É uma vasta área terrestre e/ou marítima, pouco ou nada modificada, que retêm as suas influências e características naturais, na qual não existe habitação permanente ou significativa, e que é protegida e gerida de forma a preservar as suas condições e características naturais;
- **Categoria I – Parque nacional** - Área natural terrestre e/ou marítima, designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; impedir a exploração e ocupação prejudicial e desfavorável aos objectivos e motivos que levaram a classificação da área e por último fornecer um local que sirva de visita, dando oportunidades aos níveis espiritual, científico, educacional e recreativo, de forma ambiental e culturalmente compatível;

⁴²Vide *International Union for Conservation of Nature (IUCN), Defining Protected Area Management Categories*, disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html>, consultado a 16/04/2012>.

- **Categoria III – Monumento natural** - AP vocacionada para a protecção de aspectos naturais específicos de uma região, e os seus valores de biodiversidade e de *habitat* associados. Área que contém uma ou mais qualidades específicas naturais e/ou culturais de características excepcionais e únicas, pela sua raridade;
- **Categoria IV - Área de gestão de habitat/espécies** – Área protegida (AP) gerida principalmente para propósitos de conservação, através de intervenções de carácter de gestão. Área terrestre e/ou marítima sujeita a uma intervenção activa para fins de gestão, de forma a assegurar a manutenção dos *habitats* e/ou para alcançar os requisitos específicos das varias espécies;
- **Categoria V - Paisagens terrestres/marinhas protegidas** - AP criada e gerida especialmente para a conservação da paisagem terrestre e/ou marinha, assim como para recreação. Área terrestre, com costa ou área marinha, na qual a interacção das pessoas e da natureza ao longo do tempo tenha produzido uma área de carácter distinto, com altos valores estéticos, ecológicos/ou culturais, e muitas vezes com elevada diversidade biológica. Proteger a integridade destas interacções tradicionais, e vital para a protecção, manutenção e evolução da área em causa; e
- **Categoria VI – Área protegida para protecção de recursos** - AP que tem como objectivo principal, o uso sustentável dos ecossistemas naturais. Área que contém predominantemente sistemas naturais não modificados, e que é gerida de forma a assegurar a protecção e manutenção da diversidade biológica a longo prazo, enquanto fornece um fluxo sustentável de produtos e serviços naturais de forma a satisfazer as necessidades da comunidade.

Relativamente a divisão em categorias da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Abreu (2011:16) refere que, segundo dados de 2003 a nível mundial, 67% do total das APs existentes se encontram categorizadas segundo a IUCN, cobrindo, em área, cerca de 81% do total das APs existentes. A Categoria III, juntamente com a Categoria IV, reúnem a maior percentagem de APs, ou seja, cerca de 47% de total. Essa ocorrência pode-se dever ao facto das APs correspondentes a estas categorias serem maioritariamente áreas pequenas, especialmente as da categoria III. Por outro lado, existem regiões que têm um número elevado de áreas protegidas, as quais foram atribuídas a categoria IV, como o Sul Asiático (44.5% do total de AP), a Europa (39%) e o Norte da Eurásia (29.6%). Contrariamente, as categorias Ia, Ib, II, V e VI juntas, apenas compreendem 20% do total de

APs. No entanto, se for considerado a extensão, e não o número de área protegida (AP), as categorias II e VI passam a ser as mais relevantes, contendo 47% do território ocupado (Abreu, 2011:16).

Quadro 1: Número e extensão de áreas protegidas de acordo com o IUCN

Categoria	Nº de Locais	Áreas cobertas (km²)
Ia	4.731	1.033.888
Ib	1.302	1.015.512
II	3.881	4.413.142
III	19.833	275.432
IV	2.641	3.022.515
V	6.555	1.056.008
VI	4.123	4.377.091
Sem categoria	34.036	3.569.820
Total	102.102	18.763.407

Fonte: Abreu (2011:17)

Conforme o programa da IUCN de 2005 a 2008, relativo às APs na Europa, existem cerca de 100.000 APs a nível mundial e 134.156 segundo o *World Heritage and Protected Areas* (2008), sendo que destas, mais de 42.000 se localizam em território europeu, cobrindo 4.15% da superfície terrestre e 2.71% da superfície marítima e, das 42.000 APs, 23.000 são terrestres, criadas entre 2000 a 2010, aquando do surgimento de cerca de 10.000 APs que se juntaram às 13.000 existentes. Foi também, nesse período, que houve um crescimento de 2.67% para 4.86% de cobertura terrestre de APs, que se traduz numa passagem de 65x10³ hectares para 119 x10³ hectares (Abreu, 2011:23).

1.4. Especificidades ambientais das zonas insulares

As regiões insulares possuem um conjunto de características específicas, que as enquadram na categoria de ecossistemas frágeis. O isolamento a que se encontram sujeitas essas regiões determina a limitação de recursos naturais e económicos, tornando-as muito vulneráveis ecológica e economicamente. Essas regiões são, ainda, muito susceptíveis a desastres

ambientais e naturais, nomeadamente o aumento do nível do mar e mudanças climáticas e, a biodiversidade é das mais ameaçadas no mundo⁴³.

As ilhas insulares apresentam um elevado número de espécies endémicas específicas, importantes no contexto da diversidade biológica global e elevadas taxas de extinção. As espécies indígenas, sobretudo as endémicas, encontram-se mais vulneráveis por terem evoluído na ausência de predadores e não desenvolveram mecanismos de defesa, por se encontrarem numa área restrita, em pequenos números e populações e por terem evoluído ao longo dos anos, num ambiente muito específico ao qual se encontram bem adaptadas. Assim, a sobrevivência das espécies depende da capacidade das mesmas de se adaptarem a um novo ambiente. Porém, por serem espécies especialistas e não generalistas, têm dificuldade em se adaptarem a novos ambientes e por serem únicas, uma vez extintas num determinado local, elevam o nível de perda ao contexto mundial (Lima, 2008:43).

É de realçar que as ilhas são sistemas extremamente sensíveis a qualquer intervenção externa. O limitado espaço disponível nas regiões insulares leva a grande interdependência entre os seus componentes naturais, de modo que, qualquer impacte negativo sobre um dos seus elementos é fácil e rapidamente sentido em toda a ilha⁴⁴. Ainda, a diversidade biológica insular é a herança de uma história evolutiva única e, portanto, é particularmente frágil e vulnerável. Essa fragilidade e vulnerabilidade são, em Cabo Verde, acentuadas pelo clima seco do país e pela variabilidade climática pré-existente⁴⁵. Assim, os principais factores de perda da biodiversidade insular iria continuar ou aumentar rapidamente. Este processo seria, obviamente, agravado pelos impactos graduais das alterações climáticas, aliados à mudança de habitat, à sobre exploração e, em particular, às espécies invasoras⁴⁶.

⁴³Cfr. *United Nations Conference on Environment & Development (UNEP) - Agenda 21*, Rio de Janeiro, 1992, disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado em Fevereiro 2012>.

⁴⁴Cfr. World Tourism Organization (WTO) - *Making Tourism Work for Small Island Developing States*, Madrid (Espanha), 2004 p.87.

⁴⁵Cfr. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.14.

⁴⁶Vide *Millennium Ecosystem Assessment, "Ecosystems and Human Well-being: General Synthesis". Synthesis. Island Press, Washington, DC. 2005 p.26.*

As regiões insulares acolhem os recursos naturais, a população e as actividades socioeconómicas e culturais. A excessiva solicitação dessas áreas pelos recursos e pelo espaço provoca conflitos de interesse entre diferentes usuários que são exacerbados pelo crescimento demográfico e económico fomentando um processo de transformação e degradação que se mostra em muitos casos irreversíveis. Assim, o crescimento demográfico e económico faz aumentar o consumo dos recursos que, por si só, já são escassos, sendo que as ilhas, na generalidade, são consideradas particularmente sensíveis às actividades humanas, ao aumento da densidade populacional ou a qualquer outra intervenção externa. Ainda, são zonas extremamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas⁴⁷.

1.5. Cooperação institucional e gestão de áreas protegidas

A cooperação é bastante utilizada actualmente para alcançar objectivos comuns. Pois, fala-se de cooperação entre países, entre empresas, entre instituições de ensino e pesquisa, e entre todo tipo de organizações. Porém, ela não é nova, uma vez que se encontrava em todas as sociedades, das mais primitivas às mais modernas. Foi pela cooperação que os seres humanos conseguiram enfrentar animais ferozes, proteger-se das adversidades do clima e resolver problemas como a fome e a doença. Há o registro de experiências fantásticas de cooperação em todas as civilizações, isto é, foi pela cooperação que a humanidade sobreviveu nos primórdios e continua sobrevivendo⁴⁸.

O comportamento de cooperação tem sido observado ao longo de toda a história da humanidade, pois, acredita-se que é possível alcançar melhor gestão actuando por meio de cooperações, acordos e acções conjuntas, do que actuando isoladamente.⁴⁹

A cooperação é importante para a gestão e constitui, o poder que capacita a transformação de uma realidade. Nesse sentido, a sociedade, para se desenvolver plenamente, é formada por agrupamento de pessoas que se relacionam entre si e cooperam, buscando modos de estreitar vínculos existentes para se manter socialmente, lembrando que todo indivíduo tem seus

⁴⁷Vide Lima, L. & Martins, F., Os desafios da gestão costeira em Cabo Verde, disponível em : <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%201/260A.pdf>, consultado em 12 de Julho de 2012>.

⁴⁸Vide Valadares, J. H., A Moderna Administração em Cooperativas – MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getulio Vargas – Cursos “*in Company*”. Rio de Janeiro, disponível em: <http://www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administr_Co...-Brasil, acessado em 12 de Junho de 2012>.

⁴⁹Idem.

limites e necessidades, por isso a si mesmo é preciso conhecer⁵⁰. Assim, Rousseau (2004:31), refere que, “como os homens não podem criar novas forças, mas só unir e dirigir as que já existem, o meio que têm para se conservar é formar por agregação uma soma de forças que vença a resistência, com um só móvel pô-las em acção e fazê-las obrar em harmonia”.

Quando dois ou mais indivíduos cooperam entre si, geralmente, significa que eles adaptam mutuamente o seu comportamento em pelo menos um campo de actividades, não competindo entre si, ou seja, as suas motivações e as acções consequentes são paralelas e mutualísticas⁵¹.

A gestão ambiental caracteriza-se como uma acção centrada na tomada de decisão sobre casos particularizados, mediando conflitos inerentes a utilização de recursos naturais para atendimento das demandas socioeconómicas e as acções de preservação ambiental. Portanto, uma importante característica da gestão ambiental é a mediação de interesses e de conflitos entre os atores institucionais e sociedade civil, que agem sobre o meio ambiente (Bezerra, 1996 *apud* Côrte, 1997:65).

O processo de criação e gestão de uma área natural protegida não é nada fácil, principalmente porque existem restrições de usos, falta de recursos, interesses políticos e económicos, desinformação, entre outros obstáculos, dificultando a regularização e a real implementação da área protegida. Faria & Pires *apud* Estima (2008:26) enfatizam que para gerir uma área natural protegida é fundamental possuir informações sistematizadas, onde é necessário seleccionar as formas mais adequadas destas informações que irão subsidiar as tomadas de decisões. Essa é uma tarefa complexa, mas que contribui para a construção de indicadores para a gestão do ambiente. Ainda, Faria & Hockings *et al*, *apud* Estima (2008:26) afirmam que, o acompanhamento tem que fazer parte do sistema de gestão da área protegida, onde é necessário adoptar formas simples e efectivas para a averiguação do desempenho do plano e da gestão da área.

⁵⁰Cfr. Luciano Lannes & Mónica Teixeira, *Cooperação*, resumo do livro por Tânia Reis, Dezembro de 2007, disponível em: <<http://pt.shvoong.com/socialsciences/1724705-coopera%C3%A7%C3%A3o/#ixzz1wsnSIg3v/>>, consultado em 28 de Maio de 2012>.

⁵¹Cfr. Valadares, J. H., *A Moderna Administração em Cooperativas – MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getulio Vargas – Cursos “in Company”*. Rio de Janeiro, disponível em: <<http://www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administracao-Cooperativas-Brasil>>, acessado em 12 de Junho de 2012>.

Gerir uma APs ou fazê-la existir como tal, cumprindo com os objectivos para os quais foi criada, tem sido um dos grandes desafios para os órgãos ambientalistas competentes. Segundo Cortê (1997:66), para atingir os objectivos de gestão das APs, é necessário definir o plano de gestão que da mesma forma, estabelece directrizes e orienta programas, projectos e acções que devam ser executados, Isto porque, a APs tem sido entendida também como uma maneira de buscar alternativas económicas viáveis para uma região com certa fragilidade do ponto de vista ambiental.

Para Moirão (2010:29), o principal instrumento de gestão de uma AP é o plano de gestão, onde são definidos os objetivos gerais de uma AP, estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e a gestão dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Segundo Faria e Pires (2007) *apud* Moirão (2010:29), o plano de gestão é necessário para uma gestão eficiente da AP, uma vez que estabelece as directrizes e categoria de gestão para se alcançar os objectivos da criação e implementação das mesmas e além disso, o plano é dinâmico e deve ser sistematicamente revisto a fim de se adequar a novas realidades.

Na procura pela melhoria da qualidade de vida, o homem utiliza os recursos naturais de diversas formas, fazendo-se ser necessário planear e gerir esses usos. E, tratando-se de APs, esse planeamento e gestão devem ser integrados, observando-se a aptidão e a capacidade de suporte dos recursos existentes na área e sua envolvente. As áreas naturais protegidas e, principalmente, os parques têm tido outras funções como lazer, recreio e económicas.

As áreas naturais protegidas inicialmente tinham como objectivo principal a preservação e protecção ambiental. Assim, o modelo de gestão proposto e implementado era voltado para atingir apenas este fim. Na perspectiva de promover e alcançar o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, o modelo de gestão anterior não se adequa mais, sendo necessário a criação de um novo modelo de gestão que se enquadre aos objectivos atuais destas áreas. Assim, o novo paradigma privilegia a compatibilização da actividade humana com os objectivos de conservação e o consequente surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento económico e cultural associada às áreas protegidas, entre as quais o ecoturismo, a restauração ecológica de ecossistemas, a integração das áreas protegidas em

redes de conservação, a sua integração plena nos sistemas de gestão territorial e, também o envolvimento sinérgico de *stakeholders* e da população.

Para Faria & Pires *apud* Estima (2008:35), a gestão moderna deve ser praticada como um exercício a longo prazo, sendo necessário uma equipa com amplos conhecimentos técnicos e requisitos de gestão adequados para se alcançar a missão organizacional da área protegida e apontam como requisitos para uma gestão moderna e eficaz das áreas protegidas (APs):

“a internalização e compreensão colectiva do passado, presente e futuro da organização visando sua melhor inserção no ambiente externo, a visão sistémica e prospectiva do sistema gerencial e das políticas de governo, com definição clara da missão organizacional, o acompanhamento sistemático do desempenho do pessoal, da gestão e da eficácia gerencial nos vários níveis de decisão institucional, a adopção de estratégias que resultem na utilização das informações geradas e das novidades do sector para a retroalimentação da gestão, a adopção de esquemas administrativos onde impere a agilidade dos trâmites burocráticos, tais como, a informatização e ‘internetização’ dos processos, a adopção de uma estrutura institucional com fortes conexões horizontais que vise a promoção de comunicação entre disciplinas, departamentos e as organizações, a implementação de sistemas que visem a captação e geração de recursos, privilegiando a consolidação de parcerias pautadas na ética, transparência e respeito institucional, a implantação de esquemas que resultem em autonomia gerencial e descentralização das decisões (capacidade com confiabilidade), a adopção do planeamento sectorial como ferramenta básica para a eliminação de erros, o estabelecimento de rotinas que valorizem a administração baseada em programas de trabalho, a implementação e capacitação de pessoal em todos os níveis e formação de lideranças”.

Existem diversas formas de gestão de áreas protegidas (APs), em que a participação dos diversos intervenientes é essencial para que sua gestão seja realizada de uma forma democrática, nomeadamente, a gestão compartilhada, a gestão integrada e a gestão através de cooperações institucionais, as quais visam o benefício colectivo, respeitando-se os princípios e as directrizes definidos para a categoria de gestão e buscando-se atingir os objectivos específicos estabelecidos para o espaço protegido⁵².

A gestão das áreas protegidas (APs) exercida individualmente por uma única instituição tem-se mostrado ineficiente ou incompleta na medida que, não tem conseguido alcançar todos os objectivos de protecção estabelecidos. As causas da decadência deste processo estão ligadas tanto à multiplicidade de actividades desenvolvidas na gestão como a deficiência qualitativa e quantitativa de recursos humanos disponíveis nos órgãos responsáveis pela gestão. Desta

⁵²Cfr. Fundação o Boticário de Protecção à Natureza, Gerenciamento de Áreas de Protecção Ambiental no Brasil. Curitiba: Guapyassú, 2003 p.24.

forma, o modelo de gestão baseado em cooperações tem-se revelado como uma alternativa viável para suprir estas deficiências (Côrte, 1997:68).

Para Hardt & Hardt (2007:21), é condição básica para a gestão participativa das APs a integração e cooperação entre a administração pública, iniciativa privada e a sociedade civil organizada, etc. Porém, a crítica que se faz é se realmente a obrigatoriedade legal da participação pública nas distintas fases do processo de gestão das áreas protegidas (APs) é suficiente para a concretização da democracia, garantindo assim a efectividade da gestão.

A participação social na gestão de APs se apresenta enquanto elemento fundamental para a sustentabilidade, na conservação da biodiversidade e do património natural. Essa perspectiva caminha ao encontro da chamada visão democrático-participativa que enfatiza o potencial democrático e emancipatório da participação de diferentes atores sociais nas instâncias decisórias (Irving *et all*, 2006). A gestão participativa tem facilitado e viabilizado o planeamento e a gestão das áreas naturais protegidas viabilizando o reconhecimento da importância destes espaços e sua envolvente, minimizando os impactos entre a área e a comunidade local. Este modelo de gestão também viabiliza a descentralização das decisões através de uma administração transparente (Miller, *apud* Estima, 2008:23). Assim, para Debetir (2006:206):

“Não há como imaginar uma gestão eficaz para as áreas naturais protegidas se não houver parceria entre as populações e as autoridades locais. Estratégias de gestão nestes moldes fortalecerão a manutenção da biodiversidade e todos poderão se beneficiar com isto. Um modelo participativo de gestão traduz as preocupações dos atores sociais interessados nas unidades de conservação, procurando soluções por meio da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e do estabelecimento de parcerias.”

Bergamine *apud* Estima (2008:28) realça que, mesmo com todo o conhecimento necessário para gerir uma área protegida, a gestão pode não ocorrer. Isso porque a gestão tem relação directa com a forma como a organização trata seus funcionários, ou seja, se estes sentem-se integrados na estrutura administrativa da área, se efectivamente participam dos canais de comunicação e decisão, se as suas capacidades individuais são aproveitadas para a organização, se participam da formulação de políticas e directrizes institucionais. Neste contexto, Santos *apud* Estima (2008:29) afirma que o papel do gestor da área natural protegida é avaliar quais as soluções tecnicamente mais viáveis para eliminar ou minimizar

impactos reais ou potenciais, como também administrar economicamente, fiscalizar e monitorar a área, tendo sempre em vista os perigos e riscos ambientais e sociais.

Para uma gestão eficaz, cabe então ao director, frente às diversas áreas do conhecimento que interagem na gestão, actualizar-se sobre a realidade da áreas protegidas (AP), procurando as melhores técnicas e soluções. Ao Estado e ao Governo, cabe o apoio organizacional para que ocorra uma gestão eficiente alcançando os objectivos para as quais foi criada, dentro de um contexto de desenvolvimento responsável (Faria & Pires *apud* Estima, 2008:29).

Conforme Faria & Pires *apud* Estima (2008:23), para garantir formas socioeconómicas de participação na governação democrática deve haver parcerias, concessões e terciarizações e, tratando-se de áreas naturais protegidas, a participação social na gestão deve ser pautada pela equidade, ética e transparência nas relações entre as instituições, onde as relações devem delinear de forma clara os objectivos, as metas e os compromissos baseados no diálogo e planeamento compartilhado, garantindo assim resultados sólidos para uma gestão efectiva das APs.

Num processo de gestão eficiente das APs, a instituição competente, deve estabelecer cooperação com as outras partes, incluindo os habitantes da zona e os utilizadores dos recursos, estipulando as funções, as responsabilidades e os direitos respectivos de cada um, em relação à AP. Não se pode pensar em gestão eficaz das áreas naturais protegidas se não houver parcerias entre a comunidade local, o sector público, privado e as ONGs. Nesta perspectiva é que as estratégias de gestão devem adequar-se à “Agenda 21”⁵³ e a “Convenção sobre a Diversidade Biológica”⁵⁴, traduzindo-se num modelo participativo de gestão, uma vez que esse modelo deve traduzir as preocupações dos atores envolvidos nas APs, procurando

⁵³A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a reflectir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os sectores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio ambientais.

⁵⁴A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) é um documento constituída por 42 artigos, que estabelecem um programa para reconciliar o desenvolvimento económico com a necessidade de preservar todos os aspectos da diversidade biológica, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a “Cimeira da Terra”. Os objectivos da Convenção são a protecção da diversidade genética, a redução da taxa de extinção das espécies e a conservação dos ecossistemas e dos *habitats*.

soluções através da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e de parcerias.

De acordo com Faria e Pires *apud* Estima (2008:13), no processo de criação das áreas protegidas, a introdução de consulta pública e a formação de uma instância para discussão e debates sobre a gestão, por meio dos conselhos consultivos, são grandes avanços de participação social na gestão destes espaços. Assim, esses mecanismos de participação social favorecem a melhoria da qualidade ambiental em redor destas áreas, como também dos recursos sob protecção quando há pessoas vivendo dentro delas, garantindo portanto a preservação e conservação ambiental a longo prazo.

O Governo de Cabo Verde, em parceria com o Fundo Global para o Ambiente (GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do projecto “Áreas Protegidas” estabeleceram uma rede de áreas protegidas no território nacional para conservar a biodiversidade e travar a degradação dos recursos naturais ligados a terra e a água.⁵⁵

É de realçar que, a nível nacional, a implementação e gestão das áreas protegidas (APs), encontra-se sob a tutela da Direcção Geral do Ambiente (DGA), Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT). A DGA tem o mandato e a responsabilidade primeira de gestão de todas as APs em Cabo Verde, incluindo o desenvolvimento de políticas e parcerias. Os Serviços do Ministério estão organizados em Serviços Centrais (Direcções Gerais) e Serviços de Base Territorial (Delegações do Ministério do Desenvolvimento Rural) que dependem hierarquicamente do Ministro e funcionalmente dos serviços centrais, com recursos e capacidades operacionais limitadas.⁵⁶

As delegações do Ministério de Desenvolvimento Rural têm um ou mais técnicos que dedicam exclusivamente ao ambiente, e que são igualmente responsáveis pela gestão da área protegida (AP) a nível locais. A gestão da APs é bastante centralizada na cidade da Praia, e consequentemente, as funções de um “delegado para a área do ambiente” típico nas ilhas são

⁵⁵Cfr. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.1.

⁵⁶Idem, pp.9-10.

portanto, na maior parte, prestação de informação e transmissão de informações e processos, enquanto a gestão efectiva das áreas protegidas (APs) é feita fora da capital⁵⁷.

O Decreto-Lei n.º 3/2003 de 24 de Fevereiro consagra no artigo n.º 2º que, as APs e a gestão dos recursos naturais são da responsabilidade do MAA, DGA e Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP). Estas autoridades nacionais são responsáveis pela prevenção de violações, modificações e contaminação do ambiente natural, promoção da gestão e exploração sustentável de recursos naturais, por assegurar a conservação da biodiversidade, restauração de habitats naturais proteger os elementos históricos e arqueológicos dos sítios e, promoção da gestão participativa de recursos naturais nas APs.

A Direcção Geral da Agricultura, Pecuária e Pescas (DGASP) colabora com o DGA na gestão de algumas APs terrestres, gerindo directamente as actividades de reflorestação e reabilitação de ecossistemas. Algumas das principais instituições de investigação de Cabo Verde, incluindo o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola (INIDA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), também colaboram com a DGA na gestão das AP, através de estudos técnicos. O Escritório da ONG internacional World Wildlife Fund (WWF) “Fundo para a Vida Selvagem” em Cabo Verde, também tem estado empenhado no estabelecimento de AMP, através do Programa Regional de Conservação Costeira e Marinha para a África Ocidental (PRCM), envolvendo múltiplos doadores e intervenientes.

A função da Direcção Geral do Ambiente (DGA) é fundamentalmente, de concepção, dinamização, coordenação e supervisão no domínio de Ambiente. Para além da DGA, outras instituições intervêm na execução das políticas ambientais tal como a Direcção Geral do Comércio, Indústria e Energia, a Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico, a Agência Cabo Verde Investimentos, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio (SDTIBM,SA) e a própria Sociedade Civil.

⁵⁷Cfr. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.11.

É de frisar que o Parque Natural de Serra Malagueta dispõe do plano de gestão, que se insere no âmbito das exigências constantes do artigo 16º do Decreto-lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro, que consagra que, “os objectivos de conservação previstos no presente diploma podem ser materializados através de um plano de gestão das áreas protegidas onde se percebe tal necessidade e, em qualquer caso, nos Parques Naturais”. O plano de gestão, enquanto instrumento de gestão fundamental de áreas protegidas, constitui uma valiosa ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, aspectos geológicos e geomorfológicos, a protecção de valores culturais, estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano⁵⁸.

O Decreto-Lei acima referido, no seu artigo nº 22, estabelece oportunidades para o departamento governamental responsável pela área do ambiente, estabelecer um Conselho Assessor para cada ilha ou para cada AP, no sentido de facilitar a gestão dessas áreas através de uma abordagem participativa, com todos os intervenientes.

No uso da faculdade conferida pelo artigo supracitado, o Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM) possui um Comité Consultivo Local (CCL), vinculado administrativamente a DGA, que serve de espaço de debate, composto pelo Director do PNSM (actual presidente do CCL), um representante da Direcção Geral do Ambiente, um representante das delegações dos Ministérios de Ambiente e Agricultura dos Municípios de Santa Catarina, de Tarrafal e de São Miguel, representante da comunidade local, representante das mais diversas associações que se dedicam ao ambiente.

1.6. Abordagem metodológica

Para a realização deste trabalho, o esquema metodológico e o modelo de análise dos dados e das informações foram um processo construtivo. Assim, recorreu-se a pesquisa bibliográfica de referência específica e pesquisa documental através da consulta de artigos, das revistas científicas especializadas, dos livros e dos *sites*, sobre as áreas protegidas, a biodiversidades, a conservação, a cooperação, a gestão territorial e ambiental e o desenvolvimento sustentável.

⁵⁸Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008.

Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

Procedeu-se a análise dos instrumentos legais que, directa ou indirectamente, condicionam e influenciam a protecção da natureza e a gestão dos recursos naturais em Cabo Verde e, sendo assim das áreas protegidas, nomeadamente, as respeitantes às políticas e estratégias nacionais, ao ordenamento do território e as áreas protegidas, à fauna, à flora e à pecuária, à água, ao solo, ao turismo e às convenções e acordos internacionais existentes e/ou em desenvolvimento.

Para a realização da investigação entrevistaram-se os especialistas que trabalham na área, nomeadamente ao Técnico Ambiental da Delegação do Ministério de Ambiente e Agricultura de Tarrafal/São Miguel de Santiago, ao Director do Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM), ao Coordenador do Plano Ambiental do Município de Tarrafal, ao Monitor Ambiental e Técnico de Ecoturismo do Parque Natural de Serra Malagueta, ao Coordenador dos Serviços da Agricultura da Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério de Desenvolvimento Rural (MDR) e ao Técnico de Investigação do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA). (Vide guião de entrevista, apêndice 1).

Foram, ainda, utilizados as actas das reuniões do Comité Consultivo Local, os documentos administrativos, os estudos e avaliações e os relatórios. E, efectuou-se uma visita de campo, para a observação, *in loco*, dos actuais usos dos recursos naturais existentes e das acções dos responsáveis para gestão do Parque, de forma a obter o material de apoio, os dados e as informações para a realização do trabalho.

Na parte prática do trabalho fez-se a análise SWOT, evidenciando assim, os pontos fortes e os fracos, as oportunidades e as ameaças que condicionam a gestão desse Parque Natural, face a cooperação institucional estabelecida.

Deste modo, para a realização deste estudo, foi adoptado o esquema metodológico que se encontra a seguir.

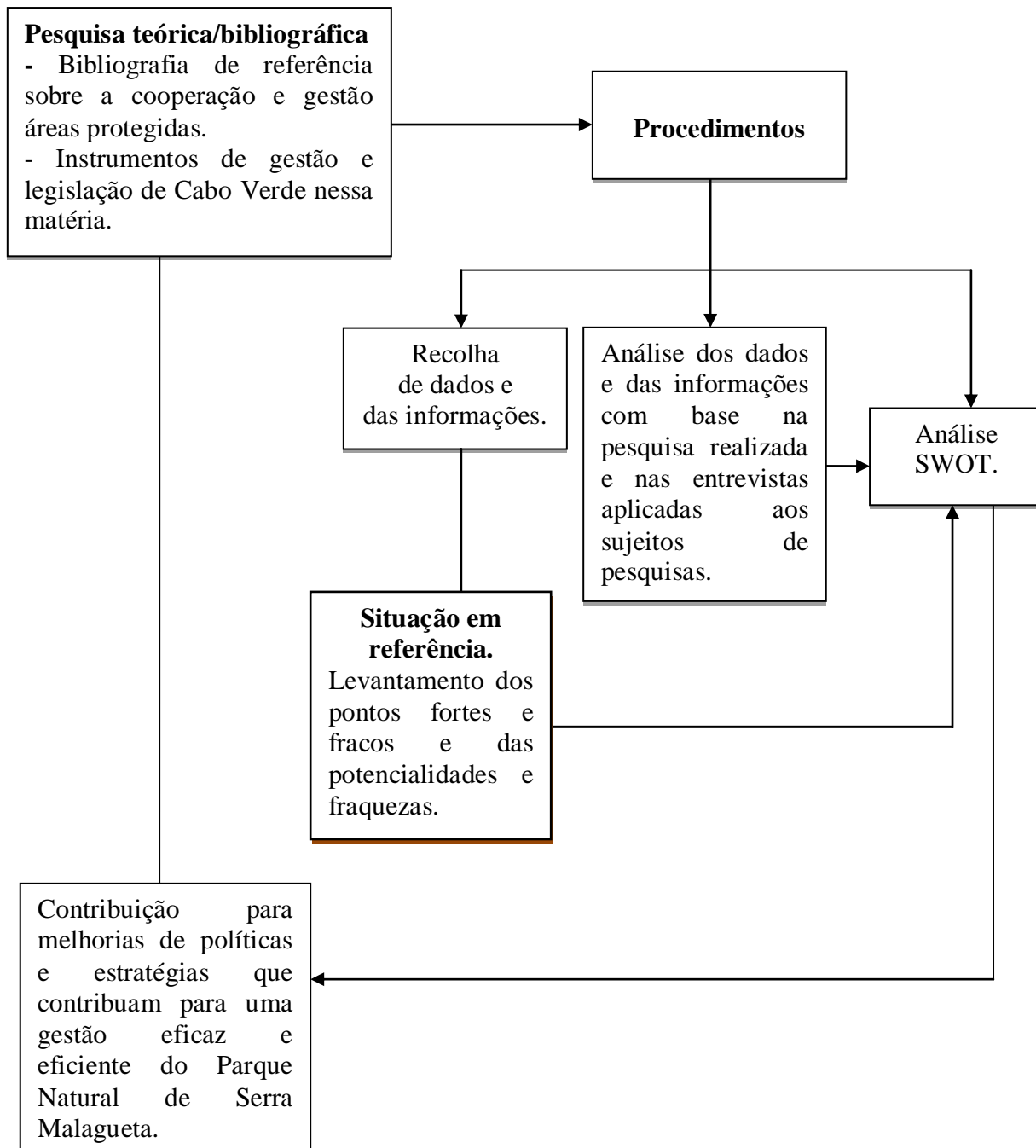


Figura 1: Esquema metodológica
Fonte: Elaboração própria (2012)

Capítulo 2: Caracterização de Cabo Verde

2.1. Caracterização geográfica

A República de Cabo Verde é um arquipélago oceânico com uma superfície de 4.033km² localizado na zona do Sahel, situado aproximadamente de 450 km da costa ocidental africana, entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) estimada em 700.000Km²⁵⁹.

De acordo com a figura 2 que se encontra na página 48, o arquipélago é composto por dez ilhas e oito ilhéus, que formam dois grupos distintos consoante a posição face ao vento alísio do Nordeste. Assim, temos o Barlavento, que reúne as ilhas de Santo Antão (754 Km²), São Vicente (228 Km²), Santa Luzia (34 Km²), São Nicolau (342 Km²), Sal (215 Km²), Boa Vista (622 Km²) e os ilhéus Raso e Branco; e o Sotavento constituído pelas ilhas do Maio (267 km²), São Tiago (992 km²), Fogo (477 km²), Brava (65 km²) e os ilhéus Secos ou de Rombo⁶⁰.

As lhas encontram-se relativamente dispersas. Entre os extremos, Norte-Sul e Leste-Oeste, o afastamento é superior a 250km, sendo as mais próximas, São Vicente e Santo Antão, situadas a uma distância de 10km (Brito & Semedo, 1994:11).

⁵⁹Vide Ministério de Ambiente, Agricultura e Pesca - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro de 2004 p.15.

⁶⁰Idem.



Figura 2: Localização do arquipélago de Cabo Verde.

Fonte: Disponível em: <<http://www.turim.cv/>>, consultado em Março de 2012>.

As ilhas são de origem vulcânica, o relevo é acidentado, com pontos de maior altitude na Ilha do Fogo (no Pico, um vulcão em actividade com 2 829 metros), em Santo Antão (no topo da coroa, com 1 979 metros) e em São Tiago (Pico de Antónia e Serra Malagueta com altitude máxima de 1 373 metros). As ilhas do Sal, Boa Vista e Maio são planas e circundadas por extensas praias. Cabo Verde situa-se na extremidade ocidental da faixa do Sahel e o clima tem características de aridez e semi-aridez e, a temperatura média anual varia entre 22°C e 26°C⁶¹.

2.2. Dinâmica demográfica

O povoamento de Cabo Verde só começou em 1462, sendo, a ilha de Santiago a primeira a ser povoada. Entre 1462 até aos primeiros anos de 1800, a população cresceu lentamente e não chegou a ultrapassar os 50.000 habitantes. A população chegou aos 150.000 habitantes em 1950.⁶².

De 1940 a 1950 registou-se um crescimento populacional negativo. Este período ficou conhecido como “a fome de 47”, uma vez que grande número da população dependia da

⁶¹Vide Ministério de Ambiente, Agricultura e Pesca - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004 p.15.

⁶²Idem p.19.

agricultura para a sobrevivência e, com a falta da chuva o país sofreu secas prolongadas, levando as famílias a passarem por um período de grandes dificuldades atingindo o crescimento de apenas 1.9%⁶³.

A população cabo-verdiana em 1960 era de 199.300 habitantes, em 1970 era de 271.000, em 1980 era de 295.700 e em 1990 alcançou 341.500 habitantes. A década de 70 foi marcante, porque foi nessa década que ocorreu a expansão da imigração cabo-verdiana e também ficou conhecida como um período de redução da população, pois, o elevado fluxo migratório terá provocado uma diminuição da taxa de crescimento de 3,1% para 0,9% entre os períodos 1960-1970⁶⁴.

A partir dos anos 80, a imigração passou a ser vista como uma alternativa para melhores condições de vida, daí a intensificação dessa tendência. Porém, a contenção do fluxo migratório, derivado das políticas de emigração restritivas levadas a cabo pelos países de acolhimento nos anos 90 e apesar da redução da taxa de fecundidade em Cabo Verde, houve um crescimento populacional de 2.4%, atingindo em 2000, uma população estimada em 434.812 habitantes⁶⁵.

Em 2000, a população urbana superou a do meio rural, passando os centros urbanos a albergar 53,9% da população. A degradação das condições de vida no meio rural tem contribuído para o empobrecimento das populações rurais e, conseqüentemente, para a sua deslocação para os centros urbanos, contribuindo assim para o aumento da pobreza nesses centros, sobretudo nas "periferias"⁶⁶.

A população de Cabo Verde foi estimada em 491.875 habitantes, dos quais 98.5% (484.437 mil habitantes) são residentes presentes, 1.5% (7.246 mil habitantes) são residentes ausentes e 0.0% (192 habitantes) equivale a população sem abrigos, correspondendo a uma taxa de

⁶³Cfr. Instituto Nacional de Estatística (INE) - Censo 2010, Resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH), Praia, 30 de Março de 2010.

⁶⁴Cfr. Ministério de Agricultura, Ambiente e Pescas – Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro de 2004:19-20.

⁶⁵Vide Instituto Nacional de Estatística (INE) - Censo 2010, Resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH), Praia, 30 de Março de 2010.

⁶⁶Vide Ministério de Agricultura, Ambiente e Pescas – Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro de 2004 p.20.

crescimento média anual de 1.2% entre 2000 e 2010. Dos 491.875 mil habitantes cerca de 49.5% (243.593 mil habitantes) são do sexo masculino e 50.5% (248.282 mil habitantes) são do sexo feminino⁶⁷.

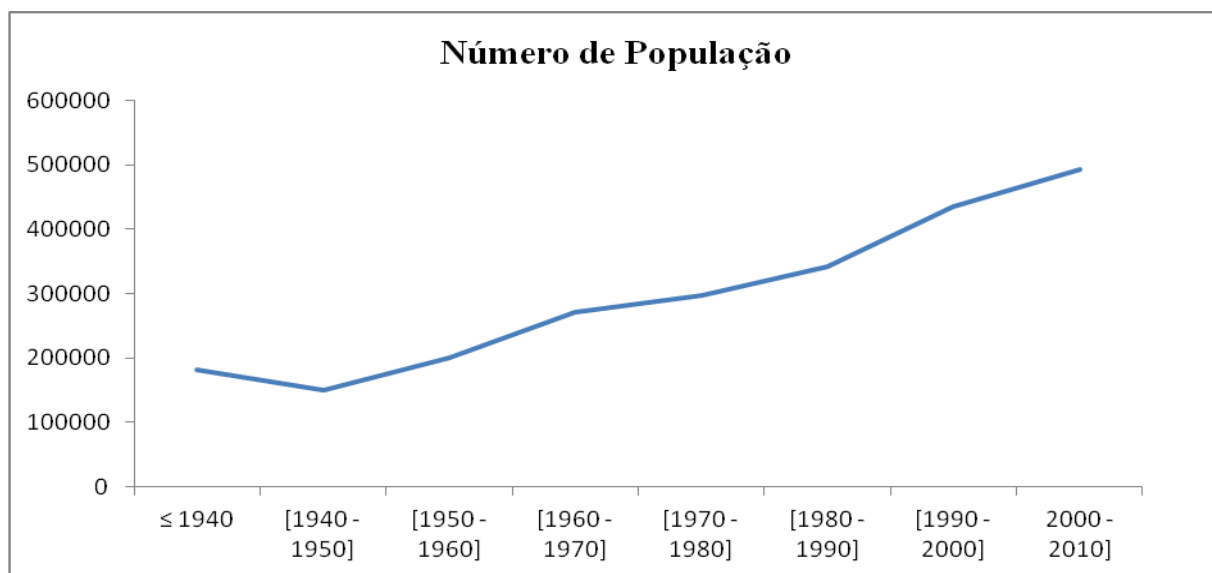


Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde 1940 a 2010

Fonte: INE 2010

A demografia Cabo-verdiana é caracterizada por um forte desequilíbrio regional entre as nove ilhas habitadas, sendo que 55.8% concentra na ilha de Santiago, 15.5% na ilha de São Vicente e 8.9% em Santo Antão, que são as principais ilhas do país, representando juntas um total de 80.2% da população total. E, a população de Cabo Verde é considerada como sendo muito jovem, uma vez que 54.4% da população tem menos que 25 anos de idade, 31.6% tem menos de 15 anos e apenas 6.4% tem mais de 64 anos⁶⁸. Esta ocorrência se traduz num desafio para o Governo de Cabo Verde no que se refere ao desenvolvimento de políticas de educação, formação profissional, saúde, habitação e emprego.

A taxa de crescimento médio anual da população por concelho é maior na ilha de Boa Vista com 7.8%, seguida da ilha do Sal com 5.5% e, regista-se as taxas mais baixas em Paul com -1.8%, em Ribeira Grande e Brava ambos com uma taxa negativa de -1.3%⁶⁹.

⁶⁷Vide Instituto Nacional de Estatística (INE), Censo 2010, Resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH), Praia, 30 de Março de 2010.

⁶⁸Idem.

⁶⁹Ibidem.

O crescimento acelerado da urbanização teve consequências negativas para as áreas da educação, saúde, saneamento, habitação e emprego uma vez que as infra-estruturas sociais não acompanharam a evolução do crescimento destes centros urbanos. Essa situação não possibilitou a inserção de todos os que se deslocaram para estas ilhas à procura de trabalho, contribuindo assim para o aumento do índice da pobreza das famílias e dificultando cada vez mais as suas condições de vida⁷⁰.

A situação sociodemográfica é caracterizada por uma esperança de vida à nascença de 72,3 anos para os dois sexos, uma taxa de mortalidade infantil de 30%, uma taxa de mortalidade materna de 14,5%, uma taxa de fecundidade de 2,9% crianças por mulher, uma taxa líquida de escolaridade de 96% e uma taxa de prevalência do VIH/SIDA de 1%⁷¹.

2.3. Caracterização económica

A situação económica de Cabo Verde é caracterizada pela escassez de recursos naturais devido a sua situação geográfica e climática, que determina uma actividade agrícola muito precária e passa alguns problemas resultantes de um conjunto de constrangimentos estruturais específicos e limitações de pequenos países insulares⁷².

A estrutura da economia de Cabo Verde distingue-se da maior parte da dos países africanos pelo lugar preponderante que ocupa o sector terciário, dado que representa uma percentagem significativa do PIB e absorve uma quantidade relevante de mão-de-obra. Esta particularidade é consequência da existência de um sector primário e secundário extremamente diminutos, devido à precariedade da agricultura, à insuficiente exploração dos recursos do mar, ausência de economias de escala originada pela descontinuidade territorial e à ausência de outros recursos naturais, a que se junta os constrangimentos inerentes a um mercado interno extremamente reduzido. Da mesma forma a análise da estrutura da produção económica do

⁷⁰Vide PUC-RIO, Panorama Histórico, Político e Sócio-Económico de Cabo Verde, disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf>, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

⁷¹Vide Banco de Cabo Verde (BCV), Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos Países Manos Avanzados, dezembro de 2007, Disponível em: <<http://www.nu.cv>>, consultado em 23 de Abril de 2012>.

⁷²Vide PUC-RIO, Panorama Histórico, Político e Sócio-Económico de Cabo Verde, disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf>, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

país faz ressaltar a fragilidade da base produtiva nacional com custos de produção extremamente elevados⁷³.

Cabo Verde possui uma economia aberta, muito condicionada pela conjuntura externa, o que se explica pela elevada dependência do comércio, da ajuda externa e dos fluxos de capitais oriundos do estrangeiro através de remessas de emigrantes e donativos.

A importação é o principal suporte do comércio interno e o maior componente do comércio externo, enquanto que, a exportação é o menor componente do comércio externo. Cerca de 80% das importações provêm da Europa, sendo Portugal, o parceiro com maior relevância.⁷⁴. Com um sector exportador relativamente reduzido, as exportações de mercadorias, sobretudo têxteis, encontram-se condicionadas por uma mão-de-obra mais cara em relação a outras economias emergentes e, em particular, pela crescente concorrência dos têxteis chineses.

O país tem algumas dificuldades em atrair investimentos externos e uma fraca capacidade de gerar empregos, sendo o sector público o principal empregador num mercado de trabalho formal limitado⁷⁵.

A maior parte da população dedica-se ao sector primário, sendo a cultura mais importante a do milho. O fraco desenvolvimento da agricultura que é imputável aos fenómenos naturais ilustra a impossibilidade de Cabo Verde em cobrir as necessidades alimentares da população. A produção de cereais do país só cobre 10 a 15% das necessidades, estando o défice alimentar na ordem dos 85% a 90% e é absorvido pelas importações de cereais e pela ajuda alimentar que desempenha um papel crucial na garantia permanente das necessidades de base de cerca de 25% da população sobretudo para as populações rurais cuja maioria representa a camada mais pobre do país⁷⁶.

⁷³Vide PUC-RIO, *Panorama Histórico, Político e Sócio-Econômico de Cabo Verde*, disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf>, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

⁷⁴Idem.

⁷⁵Vide Banco Espírito Santo (BES), *Cabo Verde Economic Outlook, Economia em aceleração*, Research Note, A porta atlântica da África Central, disponível em: <<http://www.bes.pt/>>, consultado em 29 de Abril de 2012>.

⁷⁶Vide PUC-RIO, *Panorama Histórico, Político e Sócio-Econômico de Cabo Verde*, disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf>, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

A indústria pouco desenvolvida, essencialmente ligada aos sectores dos têxteis, do calçado e das pescas, não ocupa mais do que 4% da população activa e concentra-se na Praia e no Mindelo.⁷⁷ A pesca está pouco desenvolvida, apesar da morfologia do país e da abundância dos recursos.

A economia cabo-verdiana é terciarizada, onde os serviços incluindo o turismo representam o maior potencial de crescimento das exportações e mais de 70% do PIB. O sector de turismo destaca-se como a área de maior potencial, e que pode dar uma maior contribuição para o desenvolvimento do país, uma vez que, este é um sector que está crescendo muito em Cabo Verde, sendo visitado anualmente por cerca de 20 mil pessoas devido à própria condição geográfica e climática que permite o seu desenvolvimento e atrai investimento externo⁷⁸.

Em Fevereiro de 2012, a inflação média anual atingiu os 4,3%, aumentando 1,6 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2011. Em termos mensais, os preços cresceram 0,7%, em grande medida devido à actualização pela Agência de Regulação Económica dos tectos máximos dos preços a retalho dos combustíveis, lubrificantes e gás, bem como das tarifas de electricidade⁷⁹.

Apesar do abrandamento económico na Europa, que responde por 90% do investimento directo estrangeiro, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 foi suportado pelo aumento de 25% do número de turistas e o crescimento de 24% das remessas da grande diáspora cabo-verdiana⁸⁰. Em Fevereiro de 2012, as remessas de emigrantes em divisas cresceram 32%, abrandando 2,7 pontos percentuais em relação ao mês de Janeiro, determinada pela desaceleração em 5 pontos percentuais para 32% das provenientes da Zona Euro, na medida em que, o ritmo de crescimento das remessas dos EUA manteve-se em torno dos 14%⁸¹.

⁷⁷Vide PUC-RIO, *Panorama Histórico, Político e Sócio-Económico de Cabo Verde*, disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesabertas/0510666_07_cap_02.pdf>, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

⁷⁸Vide Banco de Cabo Verde (BCV), *Relatório do Conselho de Administração-Relatório e Contas 2010*, disponível em: <<http://www.bcv.cv/>>, consultado em 13 de Março de 2012>.

⁷⁹Cfr. Instituto Nacional de Estatística, *Índice de Preços no Consumidor*, Fevereiro de 2012.

⁸⁰Cfr. *Jornal OJE*, Fitch coloca Cabo Verde em B+, disponível em: <<http://www.jornaloje.pt/>>, acessado em 18 Abril de 2012>.

⁸¹Vide Banco de Cabo Verde (BCV), *Relatório do Conselho de Administração-Relatório e Contas 2010*, disponível em: <<http://www.bcv.cv/>>, consultado em 13 de Março de 2012>.

Para o Arnaud Louis, Director Associado da Equipa de Análise Soberana da *Fitch*, apesar de um ambiente externo difícil em 2011, estima-se que o crescimento real do PIB, cresça cerca de 5% em 2012 e 2013, reflectindo o êxito de Cabo Verde em diversificar o comércio e os parceiros financeiros na Europa, tendo como principais, Portugal, França, Alemanha, Holanda e Reino Unido⁸².

2.4. Biodiversidade e conservação de natureza

O país possui um nível bastante considerável de biodiversidade, expressa nas suas mais diversas formas genética, específica, taxinómica, ecológica e funcional. A biodiversidade Cabo-verdiana é composta por variadíssimas espécies tanto da fauna e flora terrestre passando para os recursos marinhos. A flora cabo-verdiana é rica em espécies endémicas, estando neste momento um grande número delas ameaçadas. Existem no país cerca de 90 espécies endémicas, que não se encontram em nenhuma outra parte do mundo. Porém, a biodiversidade cabo-verdiana quando comparado com a de outros arquipélagos da Macaronésia é relativamente pobre.⁸³

Se por um lado é imprescindível a existência da biodiversidade no planeta terra, por outro, há necessidades humanas que muitas vezes perigam a sua manutenção, daí a necessidade da conservação da natureza. A conservação do ambiente é tarefa do Homem, pois a sua qualidade de vida depende grandemente do nível de conservação dos ecossistemas⁸⁴.

As alterações e variabilidade climáticas, as catástrofes naturais, a proliferação de espécies exóticas invasoras, a sobre-exploração de recursos naturais, o crescimento acelerado da actividade turística, a poluição e gestão de resíduos constituem as principais ameaças ao desenvolvimento sustentável, à conservação da natureza e à manutenção da biodiversidade em pequenas ilhas⁸⁵, o que é extensivo a Cabo Verde.

⁸²Vide Jornal OJE, Fitch coloca Cabo Verde em B+, disponível em: <<http://www.jornaloje.pt/>, acessado em 18 Abril de 2012>.

⁸³Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999, disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 2012>.

⁸⁴Idem.

⁸⁵Vide International Union for Conservation of Nature (IUCN), *Defining Protected Area Management Categories*, disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html, consultado a 16/04/2012>.

Uma grande parte da população cabo-verdiana está consciente do estado de degradação da diversidade biológica a nível regional e nacional. A percepção do estado de degradação dos recursos biológicos pelo Governo está reflectida na Lei de Bases do Ambiente que contempla a "preservação da fauna e flora de Cabo Verde", e pela publicação de diversos Decretos Regulamentares. Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma acelerada.⁸⁶

A conservação e valorização da biodiversidade, através da conservação *in situ*, sobretudo em espaços naturais protegidos, constituem um dos eixos prioritários da política do ambiente do governo, para o sector do ambiente, consubstanciando no segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, aprovado pela Resolução n.º 14/2005, de 25 de Abril, na Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, ratificado por Cabo Verde em Março de 2005⁸⁷.

A conservação e gestão ambiental são preocupações que vem sendo apresentadas pelos sucessivos governos de Cabo Verde e materializadas pelos vários Planos Nacionais de Desenvolvimento, com base nos programas e acções de reflorestação e luta contra a desertificação e o impacte das secas, do levantamento dos recursos do solo, do subsolo e do mar, do estudo de espécies de flora e de fauna marítima e terrestre e de protecção de espécies em risco, da conservação e aproveitamento dos recursos naturais identificados e, da conservação do litoral e protecção das ilhas.⁸⁸

Cabo Verde tem desenvolvido grande esforço no combate à erosão, através de acções de florestação e conservação de solo e água. Diferentes técnicas de conservação de solos e águas têm sido utilizadas para combater a erosão e o processo de desertificação, tanto em zonas de declive acentuado como em zonas mais planas. Estas técnicas consistem, essencialmente, na

⁸⁶Vide Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004 p.63.

⁸⁷Cfr. Resolução n.º 40/2008, de 8 de Dezembro, que aprova o Plano de Gestão de Serra Malagueta e estabelece a conservação e valorização da biodiversidade, através da conservação *in situ*, sobretudo em espaços naturais protegidos, como eixos prioritários da política do governo para o sector do Ambiente, consubstanciado no Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente aprovado pela Resolução n.º 14/2005, de 25 de Abril, na Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, ratificada em Março de 2005.

⁸⁸Cfr. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Perfil Ambiental de Cabo Verde, Praia, 2004b p.228.

utilização de estruturas mecânicas, nomeadamente terraços, muretas, banquetas, diques e estruturas biológicas⁸⁹.

A conservação da natureza rege-se pelos princípios de acção pública, consignados na Lei de Bases da Política do Ambiente, aprovada pela Lei 86/IV/93, de 26 de Julho. A criação e a gestão de espaços protegidos em Cabo Verde, reconhecidas hoje como uma ferramenta indispensável para a conservação da natureza, estão previstas no Decreto-Lei n.º3/2003, de 24 de Fevereiro, que visa implementar medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais, e que veio preencher uma grande lacuna na legislação ambiental cabo-verdiana⁹⁰. Em termos de acções de Conservação da Natureza, o projecto “Áreas Protegidas” representa o maior esforço empreendido até ao momento em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a conservação da natureza contempla também as Zonas Húmidas ou Sítios Ramsar, de acordo com o estabelecido na Convenção de Ramsar, com vista ao aumento de medidas, tendentes a minimizar as pressões das capturas de peixes comerciais e tartarugas, da extracção de areias e da deposição de sedimentos e resíduos, nas zonas litorais, como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas.

Para Pereira (2005:92), as políticas ambientais e de Conservação da Natureza vigentes em Cabo Verde, vêm-se baseando essencialmente na gestão e conservação da cobertura florestal e espécies marinhas, na introdução de novas espécies vegetais, em acções de correcção e conservação do solo, na protecção de zonas costeiras e, mais recentemente, na implementação dos projectos Áreas Protegidas e Parques Eólicos para a produção de “energia limpa”.

Em Cabo Verde a conservação da natureza tem esquecido a sua vertente geológica (Pereira, 2005 *apud* Alfama, 2007:14). Deve-se contemplar acções que visam uma gestão integrada e equilibrada dos recursos naturais, envolvendo a bio e a geoconservação e promover um modelo de gestão apropriado, com integração dos aspectos geológicos, evitando a ocupação de zonas costeiras que albergam actualmente um elevado número de habitantes (Pereira, 2005:87). Assim, a catalogação, preservação e valorização do património geológico pode

⁸⁹Cfr. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004 p.18.

⁹⁰Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 Fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas Praia, 2003 pp.3-4.

contribuir para o desenvolvimento e utilização racional dos recursos naturais, promovendo a investigação e a educação no domínio ambiental, bem como as actividades recreativas e turísticas (Alfama, 2007:14).

As acções nefastas de factores climáticos e antrópicos vêm contribuindo, ao longo dos tempos, para a degradação dos recursos naturais. Esta situação exige a adopção de medidas que garantam uma gestão sustentável de recursos naturais de todo o território nacional. Tais medidas passam necessariamente pela identificação das actividades que põem em risco o equilíbrio ambiental e pela inventariação de recursos naturais mais vulneráveis à acção antrópica. Essas acções conduzem à adopção de medidas que visam controlar a implementação de actividades económicas de modo a garantir um desenvolvimento sustentável do país (Alfama, 2007:13).

Para que estas acções sejam implementadas, os diversos atores, designadamente o Conselho dos Ministros para o Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica, Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, Câmaras Municipais, Organizações Não-governamentais, sector privado e empresarial, e todos os intervenientes no processo ambiental, têm de estar em perfeita sintonia, o que presume um investimento a níveis de formação e informação, de implementação de um plano de ordenamento e gestão do território e de todos os seus recursos, com delimitação de áreas prioritárias de intervenção e sobretudo na capacitação técnica e institucional (Pereira, 2010:87).

2.5. Caracterização de áreas protegidas

Em Cabo Verde, a Lei de Bases da Política do Ambiente nº 86/IV/93 de 26 de Junho de 1993, no seu artigo 29, prevê a criação de uma rede de áreas protegidas (APs) e focaliza as "áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras características naturais distintas que devem ser objecto de designação, preservação e de conservação, devido ao seu valor estético, raridade, relevância científica, cultural e social e sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens". Além disso, a protecção de áreas naturais, paisagens,

sítios, monumentos e espécies protegidas está descrita no Decreto-lei nº 14/97, de 1 de Julho de 1997, onde os critérios para a selecção das AP foram primeiramente definidos por lei⁹¹.

O Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, estabelece o Regime Jurídico dos Espaços Naturais, criando assim, a tipologia de APs, dando-lhes conteúdo jurídico, configurando uma rede nacional da AP como um sistema aberto e determinando o regime de protecção, resolvendo a concorrência com outros regimes sectoriais, criando os instrumentos de gestão necessários, entre outros, constituindo ainda, um valioso instrumento capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, os aspectos geológicos e geomorfológicos, a protecção de valores culturais e estéticos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano⁹²

A nível nacional, o total de áreas protegidas designadas por lei abrange 72.156 hectares de paisagem, incluindo exclusivamente paisagens terrestres e zonas costeiras, o que representa 15% da superfície terrestre do país e 13.460 hectares de paisagem marinha⁹³. Em função dos bens e valores a proteger e com o objectivo de regular os níveis de protecção e usos compatíveis no território, no sistema de áreas protegidas (APs) de Cabo Verde, estão previstas de acordo com a legislação que o regula, seis seguintes categorias⁹⁴: (Vide quadro 1 e 2, anexo 1)

- **Categoria I - Reservas Naturais** - espaços naturais de dimensão variável de especial interesse ecológico e científico, submetidos a um regime de protecção especial e cuja gestão tem por objectivo salvaguardar e recuperar os valores que motivaram a sua declaração. São num total de quinze (15) reservas naturais classificados em três (3) categorias:

1. **Reserva natural integral** – quando o objecto do projecto da protecção é a totalidade do ecossistema com todos os seus componentes, assim como a

⁹¹Cfr. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.13.

⁹²Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei n.º 03/2003, de 24 Fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas Praia, 2003 pp.3-4.

⁹³Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura, Área protegida de Cabo Verde, Área protegida na legislação cabo-verdiana, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=57&lang=en>, consultado em 25 de Abril de 2012>.

⁹⁴Idem.

preservação da ocupação humana alheia a fins científicos ou, eventualmente, educativos;

2. Reserva natural parcial – quando o objecto da protecção é um recurso natural concreto, quer seja uma espécie, um conjunto delas ou um determinado habitat. São permitidos os usos que sejam compatíveis com a finalidade da protecção;

3. Reserva natural temporal – sítio de dimensão reduzida, que se estabelece por um período limitado de tempo para permitir a recuperação do recurso ou de sistemas ecológicos pontuais, sob um regime de protecção transitório.

- **Categoria II - Parques nacionais** - espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciam pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, socioeconómico, educativo e recreativo ou, onde existe uma paisagem de notável valor estético e em Cabo Verde não existe, ainda, lugares com essa denominação;
- **Categoria III - Parques naturais** - espaços amplos que contêm sistemas predominantemente naturais como habitat, espécies ou mostras significativas da biodiversidade do país. Para esta categoria;
- **Categoria IV - Monumentos naturais** - espaços naturais de dimensão moderada, que contêm um ou mais elementos naturais ou culturais de valor excepcional pela sua raridade, singularidade, interesse científico, função ecológica ou cultural, e que são protegidos para perpetuar as referidas características eliminando qualquer acção ou actividade que os altere. Nesta a categoria encontra-se seis (6) sítios;
- **Categoria V - Paisagens protegidas** - Zonas terrestres ou litorais onde a acção integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem estética ou valor cultural que merecem conservação, centrando-se a protecção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem. Em todo território nacional existem dez (10) sítios enquadrados nessa categoria; e
- **Categoria VI - Sítios de interesse científico** - São lugares naturais, geralmente assinalados e de dimensão reduzida, que contem elementos naturais de interesse científico, amostras ou população animais e/ou vegetais ameaçadas de extinção ou que merecem medidas específicas de conservação temporal. Ainda não há, em Cabo Verde, sítios designados.

É de frisar que, as categorias predominantes são os Parques Naturais e as Reservas Naturais, cobrindo cerca de 75% da área da rede global de áreas protegidas (APs) ⁹⁵. (Vide anexo 1, quadro 1 e 2)

A legislação cabo-verdiana não estabelece a correspondência entre as categorias nacionais e as áreas protegidas (APs) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e isto constitui uma lacuna na legislação. Em Cabo Verde, apenas três sítios foram classificados como zonas húmidas de importância internacional no quadro da Convenção de Ramsar⁹⁶, nomeadamente, o Curral Velho, a Lagoa de Pedra Badejo e a Lagoa de Rabil. Destes, apenas o primeiro tem uma categoria nacional correspondente a Paisagem Protegida de Curral Velho na Ilha da Boavista, porém, existe o potencial para o estabelecimento de outros sítios de Ramsar, mas isso exigiria um envolvimento mais activo na implementação dessa Convenção. Para além dos sítios Ramsar, nenhuma outra categoria internacional de AP é adoptada em Cabo Verde⁹⁷, de acordo com o quadro 2 que se encontra a seguir.

⁹⁵Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura Áreas protegidas de Cabo Verde, categorias das áreas protegidas, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56&lang=en>, consultado em 25 de Abril de 2012>.

⁹⁶A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um tratado inter-governamental adoptado em 2 de Fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como "Convenção de Ramsar" e representa o primeiro dos tratados globais sobre conservação. Entrou em vigor em 1975 e conta actualmente com 150 países contratantes em todos os continentes. Actualmente, foram designados pelas Partes contratantes cerca de 1.600 sítios de importância internacional, cobrindo cerca de 134 milhões de hectares de zonas húmidas.

⁹⁷Cfr. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.9.

Quadro 2: Estrutura da rede de área protegida (AP) /área marinha protegida (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria.

Categorias de APs nacionais em cada bioma	Nº de sítios	Área de paisagem (ha)	Área de paisagem marinha (ha)	% da rede de AP/AMP	Comentários
Sítios exclusivamente terrestres (AP)	20	30.048	-	42%	Os maiores sítios estão nas ilhas do Fogo, Santo Antão e Boavista. Dois parques terrestres nas ilhas de São Nicolau e Santiago foram operacionalizados. Os sítios estão bem distribuídos pelas ilhas de Cabo Verde e são representativos dos ecossistemas terrestres do país.
Paisagens Protegidas	5	7.080	-	10%	
Reservas Naturais	2	1.118	-	25%	
Parques Naturais	8	20.357	-	28%	
Monumentos Naturais	5	1.494	-	2%	
Sítios costeiros marinhos (AMP)	27	28.649	13.460	58%	O conceito de uma área marinha protegida (AMP) é relativamente novo em Cabo Verde, portanto as experiências em gestão de AMP são incipientes. Os sítios criados por lei ainda precisam ser operacionalizados no terreno. Três ilhas albergam a grande maioria das AMP do país: Boavista, Sal e Maio. Os sítios também incluem a ilha desabitada de Santa Luzia e os ilhéus Branco, Raso e Rombo.
Paisagens Protegidas	5	29.83	0	4%	
Reservas Naturais	13	10.573	5.935	23%	
Parques Naturais	2	10.044	7.524	24%	
Monumentos Naturais	1	90	0	0%	
Reservas Naturais Integrados	6	4.959	0	7%	
Total de APs e AMPs	47	58.696	13.460	100%	O total de hectares da rede de APs/AMPs é 72.156 hectares de terras e paisagens marinhas.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.9.

A Rede Nacional de Área Protegida em Cabo Verde pode ser dividida em subconjuntos terrestre e marinho/costeiro, com relação ao bioma a que pretendem oferecer protecção. O subconjunto terrestre compreende 20 sítios que foram legalmente estabelecidos em 2003, totalizando 30.048 hectares, o que corresponde a 7,5% da superfície terrestre do país. As áreas protegidas (APs) terrestres estão distribuídas por oito ilhas, sendo a maior delas o Parque Natural de Chã das Caldeiras na ilha do Fogo, com 8.469 hectares, incluindo a cratera do

vulcão da ilha, que ainda se encontra activa. De todos as APs terrestres, apenas dois sítios foram efectivamente operacionalizados até agora⁹⁸, o Parque Natural de Serra Malagueta na ilha de Santiago com 1.200 hectares e de Monte Gordo na ilha de São Nicolau com 2.500 hectares⁹⁹.

Relativamente ao subconjunto marinho/costeiro (AMP) da rede de AP, foram publicados em 2003, 27 sítios, das quais 27.199 hectares são paisagens marinhas e 13.460 hectares são terras costeiras. Nove desses sítios estão localizados na Ilha da Boavista e os outros nas ilhas do Maio e Sal. A ilha de Santa Luzia e os ilhéus Rombo, Branco e Raso são AMP na sua totalidade. Com excepção de Santa Luzia, que conta com um plano de gestão e restrições de acesso impostas pela Guarda Costeira, nenhuma outra AMP em Cabo Verde tem sido operacionalizada. A experiência em gestão de AMP é ainda mais incipiente do que dos sítios terrestres¹⁰⁰.

2.6. Situação ambiental

Cabo Verde é um país ecologicamente frágil, de fracos recursos naturais e vulnerável aos fenómenos naturais, particularmente as secas, as actividades antrópicas, que têm como consequência a alteração dos microclimas, a desertificação, as chuvas torrenciais. Os períodos cíclicos de secas alternadas com cheias têm sido as principais causas de perdas económicas, degradação ambiental e problemas sócio-económicos¹⁰¹.

O clima de Cabo Verde é subtropical seco com temperaturas médias que variam entre 20 e 26°C, dependendo das condições oceânicas e atingindo a humidades valores abaixo dos 10%. Existem duas estações, a da “seca” e a das “chuvas”, sendo esta última escassa e irregular, ocorrendo normalmente durante os meses de Julho a Outubro e por precipitações por vezes torrenciais e muito mal distribuídas no espaço e no tempo. Os ecossistemas do país são considerados frágeis, devido à sua condição insular e por causa de vários factores naturais e

⁹⁸As áreas protegidas contam com planos de gestão, infra-estruturas, pessoal, sistemas de vigilância e algum nível de monitorização ecológica.

⁹⁹Cfr. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.9.

¹⁰⁰Idem.

¹⁰¹Cfr. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004 p.12.

antrópicos que provocam a diminuição dos recursos naturais (água, biodiversidade, terras e recursos marinhos)¹⁰².

As condições climáticas aliadas à baixa percentagem de solo arável¹⁰³ comprometem em certa medida a abundância de recursos naturais terrestres, provocando um défice de produção agrícola. Como complemento das actividades agrícolas, surgem as actividades ligadas ao sector pecuário e, devido a falta de recursos forrageiros, principalmente nas zonas áridas e semi-áridas e falta de conhecimento de gestão do efectivo pecuário, a população tem optado pela criação de caprinos de uma forma livre, provocando um sobre-pastoreio que leva a degradação das pastagens e, por conseguinte, a erosão do solo¹⁰⁴.

A par da generalizada anarquia que caracteriza a ocupação urbana, a agricultura dá com frequência lugar a actuações que põem em causa a sua própria sustentabilidade. Pois, tem em consideração a interacção complexa das dimensões físicas, ecológicas, económicas, sociais, políticas e institucionais. Nesta perspectiva, os principais problemas ambientais resultam de uma inadequada gestão dos recursos naturais nos meios urbano e rural, consequência da pressão do consumo e da baixa capacidade de produção de riqueza, com a pobreza, que afecta particularmente as zonas rurais, a funcionar como causa e efeito da degradação ambiental (Alfama, 2007:13).

Em Cabo Verde, há uma intensiva exploração dos recursos naturais terrestres, marinhos, hídricos e de inertes, bem como a degradação desses recursos devido à introdução de espécies exóticas, transformação de habitats em terrenos agrícolas, urbanização, fragmentação e destruição de habitats (Lima, 2008:61-62).

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das zonas costeiras, tem aumentado, não obstante a existência de medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus habitats. O meio marinho tem experimentado mudanças como resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes comerciais, da extracção

¹⁰²Cfr. Ministério Ambiente, Agricultura e Pesca - Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Documento Síntese, Praia, Fevereiro 2004 pp.4-5.

¹⁰³Os solos cultiváveis representam apenas 10% do território nacional.

¹⁰⁴Cfr. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas & Direcção Geral das Pescas - Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. Praia, 2003.

desenfreada de areias, do desenvolvimento desordenado de derrames de hidrocarburentes, da intrusão salina e da poluição. A orografia da orla marinha, que na maior parte das vezes é vulnerável aos efeitos das marés, não contribui para aliviar os efeitos nefastos desses factores. No que concerne a poluição o maior risco resulta dos derrames de hidrocarbonetos, causado pela frota nacional e internacional, e pela presença de portos e estaleiros.¹⁰⁵

A descontinuidade do território, o isolamento, a introdução de espécies exóticas, os regimes climáticos e oceanográficos e a constante pressão demográfica, são factores que determinam o estado actual da biodiversidade no arquipélago (Lima, 2008:61). A insularidade e um clima seco levaram à evolução de fauna e de flora únicas, uma vez que as espécies locais gradualmente se adaptaram às condições climáticas e geológicas variadas, resultando em elevados níveis de endemismo por todas as ilhas¹⁰⁶.

A diversidade biológica terrestre cabo-verdiana é constituída por diversos tipos de organismos vivos, nomeadamente, plantas, animais, líquenes e fungos. As plantas identificadas classificam-se em Angiospérmicas, Gimnospérmicas (apenas existem espécies introduzidas), Pteridófitas e Briófitas. Os animais mais conhecidos representam as classes de vertebrados, sendo as mais representativas as classes de aves e répteis. Os mamíferos e os anfíbios selvagens estão representados, respectivamente, 1 espécie de macaco verde (*Cercopithecus aethiops*), 1 espécie de morcego e, 1 espécie de sapo (*Bufo regularis*), todas introduzidas¹⁰⁷.

Em relação aos invertebrados, merecem realce devido ao seu estado actual de conservação, os artrópodes, representados pelos insectos, aracnídeos e crustáceos de água doce (todos extintos) e os moluscos extramarinhos de água doce e das zonas mais húmidas, em que 59% dos terrestres estão ameaçados¹⁰⁸.

Os ecossistemas terrestres são representados por baixa diversidade, sendo que a flora é mais conhecida do que a fauna. A flora é constituída em grande parte por angiospérmicas, sendo

¹⁰⁵ Cfr. Ministério de Ambiente, Agricultura e Pesca - Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Documento Síntese, Praia, Fevereiro 2004 pp.4-5.

¹⁰⁶ Cfr. Ministério de Ambiente, Agricultura e Pesca - Segundo Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade, Praia, 2002.

¹⁰⁷ Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999. Disponível em: <<http://www.sia.cv/>>, consultado em Fevereiro de 20012>.

¹⁰⁸ Idem.

estas representadas por 240 espécies indígenas, onde 85 são endémicas¹⁰⁹, estimando-se no total 621 espécies¹¹⁰. As ilhas mais montanhosas, Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo, apresentam maior diversidade terrestre, por apresentarem um microclima de altitude e também porque neste ambientes os endemismos estão melhor representados, sendo a ilha de Santo Antão a que detêm maior número de espécies indígenas (150) e endémicas (50) que estão concentradas nos biótopos, e S. Nicolau, Santiago e Fogo as que depois de Santo Antão, detêm um maior número de espécies endémicas (45, 38 e 37, respectivamente) em relação às restantes ilhas¹¹¹.

A diversidade biológica terrestre endémica de Cabo Verde é bem distribuída por todas as ilhas, sendo os factores mais determinantes são, o tamanho da ilha, a diversidade do clima, o relevo geográfico e os nichos ecológicos. Santo Antão é a ilha mais rica em termos de endemismo, com um total de 46 espécies, sendo 11 exclusivas da ilha e a ilha Maio é mais pobre representado por um total de 10 espécies, conforme o gráfico 2 que se encontra a seguir. Em todas as ilhas há uma variedade de plantas medicinais, tanto nativas como exóticas, que são utilizadas pelas populações rurais¹¹².

¹⁰⁹Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA)– Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999, disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 20012>.

¹¹⁰Cfr. Cabo Verde Natura - II *Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”*. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas de Sal, Boa Vista y Maio, 2001.

¹¹¹Vide Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) – Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999, disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 20012>.

¹¹²Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.7.

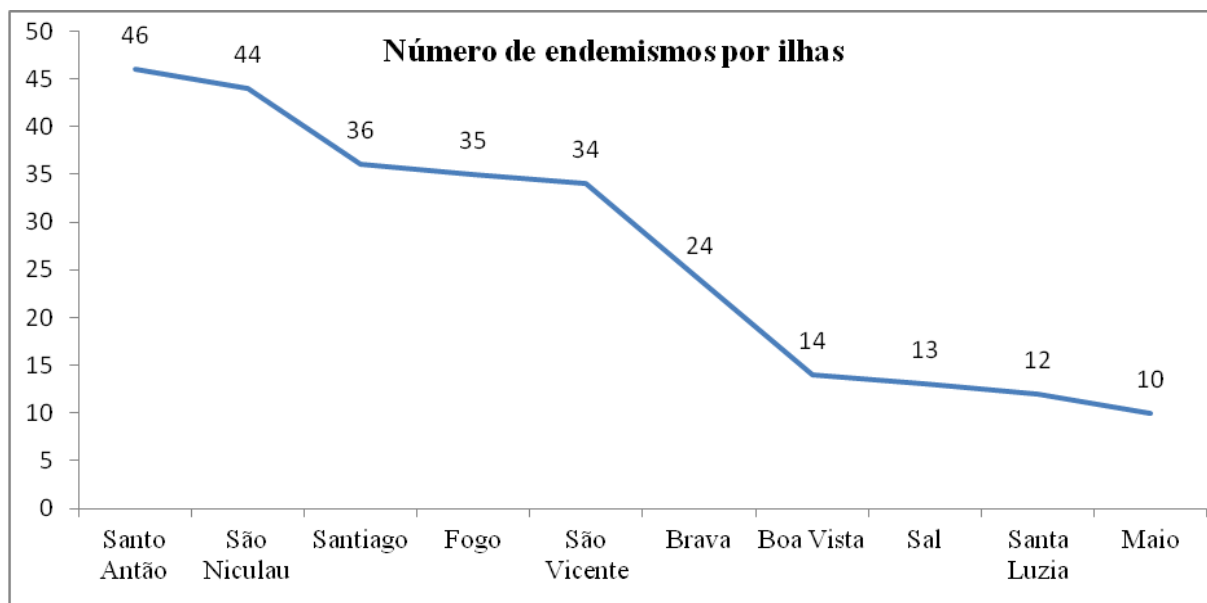


Gráfico 2: Distribuição de espécies endêmicas por ilhas.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia (Agosto de 2010).

Quanto a fauna, 47% das espécies de aves em Cabo Verde estão ameaçadas, incluindo 17 das 36 espécies que se reproduzem nas ilhas. Várias aves endêmicas estão na lista de ameaçadas de extinção, incluindo a *Pandion haliaetus*, *Halcyon leucocephala* e *Calonectris edwardsii*. A *alauda razae*, que só vive em Cabo Verde, foi reduzida a uma população de 250. O primeiro censo do Papagaio Vermelho “*Red Kite*”(*Milvus milvus fasciicauda*) e do Milhafre Preto (*Milvus migrans m.*), revelou que as suas populações em todo o arquipélago totalizam menos de 10 de cada espécie¹¹³.

Cabo Verde é um importante ponto para a migração (130 espécies) e de nidificação de aves (40 espécies), com quatro dessas espécies na lista de espécies ameaçadas (*Fregata magnificens*, *Sula leucogaster*, *Calonectrix edwardsii* e *Phaethon aethereus Mesonauta*). O país já possuiu 28 espécies de répteis em sua história, sendo 25 endêmicas, 18 das quais existem ainda, e 25% dessas estão ameaçadas. Existem 5 espécies de tartarugas nos ecossistemas marinhos de Cabo Verde que têm sido geralmente exploradas de forma insustentável¹¹⁴.

¹¹³Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.7.

¹¹⁴Idem.

Os répteis terrestres estão representados por 28 *taxa*, 6 são endémicos ao nível da espécie e 16 são ao nível da subespécie, sendo 28% encontram-se ameaçadas¹¹⁵.

A biodiversidade marinha cabo-verdiana é abundante. O país abriga 10% da diversidade mundial de gastrópode marinho do género *Conus*. A biodiversidade marinha está concentrada na grande plataforma marinha compartilhada pelas ilhas de Boavista, Sal e Maio. Nas outras ilhas, devido ao facto de as águas serem muito profundas, a produtividade biológica é fraca (Lima, 2008:63). As ilhas de Boa Vista e Maio albergam quase 50% das espécies endémicas e as de São Vicente, Sal e Santiago quase 40%, devido a ocorrência de um número considerável de espécies endémicas marinhas e o facto da maior diversidade estar associada às zonas de maior extensão das plataformas insulares¹¹⁶.

Em relação à flora, de acordo com o Primeiro Relatório Nacional sobre a Biodiversidade, a zona Tropical do Atlântico Este em que Cabo Verde se situa, é considerada uma das zonas mais pobres em espécies de algas marinhas. As zonas costeiras são dominadas por algas verdes (*Chlorophyta*) e vermelhas (*Rhodophyta*). Para além destas encontram-se, em pequenas biomassas, as algas castanhas que habitualmente preferem as águas frias. A fauna marinha é constituída por animais invertebrados, nomeadamente, os espogiários, os poliquetas, os hidrozoários e as estrelas-do-mar, os corais, os moluscos e as cefalópodes, os bivalves os gastrópodes e os crustáceos e, vertebrados.

Cabo Verde alberga 639 espécies de peixes, sendo que todos estão presentes em número elevado. Embora, em geral, as populações de peixes são grandes, a percentagem de espécies endémicas de peixes na área específica das ilhas de Cabo Verde é considerada baixa (aproximadamente 13%)¹¹⁷.

Existem 5 (cinco) espécies de tartarugas marinhas (*Dermocels coriacea*, *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Lepidochelys olivacea*) no país. Estima-se que cerca

¹¹⁵Vide Cabo Verde Natura - II *Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”*. *Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas de Sal, Boa Vista y Maio*, 2001.

¹¹⁶Idem.

¹¹⁷Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.7.

de 3.000 tartarugas cabeçudas (*Caretta caretta*) nidificam em Boa Vista e Sal anualmente, tornando estas áreas nos segundos mais importantes locais de nidificação em todo o Oceano Atlântico¹¹⁸. As tartarugas marinhas têm sido geralmente exploradas de forma insustentável ao longo de décadas, tudo por causa dos seus ovos e carne que são altamente apreciados pelos seres humanos, e sua casca é usada para fazer peças de joalheria.

Dentre os géneros de aves tipicamente marinhas, encontra-se *Calonectris*, *Puffinus*, *Pelagodroma*, *Fregata*, *Sula*, *Phaeton* e *Pandion* e os tipicamente limnícolas *Charadrius*, *Himantopus*, *Calidris*, *Tringa* e *Arenaria*¹¹⁹.

Dentre as quatro famílias conhecidas da lagosta, encontra-se no arquipélago nacional o *Palinuridae* (a lagosta rosa, verde e marrom) e a *Scyllaride* (lagosta de pedra). O *charlestoni* *Palinuris* é uma espécie endémica. Várias espécies marinhas em Cabo Verde são exploradas, muitas vezes, ao limite da sustentabilidade. Os ecossistemas costeiros e marinhos de Cabo Verde também abrigam mamíferos marinhos (pelo menos 17 espécies de baleias e golfinhos), recifes de corais, algas e esponjas. A sua diversidade de corais é considerada como sendo uma das mais elevadas do mundo¹²⁰.

2.7. Legislação e políticas ambientais

A conservação do meio natural implica o recurso a um conjunto de medidas e acções, baseadas em análise dos seus valores intrínsecos, sua vulnerabilidade e no grau de degradação, com vista a manter ou recuperar o valor natural de um determinado lugar ou elemento natural, que deve ser adoptado por todos.

Desde a independência do País, em 1975, foram concebidas e implementadas numerosas medidas legislativas que têm garantido, em certa medida, a protecção e a conservação dos

¹¹⁸Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.7.

¹¹⁹Vide Cabo Verde Natura - II Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas De Sal, Boa Vista y Maio, 2001.

¹²⁰Vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010 p.8.

recursos naturais locais. Porém, é a partir dos anos 80 que estas medidas conheceram um maior incremento (Pereira, 2010:88).

A Constituição da República de Cabo Verde, de 1980, já apresentava medidas relativas à soberania do território nacional, frisando que o país exerce soberania sobre todo o território nacional abrangendo a superfície emersa, as águas arquipelágicas e o mar territorial e os respectivos leitos e subsolos definidos na lei. “O mesmo é aplicável sobre todos os recursos naturais, vivos e não vivos, que se encontrem no seu território” (Pereira, 2005:88).

A partir dos anos 1990, pode-se afirmar que houve uma viragem no que toca ao tratamento das questões ambientais a nível nacional. Acções ligadas a protecção do ambiente foram desenvolvidas e a integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade, ao fazer da obtenção de um nível elevado de protecção ambiental uma das prioridades do país e da integração do princípio do desenvolvimento sustentável nas políticas ambientais¹²¹.

Foram declaradas, através da Lei 79/III/90, as Reservas Naturais da Ilha de Santa Luzia e dos Ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde, designadamente os ilhéus Baluarte. Para além de deterem componentes da diversidade biológica de grande valor socioeconómico, alguns desses ecossistemas (Bordeira e Pico Novo, na ilha do Fogo, Ilhéu Raso e Branco, ilhéu Curral Velho) são *habitats* de espécies vegetais (*Echiumvulcanorum*) e animais (*Aluada razae* e *Fregatamagnificens*), seriamente ameaçados de extinção¹²².

Em 1992, procedeu-se a revisão constitucional, dando origem a nova constituição de 1992, na qual consagra no seu 72º artigo que “todos têm o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”. Esta revisão Constitucional coincidiu com o ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, pelo que as mudanças apresentadas em matéria de ambiente não são alheias ao momento político internacional que se vivia na

¹²¹Cfr. Rocha, Y. C. et *all.*- Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental (NCSA -GEM) – Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três convenções (Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD), Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), Documento final, Praia, Abril de 2007 p.28.

¹²²Cfr. Ministério do Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Monte Gordo, Praia, Dezembro de 2008 p.107.

altura. Assim, inserido no contexto da crescente preocupação ambiental a nível global, em que os bens naturais como a água, a biodiversidade, os solos, têm vindo a sofrer acentuada escassez, Cabo Verde, não tem poupado esforços, no sentido de criar legislação promotora de conservação da natureza, biodiversidade e protecção dos recursos naturais (Pereira, 2010:88).

Esta abordagem transversal da política ambiental foi confirmada pela introdução da vertente ambiental nos Programas do Governo à partir de 1993, bem como pela elaboração do II Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA)¹²³ em 2003, que estabeleceu objectivos de desenvolvimento sustentável num horizonte de dez anos (2004-2014) fundamentalmente orientada para a gestão sustentável dos recursos ambientais. A integração da problemática ambiental nas restantes políticas passou a ser assumida pelas diferentes instituições nacionais. Desde então, esta integração tem sido objecto de diversos actos, nomeadamente nos sectores centralizados e descentralizados¹²⁴.

Em 1995, com a entrada em funcionamento do Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), órgão com competências para as Políticas Ambientais, que viria a ser substituído pela Direcção Geral do Ambiente (DGA), a problemática ambiental em Cabo Verde ganhou uma nova dimensão, marcando o início de um processo irreversível de protecção ambiental em Cabo Verde¹²⁵.

Através do Decreto-Legislativo nº 14/97 de 1 de Julho, em 1997, foi publicado o primeiro documento oficial “Código do Ambiente”¹²⁶ com um carácter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental, onde estão abordadas questões como avaliação e estudo do

¹²³ Este documento foi elaborado com base nas orientações de desenvolvimento adoptadas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002, e, faz uma abordagem transversal, participativa e descentralizada da problemática ambiental, envolvendo sectores públicos e privado, municípios, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil.

¹²⁴ Cfr. Rocha, Y. C. et *all.*- Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental (NCSA -GEM) – Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três convenções (Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD), Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), Documento final, Praia, Abril de 2007 p.28.

¹²⁵ Vide Ministério do Ambiente Agricultura e Pesca (MAAP) - Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) - Documento Síntese, Praia, Fevereiro 2004 p.2.

¹²⁶ O Código do Ambiente consiste no primeiro documento oficial com um carácter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental (gestão de recursos naturais, poluição, Conservação da Natureza, ...) de Cabo Verde. Contempla algumas medidas conservacionistas tendentes a preservar não só a diversidade biológica mas também elementos da geodiversidade, ainda que de uma forma bastante incipiente.

impacte ambiental; controlo dos resíduos urbanos, industriais e outros; protecção dos recursos geológicos; controle da poluição atmosférica; protecção de espaços naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas; proibição da extracção, exploração da areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores e estabelecimento das contra-ordenações pela extracção ou exploração sem licença. Este, contempla algumas medidas conservacionistas tendentes a preservar não só a diversidade biológica mas também elementos da geodiversidade, ainda que de uma forma bastante incipiente (Pereira, 2010:89).

O art.º 72 da Constituição, não sofreu alterações de conteúdo com a revisão constitucional de 1999, passando a temática do ambiente a constar na Parte dos Princípios Fundamentais (art.º 7.º, alínea k), definindo como sendo umas das tarefas do Estado “proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural nacional”.

Os recentes instrumentos jurídicos foram criados através do Decreto-Lei nº 2/2002 e do Decreto-Regulamentar nº 7/2002, de 30 de Dezembro, que proíbem a extracção de areia nas dunas, nas praias e águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial e, adopta medidas de conservação e protecção das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, respectivamente.

Cabo verde, com a tomada de consciência por parte da população cabo-verdiana dos riscos associados aos problemas ambientais à escala mundial, a necessidade de adopção de uma abordagem concertada à escala nacional e internacional passou a ser incontornável. O país adoptou formas de operacionalizar a conservação do meio ambiente, concebendo e implementando medidas e acções em benefício do ambiente como reflorestação, construção de diques de correcção torrencial, grandes obras de engenharia hidráulica, paralelamente à criação de instrumentos políticos, normativos e medidas legislativas de âmbito nacional e internacional (Convenções e Tratados), para garantir a protecção dos recursos naturais do arquipélago e a sua biodiversidade (Rocha & Neves, 2007:16).

O país vem participando em várias conferências internacionais, assinou vários Acordos, ratificou outros, específicos ou relevantes para a protecção do meio ambiente do arquipélago, nomeadamente a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, e não

fugindo à regra, consagrou os princípios da Declaração de Estocolmo, bem como a Agenda 21 na Constituição e na Lei de Bases do Ambiente.

Para Pereira (2005) *apud* Pereira (2010:89), face às vulnerabilidades do país, às ameaças ambientais o Estado deverá elaborar e executar políticas adequadas para a defesa, a preservação do ambiente e a promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica; promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca.

Uma das medidas de política do Governo de Cabo Verde é a adopção de um regime de protecção dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial, passando a integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, contribuindo assim para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto-sustentado de Cabo Verde¹²⁷.

Em 2003 foram publicados o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, o Decreto-Lei nº 5/2003, de 31 de Março, que define o sistema nacional de protecção e controle do ar, o Decreto-Lei nº 6/2003, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras e o Decreto-Lei nº 40/2003, de 27 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia.

Em 2005, foi publicado o Decreto-lei nº 81/2005, de 5 de Dezembro, que estabelece o Sistema de Informação Ambiental (SIA) e, em 2006, o Decreto- Lei nº 29/2006, de 6 de Março, que define o regime jurídico da avaliação do impacte ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzir efeitos no ambiente. O quadro 3 apresenta o resumo dos principais decretos legislativos relacionados com a política ambiental em Cabo Verde.

¹²⁷Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 Fevereiro, estabelece o regime jurídico de áreas protegidas, Praia, 2003 p.3

Quadro 3 - Pacote legislativo em matéria de ambiente e conservação da natureza

Lei n.º 79/III/90 , de 26 de Maio	Declara como reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todas os ilhéus do arquipélago.
Lei n.º 102/III/90 , de 29 de Dezembro	Estabelece as Bases do património cultural e natural.
Lei n.º 86/IV/93 , de 26 de Julho	Define as Bases da Política do Ambiente.
Decreto-Legislativo n.º 14/97 , de 1 de Julho	Desenvolve as Bases da Política Ambiente.
Resolução n.º 3/2000 , de 31 de janeiro	Aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Acção à Biodiversidade, Praia, 2000.
Resolução n.º 4/2000 , de 31 de Janeiro	Aprova o Programa Nacional de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
Decreto-Lei n.º 2/2002 , de 21 de Janeiro	Proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.
Decreto-Lei n.º 7/2002 , de 30 de dezembro	Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.
Decreto-Lei n.º 3/2003 , de 24 de Fevereiro	Estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas.
Decreto-Lei n.º 5/2003 , de 31 de Março	Define o Sistema nacional de protecção do ar.
Decreto-Lei n.º 6/2003 , de 31 de Março	Estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras.
Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de Setembro	Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana.
Decreto-Lei n.º 40/2003 , de 27 de Setembro	Estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia.
Resolução n.º 14/2005 , de 25 de Abril	Aprova o Segundo Plano de Acção para o Ambiente (PANA II), no horizonte 2004-2014.
Resolução 16/2005 , de 9 de Maio	Aprova o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, horizonte 2015 e o Plano de acção 2005/2008
Decreto-Lei n.º 53/2005 , de 8 de Agosto	Define os Princípios Gerais da Política de Aproveitamento Sustentável dos Recursos Haliêuticos
Decreto-Lei n.º 29/2006 , de 6 de Março	Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente.
Decreto-Legislativo n.º 6/2010 , de 21 de junho	Que altera o Decreto-Legislativo n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro, que estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, bem como os artigos 81.º e 82.º do Estatuto dos Municípios, aprovados pela Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho.

Fonte: Ministério do Ambiente e Agricultura - Sistema de Informação Ambiental (SIA), Instrumentos jurídicos, disponível em: <<http://www.sia.cv/index.php/pt/sia/instrumentos-juridicos/>>, consultado em Maio de 2012, consultado em 25 de Maio de 2012>

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

Para além dos instrumentos políticos e jurídicos a cima referida, Cabo Verde, para melhor proteger os seus recursos naturais e ambientais, apropria ainda de um conjunto de meios políticos e jurídicos de gestão ambiental tais como a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Projecto Cabo Verde – Natura 2000, Programa Regional de Conservação da Zonas Costeira e Marinha, Projecto de Conservação Marinha e Costeira, Plano de Gestão dos Recursos de Pesca, Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, Lei de Bases do Ambiente, Lei de Criação de áreas protegidas (APs), Lei de Conservação e Protecção de Espécies Ameaçadas, Lei da Criação da Reserva Natural de Santa Luzia, entre outras¹²⁸.

Cabo Verde assinou e ratificou números consideráveis de convenções, tais como, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, sobre as Mudanças Climáticas e de Luta contra a Desertificação em 1995 e, a de Marpol em 1987. Posteriormente, aderiu a outras tantas Convenções, tais como CITES, Ramsar, Basileia, Poluentes Orgânicos Persistentes, Conservação de Espécies Migratórias, Convenção internacional sobre a Cooperação, Preparação e Luta contra a Poluição por Hidrocarbonetos, Protocolo de Montreal, Convenção de Viena, Protocolo de Quioto, Protocolo de Cartagena (Lima, 2008:71).

¹²⁸Cfr. Ministério do Ambiente e Agricultura - Sistema de Informação Ambiental (SIA), Instrumentos jurídicos, disponível em: <<http://www.sia.cv/index.php/pt/sia/instrumentos-juridicos/>>, consultado em Maio de 2012, consultado em 25 de Maio de 2012>.

Capítulo 3: Cooperação institucional e gestão de áreas protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

3.1. Caracterização do Parque Natural de Serra Malagueta

3.1.1. Localização geográfica

Criado pelo Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, o Parque Natural de Serra Malagueta situa-se na parte norte da Ilha de Santiago da República de Cabo Verde, entre os paralelos 15° 10' 12'' e 15° 12' 12'' Norte e os meridianos 23° 39' 26'' e 23° 42' 17'' Oeste, é alongado na direcção Este-Oeste, com a maioria no Norte-Nordeste, na parte norte da ilha, mantendo uma parcela pequena no Noroeste, sendo a altitude máxima de 1064 metros. O Parque possui uma área de 774 hectares e situa-se na confluência de três municípios, o de Santa Catarina (302 hectares), o São Miguel (436 hectares) e o de Tarrafal (36 hectares)¹²⁹.

A delimitação do Parque aprovada em Conselho de Ministros pelo Decreto-Regulamentar n.º 19/2007 de 31 de Dezembro, abrange toda a área do Perímetro Florestal instituído pelo Estado em 1929, incluindo as escarpas que o limitam naturalmente, mas também as zonas montanhosas como as escarpas de Pedra Comprida, na borda de Mafafa, situado em Monte

¹²⁹Cfr. Decreto-Regulamentar n.º 19/2007 de 31 de Dezembro, que aprova a delimitação do Parque Natural de Serra Malagueta da Ilha de Santiago, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas, declarada no anexo ao Decreto-Lei 3/2003 de 24 de Fevereiro, de acordo com as coordenadas, referências e croqui cartográfico em, de que faz parte integrante do presente diploma.

Gémeo, das escarpas de Quebrada a Mato Fundura, das escarpas do sul de Maria Curva e de Tabuleiro, incluindo uma pequena parte de Ribeira Cantada, subindo até Chão de Espinho (o limite do perímetro florestal) onde Chão Grande começa, continuando a seguir as escarpas de Ponta Preta, Mato Curral, Mato Galego, Timtim, Costa Limon e Lacha Branca¹³⁰. (Vide anexo 2)

O Parque é interceptado pela estrada nacional ST 01, que une a cidade da Praia e a vila do Tarrafal. A distância do Parque a capital do país, a cidade da Praia, é de aproximadamente 50 quilómetros, 12 quilómetros da cidade de Assomada, e 13 quilómetros da vila do Tarrafal. A maior parte da região do Parque, devido à sua altitude, é sub-húmida e húmida, a área contém maior número de espécies endémicas da ilha de Santiago (26), encontradas ali em concentrações mais elevadas do que em qualquer outra parte da ilha de Santiago, 14 do qual estão classificadas como ameaçadas na lista vermelha de Cabo Verde¹³¹.

3.1.2. Dinâmica demográfica

Segundo o recenseamento dos residentes no Parque e na zona de amortecimento do Parque realizado em 2005, no interior do Parque encontram-se diversos povoados que pertencem a diferentes localidades, designadamente, Curral d' Asno com 32 famílias (152 pessoas) e Posto com 17 famílias (89 pessoas), ambos na localidade de Serra Malagueta, e o povoado de Chão Correia com 2 famílias (10 pessoas), na localidade de Gongon. Nestes povoados vive um total de 51 agregados familiares, perfazendo um total de 251 pessoas residentes no interior do Parque. No entanto, na área de amortecimento do Parque encontram-se 9 comunidades, onde residem 363 agregados familiares, traduzindo num total de 2.197 residentes¹³².

A maioria dos agregados familiares da área protegida e áreas envolventes são chefiados por mulheres, correspondendo a uma taxa de 56%, com maior destaque para a zona de Principal com 62% contra 38% do sexo masculino, e no entanto, situação inversa verificasse em Varanda e Aguadinha. Este facto se esclareceria pelo elevado número de mulheres solteiras

¹³⁰Vide Decreto-Regulamentar n° 19/2007 de 31 de Dezembro, que aprova a delimitação do Parque Natural de Serra Malagueta da Ilha de Santiago, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas, declarada no anexo ao Decreto-Lei 3/2003 de 24 de Fevereiro, de acordo com as coordenadas, referências e croqui cartográfico em, de que faz parte integrante do presente diploma.

¹³¹Idem.

¹³²Vide Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas-Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.23.

que integram um número importante dos agregados não conjugais compostos (51%), unipessoais (2,4%) e monoparentais, ou ainda, mulheres que declararam ter vivido em agregados conjugais nucleares, verticais ou ainda estritamente colaterais mas que se encontram divorciadas e/ou separadas ou viúvas¹³³.

A estrutura da população por grupos etários caracteriza-se por uma proporção importante de menores de 15 anos, que representam mais de um terço da população (44,3%). E, a população potencialmente activa, cuja idade é compreendida entre 15 e 64 anos, representa 48,3% da população total e apenas 7,4% constituem a classe dos indivíduos com idade superior aos 65 anos¹³⁴.

3.1.3. Actividades económicas

Os moradores da zona do Parque vivem basicamente da prática de agricultura e criação de gado. É através destas actividades que advêm a principal fonte de rendimento para o sustento das famílias. A agricultura de sequeiro e de regadio é a principal actividade dos chefes de família. Todavia, predomina a agricultura de sequeiro que se ao auto consumo, embora não se atinge a auto-suficiência alimentar.

Cerca de 81% das famílias dependem da sua força de trabalho para seu sustento, 11% tem como fonte de rendimento uma pensão uma vez que grande parte deles encontram-se acima dos 60 anos, os restantes 7% encontram-se a cargo de familiares residentes em Cabo Verde e/ou no estrangeiro e 1% do rendimento de propriedade ou empresa. As comunidades mais favorecidas são aquelas que se situam nas ribeiras orientadas a N-NE, onde é possível praticar cultivos de hortaliças, cana-de-açúcar e plantas fruteiras, o que lhes permite desenvolver algumas actividades geradoras de rendimento, como o caso de produção do grogue, doces de fruta, hortaliças, entre outros¹³⁵.

As principais actividades desenvolvidas pela população na área do Parque são práticas do cultivo, criação de gado, caça de animais e recolha de lenhas. Os cultivos praticados são partilhados entre a tradicional cultura de milho e feijão e, a mais remunerativa, a de batata-

¹³³Vide Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas-Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.23.

¹³⁴Idem, p.25.

¹³⁵Idem, pp.64-65.

doce. A cultura de batata-doce goza de uma discreta notoriedade na ilha, a batata-doce local é conhecida no mercado como “batata-serra”.

A prática de agricultura concentra-se basicamente na classe adulta (14-49) com 79%, onde as mulheres representam a maioria com 56%, o que pode ser justificado pelo facto de existir uma relativa percentagem de mulheres, solteiras chefes de família¹³⁶.

As actividades ligadas à criação de gado (essencialmente bovino e caprino) dentro do Parque estão relacionadas com a pastagem e a recolha de pastos e tem natureza mais financeira do que produtiva.

A lenha é um recurso muito utilizado no meio rural, como uma forma de energia na preparação dos alimentos, pois, 99% dos agregados familiares utilizam a lenha para confeccionar os alimentos, sendo que um terço da lenha utilizada pelas famílias provém da área do Parque Natural¹³⁷.

É comum os casos de utilização de remédios tradicionais feitos com plantas locais. Os remédios são preparados em casa na totalidade dos casos. As doenças para as quais tais plantas são utilizadas muitas vezes ultrapassam os limites do uso patológico e entram no das crenças populares, como nos casos de plantas que são usadas contra o “mau-olhado” ou feitiçaria. A comercialização de remédios feitos com plantas medicinais não é uma actividade muito praticada. No entanto, verifica-se um caso de uma curandeira que provavelmente tem sabedorias ligadas ao espiritualismo¹³⁸.

Para além das actividades agro-pecuárias, também praticam outras actividades, designadamente as de índole artesanal. De entre essas actividades o destaque vai para a produção de aguardente de cana sacarina, a manteiga, doces, ervas medicamentosas, café, tabaco, pano de terra, etc. Cerca de 94% de indivíduos dedicam à produção artesanal nomeadamente, a produção de aguardente de cana, manteiga (ambos com 42%), doces (40%),

¹³⁶Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas-Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.65.

¹³⁷Idem, p.103.

¹³⁸Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.69.

e, com uma ligação menos directa, as ervas medicamentosas (83%). Existe ainda um número insignificante de indivíduos que se dedicam à produção do café, em Gongon (3) e Xaxa (1), tabaco, em Principal (5), Varanda (4) e Gongon (4), destinada ao autoconsumo¹³⁹.

A produção de aguardente ocorre em maior quantidade nas comunidades situadas nas ribeiras, especificamente, Xaxa (90%), Gongon (83%) e Principal (67%), uma vez que, nas ribeiras que se praticam o cultivo da cana sacarina¹⁴⁰. Verifica-se ainda a nível local a produção de esteira, balaio, binde e decorações com matérias-primas locais; confeição de pano de terra, bordados, rendas, reciclagem de lixos e produção de papel.

3.1.4. Caracterização sociocultural

A educação constitui um pilar de extrema importância no processo de desenvolvimento de qualquer país e é uma área que tem adquirido cada vez mais importância, à medida que a sociedade torna cada vez mais complexa. A sua importância para o bem-estar, pode valorizar-se tanto a nível individual como social. Por outro lado, pressupõe-se, possibilidades de os indivíduos adquirirem os meios para uma realização pessoal mais complexa, proporcionando à sociedade uma maior coerência, estabilidade e uma melhoria de qualidade no factor de produção. Como é evidente as pessoas mais instruídas estão melhor capacitadas para terem acesso à informação e para velarem pela sua qualidade de vida¹⁴¹.

Relativamente ao nível de instrução da população, aproximadamente 17% da população residente na área do Parque e na envolvente são analfabetos. Destes, 66% são mulheres e 34% homens concentrando-se essencialmente na faixa acima dos 40 anos, portanto os níveis mais baixos de instrução centram-se na população mais envelhecida, anterior à independência nacional (1975) e que sob vários aspectos confirma o facto de que no passado, uma parte significativa da população não acedia ao sistema de ensino, e onde as mulheres foram as mais penalizadas¹⁴².

¹³⁹Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.71.

¹⁴⁰Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas-Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.69.

¹⁴¹Idem, p.29.

¹⁴²Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.57.

Cerca de 78% da população é instruída, sendo que 47% representa os homens e 53% as mulheres, distribuídos pelo pré-escolar, ensino básico integrado, secundário, pós secundário e formação agrária ou profissional. No que diz respeito ao pré-escolar 87% das crianças dos 4 e 5 anos frequentam ou possuem o pré-escolar. Já sobre o ensino básico integrado 70% dos indivíduos com instrução possuem ou frequentam o ensino básico integrado. A nível do ensino secundário somente 17% dos indivíduos o possuem. Relativamente ao pós-secundário, somente 0,3% possui este nível. No interior do Parque existe uma escola básica, em que as crianças têm a oportunidade de estudar até ao 6º ano¹⁴³.

É de referir que os alunos para frequentarem o ensino secundário, deslocam-se para as cidades do São Miguel, do Tarrafal e da Assomada e os do pós-secundário para as cidades de Assomada, de Órgãos ou da Praia, o que acarreta algumas despesas que muitas famílias não conseguem suportar, associado ao facto de não existir transporte escolar, ficando os mesmos sujeitos aos transportes públicos.

Quanto a distribuição espacial verifica-se que os indivíduos com nível de instrução por zonas são mais ou menos homogéneos, particularmente a nível de ensino básico integrado. No entanto, a comunidade de Fundura com poucos indivíduos apresenta maior percentagem de escolaridade (88%) seguindo-se Principal e Pedra Comprida. Em contrapartida as comunidades que apresentam maior incidência de indivíduos sem instrução são as de Xaxa e Figueira das Naus, ambos com 27% aproximadamente. O número de estabelecimentos de ensino perfaz um total de 7 escolas de ensino básico integrado que abrangem a área onde foi aplicado o inquérito localizadas nas zonas de Serra Malagueta, Principal, Gongon, Cutelo Gomes, Fundura, Figueira das Naus e Curral Velho¹⁴⁴.

Para além dos estabelecimentos de ensino pré-escolar existentes dentro e ao redor do Parque, existem outros que funcionam em casas de particulares, como é o caso do jardim de Locotano em Serra Malagueta.

¹⁴³Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas - Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.33-35.

¹⁴⁴ Idem.

No que se refere à saúde, grande parte das comunidades da área do Parque e da zona envolvente dispõe de uma unidade sanitária de base relativamente próximas, porém, a maior parte delas não funcionam de forma integral, devido à carência dos equipamentos básicos. As maiorias dessas comunidades encontram-se encravadas na serra cujo relevo acidentado de difícil acesso o que torna-se preocupante quando se trata de casos de urgência. No caso de doenças mais graves os utentes terão que se deslocar ao Hospital da Região de Santiago Norte. A localidade da Serra Malagueta não dispõe de uma unidade sanitária de base, pelo que as pessoas têm de se deslocar ao Hospital Regional Santiago Norte, situado em Achada Falcão – Santa Catarina, a uma distância de 15 minutos¹⁴⁵.

É de realçar que, a zona do Parque e a zona envolvente apresentam uma certa riqueza sociocultural, relativamente à música, às festas de romaria, à gastronomia e ao património arquitectónico. Porém, a riqueza sociocultural das pessoas do interior de Santiago reside na sua forma simples de ser, na sua hospitalidade e na sua “morabeza”¹⁴⁶.

No que tange à música e à dança, nas comunidades do Parque, destaca-se o “batuque”, dança sensual com movimentos compassados das ancas, segundo um ritmo ternário tipicamente africano. O batuque, a dança e a música são indissociáveis, os músicos (em prevalência mulheres) a turno levantam e põem-se a dançar, enquanto que a gastronomia conquista a todos com as ofertas feitas a base de milho, feijão, legumes e carne de bode essencialmente. O traje tradicional das batucadeiras, composto por um lenço branco amarrado na cabeça, uma camisa branca, uma saia preta e o pano de terra¹⁴⁷. (Vide apêndice 2)

Relativamente ao património arquitectónico histórico, a arquitectura das casas ostentam habitualmente uma planta rectangular, onde é construído a rés de chão, que pode ser envolvido por uma varanda que corre nos quatros lados ou apenas no lado de frente da habitação. As casas são construídas por pedra com argamassa, onde a cor branca é a dominante e as outras cores são usadas nas proximidades de porta e das janelas para as embelezar. Ainda é possível encontrar casas do tipo por vezes abandonadas ou em ruínas ou

¹⁴⁵Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas - Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.36.

¹⁴⁶Idem p.105.

¹⁴⁷Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.81.

por vezes parcialmente reabilitadas na comunidade de Serra Malagueta e arredores. (Vide fig.1, anexo 3).

No Curral d'Asno em Serra Malagueta, uma igreja construída no século passado que durante muito tempo esteve em ruínas, foi recuperado parcialmente, mas, ainda assim é possível verificar o modelo arquitectónico histórico da comunidade. Hoje existe a capela de São José em Locotano onde os fiéis católicos, que representam a maioria, celebram-se a missa dominical¹⁴⁸. (Vide fig. 2, anexo 3)

Na Zona de Mato Fundura na comunidade de Fundura, existe uma pequena aldeia de “rabelados” que se encontra separada das outras comunidades, onde ainda existe algumas casas de pedra com tecto de palha. Normalmente os rebelados constroem casas apenas com carriço e palha, mas hoje já nem tanto. (Vide fig. 3, anexo 3)

É de referir que, o “trapiche” utilizado no processo de fabrico da aguardente, também é um outro importante património histórico. Ao redor do Parque, em algumas comunidades como Ribeira de Principal, Gongon e Varanda, ainda encontra-se em uso o “trapiche”, acionado por dois bois ou burros que fazem movimentar as engrenagens antigas, para espremer a cana. (Vide fig. 4, anexo 3)

No que concerne ao artesanato, a comunidade do Parque confeciona produtos de origem essencialmente vegetal, tais como quadros, cestos, potes, esteiras, chinelos e o famoso pano de terra. (Vide fig. 5, anexo 3)

Em Serra Malagueta, além das suas belas ribeiras, vegetação e a beleza paisagística, servi de refúgio para muitas pessoas em tempo de lazer. Todas as comunidades dentro do Parque e na sua envolvente inserida nos três concelhos (Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel) celebram-se festas de romaria tendo em conta os santos padroeiros de cada localidade. Comemora-se ainda festas e eventos como o sétimo dia, o batizado e o casamento. A festa de 1º de Maio é comemorada com grande devoção em Serra Malagueta e atrai um número significativo de pessoas de diferentes localidades da ilha.

¹⁴⁸Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas - Serra Malagueta, Relatório socio-económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, I., Serra Malagueta, 2006 p.108.

No âmbito desportivo, as comunidades do Parque encontram-se desprovidas de infra-estruturas a esse nível, apenas a comunidade de Principal dispõe de uma placa desportiva. Também não existem espaços para o lazer ou outras actividades culturais nem para os tempos livres das crianças e jovens.

É de frisar que as comunidades encontram-se organizadas na generalidade em associações e essas são mais de índole comunitário. No caso de Serra Malagueta existem duas associações a “Associação dos Amigos para o Desenvolvimento da Comunidade de Serra Malagueta” e a “Associação para o Desenvolvimento Integral de Serra Malagueta”. Tal como em Serra Malagueta, nas restantes comunidades ao redor do Parque, existem associações, também de carácter comunitário, nomeadamente, a Associação Agro-Principal, na comunidade de Principal, a Associação Comunitária para o desenvolvimento de Pedra Cumprida, na comunidade de Pedra Cumprida. A nível local existe a Organização das Associações dos Agricultores, Avicultores e pecuários de Santiago que apoia as associações do meio rural de Santiago, na obtenção de financiamentos para os seus projectos.

Com a implementação do projecto áreas protegidas, o Parque vem realizando diversas actividades que visa comemorações de datas importantes, designadamente, o dia mundial do turismo (27 de Setembro), o dia mundial do ambiente (5 de junho), o dia da biodiversidade (22 de Maio), etc. O evento de grande relevância é a mini maratona, realizada em comemoração do dia mundial do ambiente, contando com uma boa aderência de participantes. (Ver apêndice 3)

3.1.5. Situação ambiental

Serra Malagueta apresenta um microclima com algumas especificidades dentro do quadro geral do arquipélago de Cabo Verde. O clima tropical seco, juntamente com outros fatores como a altitude, a exposição das encostas, a irregularidade do terreno, e combinado com zonas montanhosas expostas a Nordeste, têm criado um microclima, com temperaturas médias ligeiramente mais baixas e com níveis de precipitação ligeiramente mais elevados do que ocorre no resto da ilha¹⁴⁹.

¹⁴⁹Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.25.

Devido à sua altitude, o Parque Natural de Serra Malagueta, é caracterizado por regiões sub-húmidas e húmidas. A nível de Santiago, o parque é uma das mais abundantes em humidade, com uma taxa expressivo que varia entre 30% e 50% dos dias nublados durante o ano, permitindo assim a recolha de água para as comunidades dentro e a redor do Parque, através de sistemas de captação de água de nevoeiro. A humidade alta do ar diminui consideravelmente a evapotranspiração, tornando a precipitação mais efectiva em virtude de diminuírem as perdas por evaporação, o que favorece o balanço hídrico (Neves & Morais, 1997:72).

A pluviosidade no Parque é considerada relativamente elevada em comparação com a restante parte da Ilha de Santiago e com a maioria das outras ilhas do arquipélago, sendo os meses mais chuvosos o Agosto, o Setembro e o Outubro. Contudo, a diminuição acentuada da precipitação nas últimas décadas tem afectado também Serra Malagueta. A média das precipitações anuais calculadas entre 1938 e 1976 foi de 910.9 mm, enquanto que, para o período compreendido entre 1977 e 2006 é de 587,1 mm. Além disso, existe uma elevada precipitação oculta e uma baixa evapotranspiração, tudo isso a favor do aumento da reserva hídrica no solo, com reflexos positivos no desenvolvimento das plantas.¹⁵⁰

A temperatura é o factor mais estável, com a média de 20° C nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, e a média mínima à volta dos 16° C, nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro¹⁵¹.

O parque Natural de Serra Malagueta pela sua característica, morfologia, altitude, orientação, tem um microclima que proporciona condições únicas para o desenvolvimento de várias espécies, onde os endemismos marcam presença e oferecem oportunidades únicas para o seu conhecimento e estudo. O Parque abriga 123 espécie de plantas, das quais 29 delas são endémicas e usadas na medicina tradicional, sendo as mais utilizadas no tratamento de algumas doenças são a Erva-cidreira (*Satureja forbesii*), a Aipo (*Lavandula rodindifolia*) e a

¹⁵⁰Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.26-27.

¹⁵¹Idem.

Losna (*Artemisia gorgonum*). É um dos locais mais importantes para a conservação de plantas em Cabo Verde¹⁵².

O Parque inclui um perímetro florestal (400 hectares), instalado a partir do ano 1929, através de muitas campanhas de reflorestação, com introdução de algumas espécies que dominam a vegetação como *Eucalyptussp* e *Pinussp* e, pequenas áreas são ocupadas por outras espécies florestais, sendo a espécie de arbusto dominante a *Lantana camara*. As espécies endémicas cabo-verdianas, tais como *Euphorbiatuckeyana* e *Echiumhypertropicum*, caracterizam a vegetação apenas em poucas e pequenas áreas marginais. A vegetação nas encostas inclinadas, mostra a presença de espécies interessantes como *Lavandularotundifolia*, *Diploaxis* e *Polycarpaeagayi*. Relevantes são também as populações introduzidas, que transformaram-se em invasora como *Lantana* (*Lantana câmara*) e *Carapato* (*Furcraea foetida*)¹⁵³.

A partir de 2005, no âmbito do projecto áreas protegidas, iniciou-se o processo de reflorestação com espécies endémicas, principalmente as que se encontram ameaçadas, nomeadamente, Língua-de-vaca (*Echium hypertropicum*), Matoboton (*Globularia amygdalifolia*), Losna (*Artemisia gorgonum*), Tortolho (*Euphorbia tuckeyana*), entre outros, com objectivo de não só multiplicar as espécies mas também de preservar a água e o solo.

A diversidade da paisagem e as suas diferentes áreas são parcialmente pedregosas, algumas arborizadas e outras cultivadas, mas muito ligadas às alturas e à exposição do solo, aos ventos alísios altamente carregados de humidade, que beneficiam toda a superfície do solo na direcção Norte - Nordeste. Este aspecto do clima causa fortes impactes na vegetação, na agricultura e desenvolvimento, isto é, nos aspectos fundamentais da paisagem, característicos do parque. A introdução de espécies florestais exóticas tais como *Pinussp.*, *Cupressussp.* And *Acaciasp*, constituem hoje uma parte visível da paisagem do Parque. Algumas destas espécies necessitam de uma gestão mais racional ou mesmo uma eventual erradicação, em prol da conservação da biodiversidade e por razões ecológicas, estéticas e económicas¹⁵⁴.

¹⁵²Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.23

¹⁵³Idem, p.65.

¹⁵⁴Ibidem, p.24.

O Parque Natural de Serra Malagueta possui uma fauna relativamente pobre. É representada por 19 espécies de aves, 3 espécies de mamífero, 1 espécie de anfíbio e 46 espécies de invertebrados, que foram investigados até o momento. Encontra-se entre os poucos mamíferos presentes o Macaco (*Cercopithecus aethiops*).¹⁵⁵

Nas escarpas e no coberto vegetal de Serra Malagueta, nidificam algumas espécies de aves, nomeadamente, Andorinhão (*Apus alexandri*), Pardal-di-terra (*Passer iagoensis*), Francedja (*Falco tinnunculus*), Passarinha (*Halcyon leucocephala*), Pardal de algodoeiro (*Sylvia concipitata*), Toutinegra (*Sylvia atricapilla*), Tchota-coco (*Passer hishispaniolensis*) e Asa curta (*Buteo buteo bannermani*).¹⁵⁶ Pelas suas características orográficas desta área (coroamentos rochosos e escarpa com muitas cavidades), prevê-se que outras espécies como Gongon (*Pterodroma feae*), considerada em perigo crítico, Minhoto branco (*Neophron percnopterus*) e Coruja (*Tyto alba detorta*), também nidificam nesta área, devido à sua grande presença antigamente. Outra espécie que faz parte da fauna da Serra Malagueta é a Galinha mato (*Númida Meleagris*) e Codorniz (*Coturnix*).¹⁵⁷

No que diz respeito a avifauna de Serra Malagueta, os técnicos da equipa de seguimento ecológico do projecto áreas protegidas, identificaram a presença da Garça-vermelha (*Ardea Purpurea bournei*), subespécie endémica da ilha de Santiago, que até então era desconhecida na zona. Relativamente aos répteis e anfíbios, encontram-se os mais comuns como Bufo regularis, Mabuya delalandii ou menos comuns como C. vaillanti, Tarentola rudis e T. darwini.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.45.

¹⁵⁶ Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura - Projectos Áreas Protegidas-Serra Malagueta, Relatório sócio - económico, elaborado por Monteiro, P. D. e Forte, L., Serra Malagueta, 2006 p.95.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.221.

3.2. Análise e discussão das informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa

A análise e a discussão das informações das entrevistas foram feitas com base na metodologia definida e que se encontra em 1.6 do capítulo 1 deste trabalho, tendo em consideração os objectivos definidos, as hipóteses, as perguntas de partida e a fundamentação teórica, constantes da introdução e do 1.2 do capítulo 1, respectivamente.

O **Entrevistado 1** destaca como potencialidade que pode favorecer uma melhor gestão das áreas protegidas e, particularmente da do Parque Natural de Serra Malagueta, a existência de Plano de Gestão, desde que se materializem os objectivos nele previsto. No entanto, o entrevistado não apresentou nenhuma oportunidade que pode favorecer uma melhor gestão do Parque Natural em referência.

É de referir que os objectivos de conservação e preservação dos recursos do Parque, podem ser materializados através do plano de gestão das áreas protegidas, uma vez que estabelece directrizes e orienta programas, projectos e acções que devem ser executados. O plano de gestão enquanto instrumento de gestão fundamental de áreas protegidas, constitui uma valiosa ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, os aspectos geológicos e geomorfológicos, a protecção de valores culturais, estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano.¹⁵⁹

Segundo Estima (2008:31), toda área natural protegida deve dispor-se de um “plano de gestão”, que é documento que regulamenta os usos e a gestão da área e, o mesmo, deve ser elaborado de forma participativa. O plano de gestão deve conter a delimitação da área protegida, a sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, contendo medidas com o objectivo de promover a integração da área com a comunidade local.

Para Hardt & Hardt (2007) *apud* Estima (2008:24), a regulamentação da gestão das áreas naturais protegidas através da obrigatoriedade dos planos de gestão foi uma grande contribuição ao processo de planeamento e gestão. E, esses autores afirmam que o plano de gestão contém, entre outros aspectos, a estruturação de programas distintos de previsão e

¹⁵⁹Vide Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008.

definição das actividades a serem desenvolvidas na área, bem como as normas, os regulamentos, os indicadores, as prioridades, que podem ser complementadas e subsidiadas com os Planos Directores Municipais, e vice-versa.

Para Costa (2002) *apud* Estima (2008:31), as áreas protegidas que, ainda, não possuem o plano de gestão, não podem gerir correctamente a área e, consequentemente, seus usos, inclusive os turísticos. Para que haja uma gestão adequada, deve haver um planeamento ambiental baseado nas possibilidades da área, utilizando instrumentos como o zoneamento, o plano de gestão, entre outros.

O plano de gestão tem por objectivo dar respostas aos constrangimentos identificados a nível do Parque, com vista a uma gestão sustentável dos recursos naturais, com a participação activa e efectiva das comunidades locais, das Organizações Não-Governamentais, das Câmaras Municipais e das demais instituições responsáveis pelo ambiente. Este documento valoriza a vertente população, a protecção e a sustentabilidade do Parque. Sendo assim, a existência e a implementação do plano de gestão são essenciais para a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta. No entanto, para o Entrevistado 4, as prioridades definidas no plano de gestão não estão a ser executadas, posição reforçada pelo Entrevistado 5, que afirma que o envolvimento das autoridades locais e organizações comunitárias é fraco, o que diverge das recomendações e orientações do Plano de Gestão.

De acordo com o Entrevistado 1, a não existência de uma gestão participativa apresenta-se como uma das fraquezas que condicionam a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta. Ainda, para esse Entrevistado, o Parque tem de estar em constante coordenação com o Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), o sector privado, a comunidade e os demais parques nacionais e internacionais e, relativamente às ameaças, o entrevistado não apontou nenhum elemento.

Carlsson & Berkes (2003) consideram a gestão participativa das áreas protegidas como um processo mais complexo e sofisticado, definindo-a como “uma rica rede de relações e acordos ligando diferentes partes do sector público a actores privados igualmente heterogêneos”. Essa concepção parte do pressuposto de que o Estado e a sociedade civil não constituem uma unicidade, mas são formados por diferentes actores sociais com interesses diversos.

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

Verifica-se o processo de transformação na gestão ambiental, incluindo a mudança na própria concepção de gestão, passando de uma perspectiva “preservacionista” para a valorização da população local, sendo o modelo de gestão participativa o que mais se adapta a essa nova concepção (Carlsson & Berkes, 2005:65-76), o que é extensivo ao Parque Natural de Serra Malagueta.

Para Hardt & Hardt (2007), a gestão participada das áreas naturais protegidas, é primordial a cooperação entre a administração pública, a iniciativa privada, as autoridades locais e a sociedade civil organizada, o que nem sempre tem sido posto em prática em Cabo Verde.

A gestão de áreas protegidas deve, de acordo com às diferentes actividades que nelas interagem, estar sujeita a um processo de planeamento e de coordenação integrado, de forma a gerir os diferentes recursos existentes. Neste sentido, o conceito de gestão participativa deve ser entendida como um processo dinâmico, no qual se desenvolve e implementa uma estratégia coordenada para gerir recursos ambientais, sociais, culturais e institucionais, com o fim de alcançar a conservação e o uso múltiplo sustentável das áreas protegidas. Sendo assim, para que haja uma boa gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, a mesma tem de ser participativa. Porém, de acordo com os entrevistados, pode-se concluir que a gestão desse Parque Natural depara-se com dificuldades no que diz respeito à participação da comunidade local e o envolvente e os três Municípios qual o Parque se estende.

O entrevistado 1 afirma que, em relação ao Parque Natural de Serra Malagueta, tem vindo a ser feito alguma coisa, e, defende que falta muito para se fazer e que é preciso cooperar e trabalhar muito a gestão dos parques em Cabo Verde, visto que, as áreas apresentam potencialidades para serem melhor geridas.

O Parque possui uma série de recursos naturais e culturais ligados às actividades agrícola, pecuária, turística, artesanato, educativa, recreativa e científica de grande interesse que contribuem para um desenvolvimento endógeno sustentável.

Segundo o Entrevistado 1, a cooperação institucional pode contribuir para uma melhor gestão do Parque, na medida em que é vários raciocínios facilitam a gestão. É necessário explorar a capacidade de cada instituição que está, directa ou indirectamente, ligada ao Parque, de forma

a facilitar a gestão do mesmo. Ainda, afirma que, não são apenas os técnicos da área que gerem ou organizam da melhor forma possível.

Segundo Faria & Pires (2007) *apud* Estima (2008:23), para garantir formas socioeconómicas de participação na governação democrática de áreas naturais protegidas são necessárias a cooperação, as concessões e as terciarizações, pautando pela transparência nas relações entre as instituições.

É de referir que à semelhança do Parque Natural de Serra Malagueta, os Municípios de Tarrafal, de São Miguel e de Santa Catarina, têm grandes potencialidades de se desenvolverem, desde que haja uma melhor concertação, coordenação e sinergias e, conforme os Entrevistados 2 e 4, não existe qualquer relação de cooperação e concertação entre os três Municípios e o Parque Natural de Serra Malagueta. Por sua vez, o Entrevistado 5, afirma que há muito trabalho a ser feito, no que diz respeito ao envolvimento dessas entidades.

Relativamente a questão, que medidas de políticas devem ser implementadas para que haja uma cooperação institucional que contribua para uma melhor gestão do Parque Natural, o entrevistado não apontou nenhuma. No entanto, ele exalta que o Governo deve cumprir as leis.

É de realçar que, em Cabo Verde, uma base jurídico-política, (Constituição, a Lei de Base sobre o Ambiente), e institucional (Direção Geral do Ambiente, Direção Geral das Pescas, Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrária, Instituto Nacional de Recursos Hídricos, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pescas), a par do contexto internacional (Convenção das Organizações das Nações Unidas sobre Biodiversidade (1994), Agenda 21 sobre os Oceanos (1992), que fundamentam a existência de uma política nacional ambiental e a criação de seus instrumentos de implementação e apoio.

O **Entrevistado 2** apresenta como potencialidades, a comunidade engajada, envolvida, sensibilizada face a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, a conservação dos recursos naturais e a existência de associações comunitárias e, que podem favorecer uma melhor gestão desse Parque Natural. Todavia, o entrevistado não apresentou nenhuma oportunidade que favorece uma melhor gestão do mesmo, o que segundo Borrini & Fayerabend (1997),

com base no conceito básico de gestão participativa, relacionada com a gestão das áreas protegidas, leva a que a população local assuma a responsabilidade pelo trabalho de protecção e gestão. Em contrapartida, os mesmos têm acesso aos produtos existentes e, assim, conseguem beneficiar de um rendimento.

É importante frisar que devem ser feitas campanhas de sensibilização, através da educação ambiental, na medida em que, não se deve apenas disponibilizar recursos sem dar a conhecer como cuidar e tirar proveito dos mesmos. Ao longo do ano, a Direcção do Parque Natural tem vindo a privilegiar a educação ambiental nas comunidades e nas escolas, com o objectivo de sensibilizar a comunidade para conservação e protecção do património ecológico. Neste âmbito, segundo o entrevistado 2, a equipa do segmento ecológico promoveu vários encontros comemorativos com vista a informar à população que os espaços protegidos são redutos de diversos valores naturais e culturais e, que o património natural é uma herança propulsora de importância local, baseada em novas iniciativas integradas e participativas que representa o meio ambiente e dinâmicas sociais¹⁶⁰.

As comunidades e as escolas estão mais sensibilizadas sobre a necessidade de proteger e gerir com racionalidade os recursos naturais, estão conscientes e engajados a respeito dos problemas ambientais e sabem que a necessidade e importância da preservação do ambiente é um factor fundamental na resolução dos seus problemas, e, sobretudo, é a garantia da continuidade de defesa do ambiente, enquanto património das gerações vindouras¹⁶¹.

Relativamente as fraquezas e as ameaças que condicionam a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, o entrevistado apresenta a própria comunidade como uma ameaça, na circunstância em que as famílias pobres dentro e fora do Parque exploram os recursos naturais que aí existem. Segundo a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, a conservação e utilização sustentável da biodiversidade é indissociável de luta contra a pobreza e de soluções para o desenvolvimento sustentável, pelo que é necessário uma abordagem integrada, sendo essencial assegurar a coordenação entre os diferentes sectores de actividades a nível local, nacional e regional.

¹⁶⁰Cfr. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – Relatório Anual das Actividades – Parque Natural de Serra Malagueta, Dezembro de 2011.

¹⁶¹Idem.

O entrevistado é da opinião de que o Parque Natural de Serra Malagueta, tem revelado eficaz e sem grandes sobressaltos, com o despertar de interesse não só das populações locais como também das instituições públicas e privadas, contrariando assim o entrevistado 1, que por sua vez, considera que há muito por feito ser feito e que é preciso cooperar e trabalhar para uma melhor gestão do parque.

O entrevistado assegura que a cooperação institucional pode e tem vindo a contribuir para a materialização das actividades anuais do Parque, com destaque para as que são transversais em matéria de proteção e valorização dos recursos naturais e a comemoração das datas ambientais importantes como o Dia Mundial do Ambiente, da Água e da Biodiversidade. Ainda, aponta algumas instituições como o Ministério de Educação e Desporto, as embaixadas e as empresas, que patrocinam as actividades do Parque. E, não se pode pensar na eficácia da gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, se não houver parcerias entre a comunidade local, o sector público, privado e as Organizações Não-Governamentais, traduzindo-se num modelo participativo de gestão através da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e parcerias.

Na perspectiva desse entrevistado, para que haja uma cooperação institucional que contribua para uma melhor gestão desse Parque Natural, aponta como medidas de políticas, a promoção e marketing do Parque, o envolvimento das instituições na sua gestão, a sensibilização da comunidade, a realização de fora e *workshops* e o envolvimento da comunidade local nos projectos.

O Parque tem realizado diversas actividades cujo objectivo é promover-lo, através da realização de eventos importantes, com realce para as questões ambientais e culturais, de forma a contribuir para o melhor conhecimento e mudança de atitudes para com o meio ambiente, estabelecimento de parceria especial com grupos interessados na organização de actividades turísticas, atracção e envolvimento de um número significativo de participantes nessas actividades¹⁶². É de sublinhar que várias acções vêm sendo desenvolvidas, nomeadamente a elaboração de panfletos e brochuras, a colocação de cartazes em alguns pontos estratégicos. Porém, é preciso mais envolvimento por parte das instituições com

¹⁶²Vide Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – Relatório Anual das Actividades – Parque Natural de Serra Malagueta, Dezembro de 2011.

responsabilidades sobre o Parque e não só, nomeadamente o Ministério de Energia e Turismo, o Cabo Verde Investimento e as Agências ligadas ao turismo.

Segundo o **Entrevistado 3**, o microclima da região, com temperatura média mais baixa e precipitação mais elevada do que no resto da ilha, a existência de uma grande variedade de ecossistema, elementos arqueológicos únicos e de grande interesse, com destaque para as plantas endémicas da região, ou seja, a biodiversidade local, representam grandes potencialidades que devem ser preservadas para uma melhor gestão do Parque Natural de Serra Malagueta.

O Parque é detentor de grandes potencialidades que não estão aproveitadas, como por exemplo os elementos naturais destacáveis pela sua raridade e singularidade, muitos deles com interesse científico importante, constituindo, por si só, condicionantes fortes ao planeamento e gestão, a estética paisagística, as suas riquezas culturais, que poderiam ser melhor aproveitadas no sentido de aumentar o fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, contribuindo, desta forma, para a sustentabilidade do Parque e garantir a melhor qualidade de vida para as populações das comunidades envolventes. Entretanto, o entrevistado não indicou nenhuma oportunidade a esse respeito. Assim, o Parque contém alguns elementos arqueológicos de interesse e que é de toda conveniência a sua conservação. Nas zonas tradicionalmente utilizadas pelas populações de Serra Malagueta, Xaxa e Gongon, é patente a presença de elementos etnográficos, muitos deles em estado de abandono, nomeadamente as casas de tipologia tradicional cobertas de palha ou de telha, cujo plano de gestão preconiza a sua conservação¹⁶³.

Segundo o entrevistado, a tendência para a diminuição gradual da população representa a fraqueza que condiciona a gestão desse Parque e apresenta como ameaças, a invasão da área para a caça e abate clandestina de árvores, inclusive espécies endémicas, a extração de rochas basálticas e materiais piroclásticos, causando a perda da biodiversidade. A diminuição da população é uma realidade na comunidade de Serra Malagueta, devido ao alto nível de desemprego e de pobreza. Face a essa situação, o Parque tem vindo a proporcionar incentivos

¹⁶³Vide Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.15.

económicos às actividades geradoras de rendimento, introdução de tecnologias modernas na agricultura de regadio e sequeiro, como forma de motivar os moradores a não abandonarem as suas localidades, com reflexos positivos na preservação das manifestações culturais, nomeadamente as festas, romarias e o artesanato. A diminuição da população traduz-se numa reduzida participação e envolvimento destes face a conservação e preservação do ambiente.

Deve-se ter presente que ao se envolver a comunidade nas áreas protegidas, há que se definir um plano de comunicação e estratégias eficazes, que possibilitem a participação das populações nas áreas protegidas, sem por em causa as práticas de gestão eficazes das mesmas, a conservação da natureza e nem a sua razão de existência, (Rotherham, 2001).

Quanto a apreciação sobre a gestão deste Parque Natural, o entrevistado é de opinião de que com a criação e a implementação do mesmo, muitas ameaças e fraquezas foram minimizadas, no entanto, deve-se dar continuidade a implementação das ações, tendo em conta as orientações do plano de gestão.

Segundo os entrevistados 2 e 6, há interesse da população local em participar na gestão do Parque, em parcerias com diversas instituições, e, por isso, estão satisfeitos com a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta. Contudo, para os entrevistados 1, 3, 4, 5, a gestão do Parque tem deparado com diversos constrangimentos e problemas, no que concerne à cooperação institucional, o desequilíbrio entre o desenvolvimento sustentável e a protecção do Parque e o envolvimento das autoridades locais na gestão do mesmo.

Segundo Faria (2004) *apud* Estima (2008:29), a gestão de áreas naturais protegidas engloba o planeamento, a coordenação e o controlo dos componentes políticos, técnicos e operacionais, como também os actores sociais que interferem na área, tornando as acções eficazes para atingir os objectivos.

Para Santos (2000a) *apud* Estima (2008:29), existe uma diversidade de variáveis e factores interligados, importantes e que contribuem para uma gestão eficaz. Neste contexto, o papel do gestor da área natural protegida é avaliar as soluções tecnicamente mais viáveis para eliminar ou minimizar impactos reais ou possíveis, bem como administrar economicamente, fiscalizar e monitorar a área, tendo sempre em vista os perigos e riscos ambientais e sociais.

Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

Para uma gestão eficaz do Parque Natural de Serra Malagueta, deve-se procurar uma visão integradora e o desenvolvimento sustentável com alternativas económicas e sociais, de acordo com os parâmetros técnicos e as características da localidade onde, a mesma, está inserida. Desta forma, cabe ao director do Parque, frente às diversas áreas do conhecimento que interagem na gestão, procurar as melhores técnicas e soluções. Ao Estado e ao Governo, cabem o apoio organizacional, para que se efective uma gestão eficiente, em conformidade com os objectivos para as quais foi criado, tendo em consideração a sustentabilidade socioeconómica e ambiental.

Perante a fraca coordenação institucional entre os intervenientes, a falta de divulgação do Parque, a nível nacional e internacional, pelas entidades competentes, o fraco aproveitamento das belezas e recursos naturais do Parque, no sentido de fomentar actividades turísticas e económicas e uma gestão muito concentrada e não autónoma, pode-se afirmar que, a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta não é eficaz.

O entrevistado é da opinião de que a cooperação institucional, tanto a nível nacional como internacional, é uma mais-valia para a gestão das áreas protegidas e, sendo assim, para o Parque Natural de Serra Malagueta, uma vez que facilite a implementação de acções que visam a melhoria do Parque, e, segundo Côte (1997:68), a gestão das áreas protegidas exercida individualmente por uma única instituição, tem-se mostrado ineficiente ou incompleta, na medida em que não tem conseguido alcançar todos os objetivos de protecção estabelecidos.

É de referir que a cooperação institucional é de extrema importância para a gestão sustentável das áreas protegidas. Torna-se mais eficaz gerir áreas protegidas (APs) quando as responsabilidades são partilhadas entre os vários órgãos governamentais envolvidos, o setor privado e a sociedade civil. Assim, uma das vantagens da cooperação institucional, com efeitos socioeconómicas e ambientais, é a capacidade de aceder e partilhar informação, recursos, o que pode levar à inovação e a determinação de medidas essenciais que minimizam as acções antropogénicas negativas sobre os ecossistemas.

No que se refere as medidas de políticas que devem ser implementadas, para que haja uma cooperação institucional que contribua para um boa gestão do Parque Natural, o entrevistado

sugere, que se deve reforçar as acções de sensibilização/informação e envolver a população na gestão do Parque e que os benefícios devem reverter a favor da comunidade. Assim, ao sensibilizar a comunidade, há garantia de uma melhor e efectiva participação deste na gestão do Parque. E, conforme o relatório anual (2011) das actividades do Sector de Seguimento Ecológico, Desenvolvimento Comunitário e Eco turismo do Parque Natural de Serra Malagueta, a população encontra-se sensibilizada face a preservação e importância do Parque para os mesmos.

O **Entrevistado 4** aponta sendo como potencialidades do Parque Natural de Serra Malagueta, os patrimónios ou valores naturais (flora e fauna, paisagem, microclima), as infraestruturas (Centro Ambiental ou escritório do Parque, trilhos reabilitados e sinalizados, o parque de campismo, o espaço de campismo com energias renováveis, sistema de captação de águas de nevoeiros, entre outras), as grandes condições para a prática de ecoturismo, os patrimónios culturais (produtos locais, oficina de produção de artesanatos), os eventos (comemoração de datas alusivas, realizações de mini maratonas, corrida de burros, entre outros), a educação ambiental, os estudos e pesquisas feitos sobre o parque e a existência do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro de 2003, que regem as áreas protegidas.

O entrevistado apresenta como oportunidades, a localização do parque na ilha de Santiago, a maior de Cabo Verde, o facto de ser primeiro parque da ilha, a existência de estrada nacional em boas condições que o interseja, ligando a ilha de norte ao sul, a proximidade da zona balnear do Tarrafal, situado na confluência três municípios, com as respectivas Câmaras Municipais e Delegações do Ministério de Ambiente e Agricultura, a existência de um aeroporto internacional na ilha e de um porto com capacidade para receber grandes navios e o ponto de paragem quase obrigatória para as pessoas com destino a Tarrafal.

Face as potencialidades e as oportunidades que o Parque possui, pode-se afirmar que o mesmo dispõe de condições naturais e físicas relevantes, que podem facilitar a sua gestão e de forma sustentável, garantido deste modo uma melhor qualidade de vida para a população local.

Na óptica do entrevistado, constituem fraquezas na gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, a inexistência de planos específicos para os diferentes sectores e actividades, a

inexistência de um organismo autónomo para a gestão das áreas protegidas em Cabo Verde, a falta de fundo de maneo para a execução de atividades, a prática de agricultura inadequada, o défice e subaproveitamentos de pessoas qualificadas, os problemas de saneamento, o fraco controlo e fiscalização do parque, o défice na sua promoção básica e a violação de alguns artigos do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro de 2003.

O instrumento áreas protegidas tem sido muito usado em caracter de correção e contenção de degradação ambiental. Mas, esse instrumento por si só, não é suficiente para controlar um processo de degradação iniciado, tornando-se necessário exercer sobre ela um conjunto de acções de planeamento e gestão. Esse Planeamento corresponde à actividade de conhecimento, formulação e actualização de um plano de aproveitamento, com vistas ao desenvolvimento sustentado de uma área. (Bezerra, 1996:25).

Para Faria e Pires (2007) *apud* Estima (2008:28), a adopção do planeamento sectorial como ferramenta básica para a eliminação de erros, constitui um dos requisitos para uma gestão moderna e eficaz de áreas protegidas. Esses autores afirmam que, as áreas protegidas devem possuir infra-estrutura e equipa técnica adequada, fazendo com que os problemas rotineiros tenham que ser resolvidos ao nível local ou regional e com visão e acção interdisciplinares.

Segundo o art.º 20º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas (APs) em Cabo Verde, “o Governo cria um organismo autónomo de áreas protegidas, dotado de autonomia e personalidade jurídica, sob a superintendência do departamento governamental responsável pela área do ambiente, cuja atribuição é a promoção e protecção da Rede Nacional de Áreas Protegidas, pela gestão directa das áreas que a compõem e, em geral, pela aplicação da presente lei”¹⁶⁴, no entanto, a criação desse organismo ainda não se efectivou.

Para gerir uma área natural protegida é necessário planear, implementar, controlar, entre outras acções, com base mecanismos e condições que permitam uma melhor gestão a mesma. Assim, a gestão desses espaços tem de ser com profissionalismo, o que requer conhecimentos e acções dos gestores. E, a gestão moderna deve ser entendida e praticada como um exercício

¹⁶⁴Vide Ministério Ambiente Agricultura - Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 Fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas, Praia, 2003 p.21.

a longo prazo, sendo necessária uma equipa com amplos conhecimentos técnicos e requisitos de gestão adequados para se alcançar a missão organizacional da área natural protegida.

O entrevistado apontou como ameaças, as alterações climáticas que podem provocar a seca e, consequentemente, a perda da biodiversidade, a pobreza, a exploração de recursos de forma irracional como é o caso da extracção de inertes.

A degradação do solo e as espécies exóticas invasoras são as principais ameaças à biodiversidade em Cabo Verde. Contudo, nas próximas décadas, a mudança climática será a ameaça mais significativa. As previsões de cenários das mudanças climáticas para o país elevam efeitos negativos significativos sobre o estado da biodiversidade dos ecossistemas terrestres e marinhos. Vários habitats e nichos podem ser perdidos devido às alterações climáticas, agravando o nível de ameaça sobre os ecossistemas, o que poderá provocar a extinção de espécies menos resistentes.

Para adaptação às alterações climáticas, o país deverá dispor de planos estratégicos, incluindo estratégias de controle e/ou mitigação dos impactos das mudanças climáticas sobre as áreas protegidas e incorporar as alterações climáticas na estratégia desses espaços.

A ligação entre os meios de subsistência sustentáveis e a boa gestão dos recursos naturais apoiados pela conservação ambiental, permitirão a regulamentação do uso de recursos a nível local, de forma a materializar o potencial económico das áreas protegidas (APs) e áreas marinhas protegidas (AMP), envolvendo as comunidades adjacentes no esforço de conservação e o efeito será para comprovar que as abordagens sustentáveis para a gestão dos recursos e conservação do ambiente levam à redução da pobreza rural. Com a criação e implementação de áreas protegidas em Cabo Verde, a gestão o Parque Natural de Serra Malagueta tem conseguido sensibilizar, minimizar e transformar muitas ameaças em oportunidades.

Relativamente a terceira questão, que apreciação faz sobre a gestão dessas áreas protegidas, com destaque para o referido Parque Natural, o entrevistado é da opinião de que a gestão do parque natural deve ser orientada para o desenvolvimento sustentável, ou seja, o equilíbrio entre o ambiental, o social e o económico. Numa área protegida, bem como na sua gestão,

quando um desses elementos, que constituem o pilar do desenvolvimento sustentável, prevalece em detrimento do outro, não se está perante uma boa gestão, isto porque no Parque existem presenças significativas de flora e fauna endémicas da ilha e do país, que merecem atenção especial e, não estão sendo respeitados como deveriam ser, ou seja, de acordo com recomendações ou propostas apresentadas no plano de gestão, monitorização e estratégia de ecoturismo.

O entrevistado afirma que o desenvolvimento e a implementação das atividades no parque estão mais voltados para o desenvolvimento social do que a própria conservação e preservação ambiental, que é o objetivo principal para o qual o Parque foi criado. Uma boa gestão passa-se por um conjunto de ações e de instrumentos, tais como a organização, a administração, o manejo, a execução, a proteção e a conservação dos elementos de um determinado espaço, conciliando-se os interesses de conservação do sistema ecológico com o uso sustentável dos recursos naturais, integrando os actores sociais como as Autarquias Municipais, as Delegações do Ministério de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, do Tarrafal e de São Miguel, uma vez que, as autarquias municipais não participam na gestão do Parque.

Segundo o entrevistado, a estrutura organizacional do Parque encontra-se dividido em quatro setores, nomeadamente, a administração, o desenvolvimento comunitário, o seguimento ecológico e o ecoturismo, a fim de levar adiante as atividades propostas nos planos existentes, em que cada sector apresenta planos de atividades bem como os projectos para serem apreciados e financiados.

Tendo em consideração o exposto, é de realçar que a conservação do Parque pressupõe um duplo desafio. Por um lado, travar os processos de degradação dos ecossistemas, resultantes do êxodo rural e introdução de novos valores patrimoniais ou sobre-exploração dos recursos e por outro, preservar os valores, compatibilizando e promovendo os usos e actividades que proporcionem o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações, tendo sempre presente os princípios de desenvolvimento sustentável. E, tendo em conta os potenciais constrangimentos que resultarão de resistências à aplicação de certas medidas de políticas que impliquem mudanças de atitude, estrategicamente, é importante envolver e

motivar tanto as instituições com responsabilidades na área, como a população e os agentes locais na gestão do Parque¹⁶⁵.

A gestão das áreas protegidas tem como principais objectivos, a conservação dos espaços, da biodiversidade e dos processos ecológicos que nela acontecem, o desenvolvimento socioeconómico sustentável, a participação dos actores envolvidos no espaço natural, o uso público do meio ambiente e a educação ambiental, em conformidade com a capacidade do território. Portanto, é necessário redefinir as orientações políticas e estratégicas sobre o desenvolvimento socioeconómico e as prioridades de conservação, preservação e gestão sustentável das áreas protegidas.

Relativamente a quarta questão, de que forma a cooperação institucional pode contribuir para uma melhor gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, o entrevistado é da opinião de que a mesma passa pela cooperação institucional, através de parcerias público-privadas. Estas parcerias devem ser multi-sectoriais, como por exemplo a formação e a capacitação em coordenação com as autoridades ou instituições responsáveis a esse respeito, parcerias e protocolo com as universidades sedeadas no país e no estrangeiro, em matéria de pesquisas, estágios e redução de propinas aos universitários e pesquisadores, parcerias com empresas e instituições turísticas para a promoção e a inclusão das áreas protegidas (APs), sobretudo a do Parque Natural de Serra Malagueta, nos roteiros turísticos, envolvimento da comunidade, através de associações comunitárias e grupos organizados na identificação e resoluções de problemas, parcerias público-privadas na infra-estruturação do Parque, nas implementações das actividades e nas elaborações dos planos detalhados.

Deve-se ter presente que o sistema de áreas protegidas em Cabo Verde encontra-se num estágio inicial de desenvolvimento, o que requer parcerias e reforço institucional, capacidades prementes e gestão significativa para tornar-se mais operacional e eficaz. A competência dos gestores em mobilizar e gerir parcerias, incluindo com a sociedade civil, as Organizações Não-Governamentais e o sector privado, é imprescindível para o sucesso da gestão dessas áreas.

¹⁶⁵ Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 p.17.

Segundo o entrevistado 2, o Parque Natural de Serra Malagueta tem conseguido parcerias importantes, o que se deve, em grande parte, às relações pessoais entre os representantes. Sendo assim, pode-se afirmar que é preciso mais parcerias e cooperações para efectivar uma gestão de qualidade e poder implementar todas as propostas e directrizes do plano de gestão.

De acordo com o entrevistado, as melhores políticas de gestão passam-se pelo envolvimento e participação de todos, ou seja, envolver e responsabilizar as autarquias municipais nas elaborações de planos conjuntas e atribuições de licenças de construções, saneamento bem como outras atividades, assinaturas de contratos, programas com várias instituições estatal e privados, atribuições de bolsas de estudos para investigações e pesquisas, admissão de estagiários, financiamentos de projectos, criação de mecanismos que envolvem a participação da comunidade na gestão do Parque, aberturas de concursos e encontros periódicos com instituições com responsabilidades em matéria de ambiente.

É de realçar que, um dos principais objectivos do projecto “ áreas protegidas de Cabo Verde” é garantir uma gestão integrada e participativa das áreas protegidas. Todavia, nem todas as instituições com responsabilidades e interesses na matéria tem sido envolvidas, o que representa uma grande fraqueza para gerir de forma eficaz e eficiente o Parque Natural de Serra Malagueta.

O **Entrevistado 5** considera como potencialidades do Parque Natural de Serra Malagueta, a situação geográfica, o clima húmido e ameno e uma biodiversidade importante, principalmente, em termos de flora e o grande número de plantas endémicas de Cabo Verde, o facto de ser interceptado pela Estrada Nacional ST 01 que atravessa de Norte a Sul da ilha, a existência de caminhos vicinais em toda a sua extensão, a existência de associações comunitárias, a extensão do Parque pelos concelhos de Santa Catarina, de São Miguel e de Tarrafal e a vontade política do Governo Central como local. Ainda, é de frisar que o Parque usufrui de grandes condições e características edafoecológicas singulares. No entanto, o entrevistado não mencionou nenhuma oportunidade como factor que condiciona a gestão do Parque.

O entrevistado apresenta como fraqueza que condiciona a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, a fraca organização dos moradores do parque e das redondezas, para, em parceria

com as outras instituições com responsabilidade na matéria assumirem uma gestão participada e descentralizada do Parque. O entrevistado destaca como maior ameaça, a prática de agricultura de sequeiro.

É de referir que a organização de moradores em associação reveste-se de um papel importante na gestão do Parque, uma vez que coordena e sintetiza as várias necessidades e interesses dos particulares, numa orientação homogénea de desenvolvimento. As associações enquanto representantes das comunidades podem fornecer indicações importantes sobre as necessidades dos residentes, para além de serem agentes de colaboração fundamental na gestão participativa do Parque. A esse respeito, é de dizer que, as comunidades do Parque Natural de Serra Malagueta encontram-se organizadas em associações, sobretudo de carácter comunitário, contudo, há constrangimentos no domínio de organização e liderança. A existência de associações organizadas e com liderança forte poderia ser uma grande potencialidade nas acções de formação e capacitação e na gestão do Parque.

As actividades culturais associadas à agricultura de sequeiro (mondas com enxadas) contribuem, em certa medida para a degradação do solo e da cobertura vegetal. Uma grande parte do parque em questão se caracteriza por um relevo muito acidentado e todas as intervenções que possam contribuir para a perda do solo devem ser evitadas, como é o caso da proibição de mondas com enxadas dentro do limite do parque.

Relativamente a questão que apreciação faz sobre a gestão do Parque Natural Serra Malagueta, o entrevistado afirma que, a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta tem sido boa, há muito trabalho a ser feito, sobretudo no que diz respeito ao envolvimento das autoridades locais (Municípios), moradores e organizações comunitárias locais, na sua gestão.

O entrevistado afirma ainda que o parque encontra-se em territórios municipais, sob as exigências e disposições dos Planos Directores Municipais, pelo que a cooperação com as Câmaras Municipais facilita a sua gestão. O Parque encontra-se aberto a instituições sociais e económicas variadas, nomeadamente as escolas, as igrejas, os centros de telecomunicações, as universidades, as empresas privadas, pelo que a cooperação com essas instituições é importante para a gestão eficaz do mesmo. Segundo Borrini & Feyerabend (1997) *apud* Cerati *et al* (2011:5), a instituição responsável pela área pode desenvolver uma “parceria com

importantes actores sociais envolvidos, incluindo primariamente residentes e usuários de recursos, que especificam e garantem suas respectivas funções, direitos e responsabilidades com relação à área”. E, deve-se ter presente que, o novo paradigma de gestão das áreas protegidas destaca a cooperação institucional como pilar para alcançar uma gestão eficaz das áreas protegidas, entretanto, isto não se verificou na gestão desse Parque.

Em relação as medidas de políticas que devem ser implementadas para que haja uma cooperação institucional que contribua para uma melhor gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, o entrevistado considera que o mais importante é que os instrumentos de gestão (legislação, programas e projetos) sejam concebidos, elaborados e implementados num quadro de abordagem participativa, isto é, o envolvimento de todos, nomeadamente do Governo Central, das Câmaras Municipais, das Organizações Não-Governamentais e das organizações da sociedade civil no processo de gestão do Parque.

Para Carlsson & Berkes (2003) *apud* Cerati *et al* (2011:5), compreendem a gestão participativa como “uma rica rede de relações e acordos ligando diferentes partes do sector público a actores privados igualmente heterogéneos”. Essa concepção parte do pressuposto de que o Estado e a sociedade civil não constituem uma unicidade, mas são formados por diferentes actores sociais com interesses diversos, pelo que se pode concluir que, através da cooperação institucional e parcerias, se pode definir e redefinir, continuamente, o modo como os diferentes actores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do Parque do Parque Natural de Serra Malagueta e também como se distribuem os custos e benefícios decorrentes da acção destes agentes” face a gestão deste.

O **Entrevistado 6**, não apontou as potencialidades e as oportunidades do Parque Natural de Serra Malagueta, e afirma que, uma melhor gestão das áreas protegidas, com particular realce para esse Parque Natural passa essencialmente pela conservação da vegetação, particularmente as espécies endémicas que oferecem um melhor *habitat* para espécies faunísticas (aves e répteis). Também, essa gestão passa pela construção de diferentes trilhos e sinalização do Parque e redução do número de grupos de visitantes que podem ser 10 ou menos por cada grupo, que devem ser sempre acompanhados de técnicos especializados.

É de realçar que o Parque dispõe de uma rede de trilhos interpretativos que permitam o acesso aos principais sistemas ecológicos e culturais do Parque. Dos dez trilhos existentes no Parque, os mais procurados são trilhos Ambiental e Oriental, o que se deve ao grau de facilidade do acesso, a proximidade do Centro Ambiental, tempo disponível pelos visitantes e toda a actividade de educação ambiental assentam-se à volta destes trilhos¹⁶⁶. E, as principais infra-estruturas e as instalações dos serviços do Parque, assim como os trilhos, encontram-se convenientemente sinalizadas.

Relativamente a questão, quais às fraquezas e às ameaças que condicionam a gestão dessas áreas protegidas, com realce para a do Parque Natural de Serra Malagueta, o entrevistado considera como fraquezas a escassez de água que possa cobrir as exigências do coberto vegetal e a falta de manutenção, tendo como consequência ameaças à degradação do Parque em si, e de algumas espécies ali existentes. Quanto às ameaças, o entrevistado considera que apesar do Parque estar localizado a uma altitude acima dos 800 metros, onde o microclima pode favorecer a muitas espécies, algumas podem não adaptar-se totalmente.

Como fracção integrante das montanhas da ilha de Santiago, o Parque é uma das mais abundantes em humidade, com um número significativo de dias nublados durante o ano, permitindo a recolha de água para as comunidades dentro e à volta do Parque, através de sistemas de captação de água de nevoeiro. A pluviosidade no Parque é considerada elevada, em comparação com as outras zonas da ilha e existe uma elevada precipitação oculta e uma baixa evapotranspiração, o que a favorece o aumento da reserva hídrica no solo, com reflexos positivos no desenvolvimento das plantas. Ainda, existem em Serra Malagueta bacias hidrográficas que se ramificam em numerosas ribeiras e também é possível encontrar várias nascentes e algumas linhas de água permanente¹⁶⁷.

O microclima da região de Serra Malagueta apresenta-se algumas especificidades dentro do panorama geral do clima a nível nacional. Nesse Parque, encontram-se tipos distintos de *habitats*, devido à variedade de altitude e de microclima, pelo que de é realçar que o clima

¹⁶⁶Cfr. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – Relatório Anual das Actividades – Parque Natural de Serra Malagueta, Dezembro de 2011.

¹⁶⁷Vide Ministério de Ambiente e Agricultura – Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008 pp.25-29.

tropical seco, associados a outros factores como a altitude, a exposição das encostas, revelam-se grandes potencialidades da região para um desenvolvimento sócio ambiental sustentável.

O entrevistado considera satisfatória a gestão desse Parque, quer em termos do coberto vegetal, saneamento do lugar, quer em termos de parcerias com instituições internacionais principalmente as embaixadas sedeadas em Cabo Verde, e afirma que se a gestão das outras áreas protegidas tiverem a mesma política e estratégia, garante que país está num bom caminho.

O entrevistado considera haver boas parcerias institucionais, contrariando a posição dos entrevistados 1,3,4 e 5, que dizem não ter sido cumpridos os objectivos traçados pelo plano de gestão e que o Parque depara com problemas a nível de participação das comunidades e das autarquias locais, que como já foi referido, não há uma relação de cooperação entre o Câmaras Municipais e a administração do Parque.

No que diz respeito a pergunta, de que forma a cooperação institucional pode contribuir para uma melhor gestão desse Parque Natural, o entrevistado entende que a gestão das áreas protegidas, em concreto a do Parque Natural de Serra Malagueta, deve estar sempre em constante interacção com outras instituições que trabalham em áreas análogas, e que facilita a troca de experiências e de conhecimentos e prestação de serviços.

Deve-se ter presente que, para a implementação de uma gestão eficaz, integrada e sinérgica das áreas protegidas, utilizando a abordagem participativa, é importante a capitalização de experiências existentes e o reforço das relações institucionais a nível regional e global.

Em relação a questão, que medidas de políticas devem ser implementadas para que haja uma cooperação institucional que contribua para uma melhor gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, o entrevistado defende a aplicação escrupulosa da Lei Florestal. Este Diploma Legislativo já possui todos os elementos para uma excelente gestão desse Parque.

Em Cabo Verde, para além da existência de um pacote legislativo extenso relativo a matéria de ambiente, o Parque Natural de Serra Malagueta dispõe de um Plano de Gestão que se insere no âmbito das exigências constantes do art.º 16 do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de

Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas e que determina as directrizes e norteia os programas, os projectos e as acções que devem ser concretizados.

É de referir que o cumprimento da Lei Florestal, por si só, não garante e nem traduz numa cooperação institucional que contribua para uma melhor a gestão das áreas protegidas. É preciso sensibilizar instituições, criar sinergias entre os responsáveis em matéria do ambiente, os intervenientes e interessados, as empresas e, sobretudo, desconcentrar as decisões sobre a gestão do Parque.

3.2.1. Síntese da análise SWOT

No quadro 4 a seguir estão apresentadas, em conformidade com as informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa, a síntese dos pontos fortes e fracos sobre a cooperação institucional e a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta.

Quadro 4: Pontos fortes e fracos

Pontos fortes (Strength)	Pontos fracos (Weaknesses)
<ul style="list-style-type: none"> • Endemismos (fauna e flora) • Beleza e riqueza paisagística • Microclima ameno • Grande riqueza cultural • Um Parque habitado • Único Parque Natural na ilha de Santiago • Localização no meio rural, com condições favoráveis para prática de turismo de natureza • Trilhos reabilitados e sinalizados • Parque de campismo • Existência de Centro Ambiental • Existe um contexto institucional e legislativo geral favorável a gestão do Parque • Estudos e pesquisas feitos sobre o Parque • Sistemas de Captação de águas de nevoeiros • Existe um potencial humano de qualidade • Existência de Plano de Gestão, Leis e Decretos-Leis • A sua área está confinada a três municípios • Existência de Organizações Não-Governamentais ambientais e de Associações Locais • Existência de um Concelho Consultivo 	<ul style="list-style-type: none"> • A erosão natural do solo • Caça ilegal • Prática agricultura de sequeiro na área do Parque • Um Parque novo, a dar os primeiros passos • Carência de infra-estruturas • Extracção de inertes • Deficiente sistema de recolha e tratamento do lixo • Inexistência de sanitários • Plantas invasoras introduzidas • Não existem sinergias entre gestão do Parque e as Câmaras Municipais • Falta de comunicação e concertação ao nível dos parceiros locais • Falta de concertação institucional e sistémica na elaboração dos planos estratégicos • Inexistência de um organismo autónomo para a gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde • Descaracterização da paisagem devido às novas construções • Fraca organização das associações

Fonte: Elaboração própria (2012)

No quadro 5 encontram-se feitas, as oportunidades e as ameaças sobre a cooperação institucional e a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, com base nas informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa.

Quadro 5: Oportunidades e ameaças

Oportunidades (<i>Opportunities</i>)	Ameaças (<i>Threats</i>)
<ul style="list-style-type: none"> • Parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia • Adesão de Cabo Verde a OMC (Organização Mundial do Comércio) • O facto de Cabo Verde fazer parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PIED) • Programas de desenvolvimento de infra-estruturas na cidade da Praia e a construção de vários resorts turísticos • Localiza-se na maior ilha de Cabo Verde; • Existência de estrada nacional em boas condições que o interseta • Existência de aeroporto internacional e porto na ilha 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise económica mundial; • Êxodo rural • Escassez de água • Aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque • Alterações climáticas globais que podem provocar a seca e indutoras de alterações na distribuição dos <i>habitats</i> e espécies • A pobreza • Aumento da procura da região para o turismo • Desenvolvimento de novos projectos estruturantes, nomeadamente, a nova estrada que liga as cidades da Praia do Tarrafal via Figueira das Naus

Fonte: Elaboração própria (2012)

Com base na análise SWOT constantes dos quadros 4 e 5, é de realçar que o Parque Natural de Serra Malagueta dispõe de inúmeras potencialidades que permitam fazer uma boa gestão. Sendo o único da ilha de Santiago, localizado no meio rural, confinado aos municípios de Tarrafal, Santa Catarina e São Miguel, a sua gestão encontra-se condicionada por diversos factores que deverão ser tidos em considerações para que haja uma gestão eficaz.

Esse Parque Natural possui um conjunto de recursos naturais e culturais de grande interesse e que contribuem para um desenvolvimento endógeno sustentável. A beleza paisagística constitui, um dos aspectos de grande importância em relação à atracção de visitantes. Esse Parque goza de um conjunto de valores ecológicos, que se expõem numa grande variedade de ecossistemas e frui de um elevado potencial recreativo, científico e educacional. Os recursos potenciais mais importantes do Parque de Serra Malagueta estão ligados às actividades agrícola, pecuária, turística, artesanato, educativa, recreativa e científica.

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

O Parque Natural de Serra Malagueta usufrui de um Plano de Gestão e de um contexto institucional e legislativo geral favorável à sua gestão, para além da existência de Organizações Não-Governamentais ambientais, de Associações Locais, de um Conselho Consultivo, de um Centro Ambiental e o facto de manter a cooperação com diferentes parceiros.

Sendo esse Parque constituído por vários núcleos populacionais, muitas actividades são desenvolvidas no seu seio, nomeadamente, a caça ilegal, o abate clandestino de árvores, a extracção de inertes, a destruição de espécies endémicas para lenha, a inadequada recolha de pasto e a prática de agricultura de sequeiro. Entretanto, depara-se com uma ausência de unidades de alojamento, défice de infraestruturas, deficiente sinalização, Inexistência de sanitários e deficiente sistema de recolha e tratamento do lixo. Uma das grandes fraquezas que se verifica neste Parque está relacionada com a falta de sinergias, concertação, comunicação e cooperação institucional, entre a gestão do Parque com as respectivas Câmaras Municipais e os parceiros nacionais.

Com base nas informações das entrevistas constantes do quadro 5, a eficácia da gestão e a sustentabilidade do Parque Natural de Serra Malagueta dependem, em certa medida, de factores externos, nomeadamente os programas de desenvolvimento de infra-estruturas na cidade da Praia e a construção de vários *resorts* turísticos, resultará no aumento do turismo e também em mais oportunidades comerciais para o Parque da Serra Malagueta. Ainda, representam oportunidades para cooperação institucional e a gestão desse Parque, a parceria especial entre Cabo Verde e a União Europeia, a adesão de Cabo Verde a Organização Mundial do Comércio e o facto do país fazer parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a existência de Convenções internacionais sobre a proteção dos recursos naturais.

São objectos de ameaças à cooperação institucional e gestão desse Parque, a crise económica mundial, o êxodo rural, as espécies invasoras, a escassez de água, o aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque, as mudanças climáticas que podem provocar a seca e, consequentemente, a perda da biodiversidade, a pobreza, o turismo de massa.

Conclusão

As abordagens sobre a gestão das áreas protegidas sobre o desenvolvimento sustentável têm chamado atenção das autoridades, cientistas, investigadores e actores para a necessidade de um modelo de gestão institucional descentralizada e participativa. A falta de uma visão participada na gestão do ambiente que une esforços dos diversos intervenientes para a criação de complementaridade de actuação e sinergias é, sem dúvidas, o desafio do sector em Cabo Verde.

A gestão das áreas protegidas é importante para a salvaguarda da biodiversidade, o que requer o envolvimento de diferentes atores, com objectivo de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e, sendo assim, os dos parques naturais. E, tendo em consideração que as áreas protegidas são sistemas dinâmicos, a adopção de um modelo de gestão baseado em cooperação institucional, é imprescindível, uma vez que contribui para o aumento da interacção entre as instituições e o processo de formação e implementação de políticas e estratégias de gestão conducentes a resolução e/ou minimização de problemas do Parque Natural de Serra Malagueta, o que é pode ser extensivo à todas as áreas Protegidas em Cabo Verde.

Com a realização deste estudo, concluiu-se que, a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta não é eficaz e nem eficiente, o que requer, entre outras medidas de política e estratégias, uma melhor cooperação institucional entre os intervenientes nessa área. Assim, o

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

modelo de gestão da área protegida utilizado, embora esteja, em certa medida, em conformidade com os dispositivos legais em vigor em Cabo Verde, bem como os acordos e convenções internacionais, ainda não tem surtido o efeito desejado, devido, em parte, a falta de coordenação e concertação, entre os actores com responsabilidade directa sobre a gestão desse Parque, em decorrência de, entre outros aspectos, interesses pessoais, organizacionais, económicos, políticos, que ocorrem de forma rotineira e sem intervenção adequada, o que poderia ser considerado como estímulo para a confrontação de ideias a esse respeito e, sendo assim, criar ambientes favoráveis a decisões mais criativas e reflectidas.

Para uma gestão eficaz e sustentável das áreas protegidas e, sendo assim, dos parques naturais, o novo paradigma privilegia, para além da cooperação institucional, a participação da comunidade, na medida em que, estando ela engajada e consciente da importância da preservação dos recursos naturais e dos benefícios que o parque pode oferecer, a gestão do mesmo torna-se mais activa, efectiva e integrada o que não se verifica na gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, uma vez que as comunidades, dentro e ao redor; encontram-se organizadas em associações; pelo que deveriam ser envolvidas de forma activa na gestão desta área protegida.

O Parque Natural de Serra Malagueta dispõe de grandes potencialidades, que podem favorecer uma melhor gestão, com destaque para as suas características edafológicas únicas, os seus recursos naturais e culturais de grande interesse que contribuem para um desenvolvimento endógeno sustentável, as condições naturais e paisagística para a prática do ecoturismo, e o facto de se encontrar na confluência dos Municípios de Tarrafal, Assomada e São Miguel, com fortes potencialidades de desenvolvimento.

Apresenta-se como fraquezas que condicionam a gestão desse Parque, sobretudo a fraca promoção e marketing e a não existência de sinergias entre gestão do Parque e os municípios envolvidos. Estes, não participam na gestão do Parque, com reflexos negativos, a esse respeito, bem como em outras áreas, apesar do papel do poder local na conservação e gestão dos recursos naturais em Cabo Verde. Ainda, é de realçar que na gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, verifica-se fraca comunicação e concertação sistémica, ao nível dos parceiros locais e institucional na elaboração dos planos estratégicos e fraca organização das associações.

Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

Como oportunidades do Parque Natural de Serra Malagueta, são de destacar a existência de um aeroporto internacional na ilha, o facto de ser o único Parque Natural da ilha, a parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia, a adesão de Cabo Verde a Organização Mundial do Comércio, o facto de Cabo Verde fazer parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a existência de programas de desenvolvimento de infra-estruturas na cidade da Praia e a construção de vários *resorts* turísticos, localiza-se na maior ilha de Cabo Verde, a existência de estrada nacional em boas condições que o interseta, a existência de aeroporto internacional e porto na ilha.

É de frisar que várias são as ameaças que podem condicionar a gestão desse Parque Natural, nomeadamente a crise económica mundial, o êxodo rural, a escassez da água, o aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque, as alterações climáticas que podem provocar a seca e consequentemente a perda da biodiversidade e a pobreza, o que requer medidas de política e estratégias que garantam uma gestão eficaz das áreas protegidas em Cabo Verde, sendo assim do Parque Natural de Serra Malagueta.

Deve-se ter presente que uma boa gestão de áreas protegidas e, sendo assim, do Parque Natural de Serra Malagueta, passa necessariamente por uma melhor cooperação institucional, sobretudo num arquipélago de ecossistemas frágeis, como é o caso de Cabo Verde, são necessárias intervenções concertadas numa base de participação activa e efectiva, na concepção e implementação dos planos de conservação, nas actividades de gestão dos recursos e na criação de opções alternativas de subsistência visando a geração de rendimentos. Ainda, com a cooperação institucional pode permitir a criação forças, mobilizar recursos e traçar estratégias conjuntos, que permitam fazer uma melhor gestão, tendo em foco a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável desse Parque Natural.

É de realçar que a conservação do Parque Natural de Serra Malagueta pressupõe um duplo desafio. Por um lado, travar os processos de degradação dos ecossistemas, resultantes do êxodo rural e introdução de novos valores patrimoniais ou sobre-exploração dos recursos e por outro, preservar os valores, compatibilizando e promovendo os usos e actividades que proporcionem o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações, tendo sempre presente os princípios de desenvolvimento sustentável. E, tendo em conta os

potenciais constrangimentos que resultarão de resistências à aplicação de certas medidas de políticas que impliquem mudanças de atitude, estrategicamente, é importante envolver e motivar, tanto as instituições com responsabilidades na área, como a população e os agentes locais na gestão desse Parque.

Com base no exposto, ficou evidente que a metodologia utilizada para realização deste trabalho é adequada, uma vez que as hipóteses ficaram confirmadas, com excepção da hipótese 1, as perguntas de partidas respondidas e os objectivos traçados foram atingidos.

Para que a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta seja eficaz e eficiente, apresenta-se, entre outras sugestões, as seguintes:

- A Capacitação dos técnicos, dos coordenadores e dos gestores sobre a cooperação institucional e a gestão das áreas protegidas;
- A formação e sensibilização, sobretudo das Organizações da Sociedade Civil (OSC) sobre a cidadania ambiental, a cooperação institucional e a gestão das áreas protegidas, com base em paradigmas que garantam a sustentabilidade socioeconómica e ambiental dessas áreas;
- A adopção de medidas de políticas e estratégias que aproveitem as potencialidades e as oportunidades e minimizem e potencializem as fraquezas e ameaças constantes da parte prática deste trabalho;
- A implementação de um modelo de gestão participativa e democrática de forma viabilizar uma gestão adequada do Parque;
- A comunicação, a articulação e a coordenação, entre os responsáveis pela gestão das áreas protegidas e, sendo assim, do Parque Natural de Serra Malagueta, nomeadamente o Governo Central e Poder Local, as Organizações Não-Governamentais, as entidades privadas e a OSC; e
- Reforço da cooperação institucional e descentralizada, em matéria de gestão das áreas protegidas e, sendo assim, do Parque Natural de Serra Malagueta.

Bibliografias e Legislação

- **Livros e revistas especializadas**

Borrini & Feyerabend, G. - Manejo participativo de áreas protegidas: Adaptando o método ao contexto. Temas de Política Social. Quito, Ecuador: UICN Sur. 1997.

Brito A. & Semedo J. M. – Nossa Terra Nossa Gente, introdução à geografia de Cabo Verde, Fevereiro de 19975 p.11

Calado, H., et all - Integrated Coastal Zone Management Strategies on Small Islands. Journal of Coastal Research, SI, 2007.

Carlsson, L. & Berkes, F. - Co-management: concepts and methodological implications. Journal of Environmental Management. v. 75, n°1, 2005 pp.65-76.

_____. Co-Management Across Levels of Organization: Concepts and Methodological Implications." Presented at "Politics of the Commons: Articulating Development and Strengthening Local Practices", Chiang Mai, Thailand, Julho de 2003 p.11-14.

Cerati T. M. et All - Gestão Participativa em uma Unidade de Conservação Urbana: A busca de estratégias para conservar o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil Revista Interfacehs – Vol. 6, n° 1, Artigo, Abril. 2011 p.4.

Côrte, D. A. A. - Planejamento e gestão de APAs: Enfoque Institucional, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília 1997.

Dornbusch, R., Fischer, S. - Macroeconomia. 5° Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 199 p.930.

Eschenburg, R. - Cooperação e organização da suprema vontade. In: Boettcher, E. (org.) Problemas de direcção em cooperativas. Florianópolis: UFSC/Assocene, 1983.

Fundação o Boticário de Protecção à Natureza, Gerenciamento de Áreas de Protecção Ambiental no Brasil. Curitiba: Guapyassú, 2003 p.24.

Hardt, L. P. A. e Hardt, C. - Reflexões sobre políticas ambientais e urbanas no âmbito do planejamento e gestão de unidades de conservação. In D. Orth e E. Debetir (Orgs.) Unidades de Conservação – gestão e conflitos. Florianópolis: Insular, 2007 pp.111-135.

Irving, M. et all (org.) - Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio/Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006.

Lakatos, E. & Marconi, M. - Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

Lanna, A. A. - A inserção da gestão das águas na gestão ambiental. In Munõz, H. R. (Org.). Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da lei de a'guas de1997. (2° Ed.). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

Medeiros, J. D. - Criação de unidades de conservação no Brasil. In D. Orth e E. Debetir (Orgs.) Unidades de conservação – Gestão e conflitos. Florianópolis: Insular, 2007 pp.67-88.

Miller, K. R. - Balancing the scales. Guidelines for increasing biodiversity's chances through bioregional management. Washington DC: World Resources Institute, 1996.

Netto, A.D. - Planejamento para desenvolvimento económico. São Paulo: Pioneira, 1966:127.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004 p.45

Pereira, L. - O Conceito Histórico do Desenvolvimento Económico, Fundação Getúlio Vargas Ed, 2006 p.24.

Rousseau, J. J. - Do Contrato Social. (tradução: Pietro Nassetti). São Paulo: Martin Claret. (Coleção Obra Prima de Cada Autor), 2004 p.31.

Santos, R. F. - Apostila de gerenciamento ambiental. UNICAMP. Faculdade de Engenharia Civil. Campinas, SP. 2000a.

- **Documentos de trabalho**

Cabo Verde Natura - II Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas de Sal, Boa Vista y Maio, 2001.

Comissão Europeia, Convenção sobre a Diversidade Biológica: Implementação na União Europeia, Serviços das Publicações das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2006.

Instituto Nacional de Estatística (INE) - Censo 2010 – IV Recenseamento Geral da População e Habitação – RGPH 2010.

Ministério da Agricultura e das Pescas (MAP) - Segundo Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade, Praia, 2002.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. Praia, 2003

_____. Perfil Ambiental de Cabo Verde, Praia, 2004^a, p.28.

_____. Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) - Documento Síntese, Praia, Fevereiro 2004.

_____. Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004.

_____. Auto – avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental, Relatório do Perfil Temático na área da CBD/ Conservação da Diversidade Biológica em Cabo Verde, 2006

_____. Projecto Áreas Protegidas Serra Malagueta – Relatório Sócio Económico Serra Malagueta, 2006.

_____. Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008.

_____. Plano de Gestão do Parque Natural de Monte do Fogo, Praia, Dezembro de 2008.

Neves, A. D. & Morais, L. L. - Actividades rurais e a degradação ambiental – Estudo de caso; SEPA, MORABI, MFC; Praia, 1997 p.72.

Pinho, D. B. - Que é cooperativismo. São Paulo: Buriti, 1996 p.43.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010.

Santo, C. T. M. et al - Discutindo Formas de Gestão Organizacional: a autogestão e a co-gestão - Relatório final do projeto interdisciplinar, apresentado ao Curso de Administração da Faculdade Novos Horizontes como requisito parcial para aprovação nas disciplinas do 2º semestre. Belo Horizonte, Maio de 2008 p.20.

Rocha, C. et al - Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental (NCSA -GEM) – Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três convenções (Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD), Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), Documento final, Praia, Abril de 2007 p.5.

Rocha C. & Neves A. - Auto-Avaliação das Capacidades Nacionais para a gestão ambiental global (NCSA – GEM), Estratégia - Estratégia e Plano de Acção Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde – Documento Final - Setembro de 2007 p.16.

World Tourism Organization (WTO) - Making Tourism Work for Small Island Developing States. Madrid (Espanha), 2004 p.87.

- **Teses e Dissertações**

Abreu, J. B. M. - Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental em Áreas Protegidas. Portugal: Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil Gestão e Sistemas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2011.

Gomes, C. C. B. M. C. - Governança das Áreas Marinhas Protegidas da Província Biogeográfica da Macaronésia, Tese de Mestrado em Biologia e Gestão dos Recursos Marinhos, Universidade de Lisboa, Novembro 2007.

Lima, L. H. A. - Áreas Protegidas e/ou Zonas de Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde? O caso da Boa Vista. Tese de Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras, Universidade de Aveiro, 2008.

Marciel, B. A. - Desenvolvimento sustentável, área de concentração em política e gestão ambiental, dissertação de mestrado profissionalizante – grau mestre em opção profissionalizante – Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, Abril 2007.

Medeiros, R. - A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. Tese de Doutorado em Geografia. 2003 p.391

Mourão E. S. - Pesquisas Científicas e Gestão nas Unidades de Conservação Federais do Amazonas, dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas Manaus- UFAM, 2010.

Pereira, J. M. - O Património Geológico da ilha de Santiago (Cabo Verde): Inventariação Caracterização e Propostas de Valorização. Tese de Mestrado. Universidade do Minho, 2005 p.92.

_____. Concepção de uma Estratégia de Geoconservação para Cabo Verde e sua Aplicação à Ilha de Santiago. Tese de Doutoramento em Ciências, Área de Conhecimento de Geologia, Universidade do Minho, Outubro de 2010.

- **Sitografias**

Agência Europeia do Ambiente, biodiversidade. Disponível em: <<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/biodiversity>>, consultado em 27 de Julho de 2012>

Banco de Cabo Verde (BCV), Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos Países Manos Avançados, dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.nu.cv>>, consultado em 23 de Abril de 2012>.

_____. Relatório do conselho de administração-relatório e contas 2010, disponível em: <<http://www.bcv.cv/>>, consultado em 13 de Março de 2012>.

Banco Espírito Santo (BES) - Cabo Verde Economic Outlook, Economia em aceleração, Research Note, A porta atlântica da África Central. Disponível em: <<http://www.bes.pt/>>, consultado em 29 de Abril de 2012>.

Embrapa - Glossário, disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/FeijaoVarzeaTropical/glossario.htm>>, acessado em 12 de Agosto de 2012>.

Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, Dicionário da língua portuguesa com acordo ortográfico, disponível em: <<http://www.infopedia.pt/lngua-portuguesa/>> coopera %C3%A3o, consultado em 05 de Agosto de 2012>.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) - Cristina Vieira, Cento e Picos Termos sobre Conservação da Natureza, 2009, disponível em: <<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vEN2007/>>, cessado em Maio de 2012>.

International Union for Conservation of Nature (IUCN) - Defining Protected Area Management Categories. Disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html, consultado a 16/04/2012>.

Jornal OJE - Fitch coloca Cabo Verde em B+, disponível em: <<http://www.jornaloje.pt/>, acessado em 18 Abril de 2012>

Lima, L. & Martins, F. - Os desafios da gestão costeira em Cabo Verde, disponível em : <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%201/260A.pdf>, consultado em 12 de Julho de 2012>

Localização do arquipélago de Cabo Verde. Disponível em: <<Http://www.turim.cv/>, consultado em Março de 2012>

Luciano Lannes & Mónica Teixeira - Cooperação, resumo do livro por Tânia Reis, Dezembro de 2007, disponível em: <<http://pt.shvoong.com/socialsciences/1724705-coopera%C3%A7%C3%A3o/#ixzz1wsnSIg3v/>, consultado em 28 de Maio de 2012>.

Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) - Áreas protegidas, objectivos e princípios, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55&lang=en, acessado em Fevereiro de 2012>

_____.Área protegida na legislação cabo-verdiana, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=57&lang=en, consultado em 25 de Abril de 2012>

_____.Categorias das áreas protegidas, disponível em: <http://www.Áreasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56&lang=en, consultado em 25 de Abril de 2012>

_____. Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999, disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 2012>.

Paula Nunes (2008), conceito de desenvolvimento sustentável, disponível em: <<http://www.knoow.net.cienceconempr/economia/desenvolvimentosustentavel.htm>, acessado em Agosto de 2012>.

Ministério da Educação e Ciência, Portal Educação, Artigos de Biologia, o que é conservação, disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/7087/o-que-e-conservacao>, consultado em 12 de Agosto de 2012>

PUC-RIO - Panorama Histórico, Político e Sócio-Econômico de Cabo Verde. disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

Revista de Administração de empresas, ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável, São Paulo, Junho de 1992, disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_s0034-7501992000200003.pdf>

Resende, D. A. & Dias, N. C. (2005) - Indicadores para gestão ambiental urbana: Modelagem e mapeamento. In Seminário Gestão de Negócios, 2, Anais eletrônicos. Curitiba: UniFAE Centro Universitário. Acedido em Março de 2012, em: <http://www.fae.edu/publicacoes/se2_apresentacao.asp>.

Rio+20 - Programa das Nações Unidas Para o Ambiente (PNUA), Rio +20 cúpula. Disponível em : <[Http://www.unep.org/wed/RIO20/](http://www.unep.org/wed/RIO20/), cessado em 25 de Junho de 2012>

Sistema de Informação Ambiental (SIA), Instrumentos jurídicos. Disponível em: <<http://www.sia.cv/index.php/pt/sia/instrumentos-juridicos/>, consultado em Maio de 2012, consultado em 25 de Maio de 2012>.

United Nations Conference on Environment & Development (UNEP) - Agenda 21, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado em Fevereiro 2012>.

Valadares, J. H. - A Moderna Administração em Cooperativas – MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getulio Vargas – Cursos “*in Company*”. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administr_Co...-Brasil, acessado em 12 de Junho de 2012>

- **Legislação cabo-verdiana**

Cabo Verde. Constituição da República de Cabo Verde. 4ª edição, Praia, 2010.

_____. Decreto-Lei n.º43/2010, de 27 de setembro, que o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, Praia, 2010.

_____. Resolução n.º41/2008, de 8 de Dezembro, que aprova o Plano de Gestão de Monte Gordo, Praia, 2008.

_____. Resolução n.º40/2008, de 8 de Dezembro, que aprova o Plano de Gestão de Serra Malagueta, Praia, 2008.

_____. Decreto-Regulamentar n.º3/2008 de 2 de Junho, que delimita o Parque Natural do Fogo, Praia, 2008.

_____. Decreto-Legislativo n.º2/2007, de 19 de Julho, que define o regime jurídico dos usos do solo, Praia, 2007.

_____. Decreto-Lei n.º29/2006, de 6 de março, que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos, públicos ou privados, susceptíveis de produzirem efeitos no meio ambiente, Praia, 2006.

_____. Decreto-lei n.º 81/2005 de 5 de Dezembro, que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico, Praia, 2005.

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

_____. Decreto-Lei n.º 53/2005, de 8 de agosto, define os Princípios Gerais da Política de Aproveitamento Sustentável dos Recursos Haliêuticos, Praia, 2005.

_____. Resolução 16/2005, de 9 de maio, aprovando o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, horizonte 2015 e o Plano de acção 2005/2008, Praia, 2005.

_____. Resolução n.º 14/2005, de 25 de Abril, aprovando o Segundo Plano de Acção par o Ambiente (PANA II), no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do ambiente, Praia, 2005.

_____. Resolução n.º 3/2005, de 21 de fevereiro, aprovando o Plano de Gestão dos Recursos de Pesca, Praia, 2005.

_____. Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia, Praia, 2003.

_____. Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras, Praia, 2003.

_____. Decreto-Lei n.º 03/2003, de 24 Fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas, Praia, 2003.

_____. Decreto-Regulamentar n.º 7/2002 de 30 de Dezembro de 2003, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção, Praia, 2002.

_____. Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de dezembro, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção, Praia, 2002.

_____. Resolução n.º 3/2000, de 31 de janeiro, aprovando a Estratégia Nacional e o Plano de Acção à Biodiversidade, Praia, 2000.

_____. Resolução n.º 4/2000, de 31 de janeiro, aprovando o Programa Nacional de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, Praia, 2000.

_____. Decreto-Lei n.º 48/II/98, de 6 de abril, que regula a actividade florestal, Praia, 1998.

_____. Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho, que desenvolve as Bases da Política do Ambiente, Praia, 1997.

_____. Lei n.º 86/IV/93, de 26 de Julho, que define as Bases da Política do Ambiente, Praia, 1993.

_____. Decreto-Legislativo n.º 2/93, de 1 de fevereiro, que declara como zonas turísticas especiais as áreas identificadas como possuidores de especial aptidão para o turismo, Praia, 1993.

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

_____. Lei n.º102/III/90, de 29 de dezembro, que estabelece as Bases do património cultural e natural, Praia, 1990.

_____. Decreto n.º63/89, de 14 de setembro, que estabelece as Bases da legislação relativa aos animais e à pecuária, Praia, 1989.

Apêndices

Apêndice 1 - Guião de entrevistas feitas aos sujeitos de pesquisa

Este guião de entrevista é parte integrante da monografia intitulada “Cooperação Institucional e Gestão das Áreas Protegidas: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta”, inserida no âmbito do curso de licenciatura em Economia e Gestão, variante Projecto de Cooperação e Desenvolvimento (PCD), realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Com a realização desta entrevista, pretende-se obter informações para fazer a análise da Gestão das Áreas Protegidas em Cabo Verde, tendo como o estudo de caso o Parque Natural de Serra Malagueta, de forma a evidenciar a relação entre cooperação institucional e gestão dessas áreas.

A sua colaboração é indispensável para a realização deste trabalho. Sendo assim, agradecia-lhe que responda, com sinceridade, à todas as questões formuladas, visto que as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

I. Informações gerais

1. Nome do entrevistado (a)-----
2. Cargo/função-----
3. Instituição/organização em que trabalha-----
4. Data da realização da entrevista-----
5. Código-----

II. Roteiro das perguntas

1. Quais as potencialidades e as oportunidades existentes que podem favorecer uma melhor gestão do Parque Natural de Serra Malagueta?
2. Quais as fraquezas e as ameaças que condicionam a gestão do Parque Natural de Serra Malagueta?
3. Que apreciação faz sobre a gestão desse Parque Natural?
4. De que forma a cooperação institucional pode contribuir para uma melhor gestão do referido Parque Natural?
5. Que medidas de políticas e estratégias devem ser implementadas a nível da cooperação institucional de forma a contribuir uma melhor gestão do Parque Natural em referência?

Apêndice 2



Fig. 1: Mulheres a dançarem o batuque
Fonte: Tavares, 2012

Apêndice 3



Fig. 1: Mini maratona Serra Malagueta, realizado em comemoração do Dia Mundial do Ambiente
Fonte: Tavares, 2012

Anexos

Anexo1

Quadro1: Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas referente as ilhas de Barlavento

Ilha	Espaço Natural	Categoria
Santo Antão	Moroços	Parque Natural
	Cova/Ribeira Paúl/Torre	Parque Natural
	Cruzinha	Reserva Natural
	Pombas	Paisagem Protegida
	Tope de Coroa	Parque Natural
S. Vicente	Monte Verde	Parque Natural
Santa Luzia	Santa Luzia	Reserva Natural
Ilhéus Branco e Raso	Ilhéus Branco e Raso	Reserva Integral
S. Nicolau	Monte Gordo	Reserva Integral
	Monte do Alto das Cabeças	Reserva Natural
Sal	Salinas de Pedra Lume e Cagaral	Paisagem Protegida
	Monte Grande	Paisagem Protegida
	Rabo de Junco	Reserva Natural
	Baía da Murdeira	Reserva Natural (Marinha)
	Costa da Fragata	Reserva Natural
	Serra Negra	Reserva Natural
	Buracona-Ragona	Paisagem Protegida
	Salinas de Santa Maria	Paisagem Protegida
	Morrinho do Filho	Monumento Natural
	Ponta de Sino	Reserva Natural
	Morrinho do Açúcar	Monumento Natural

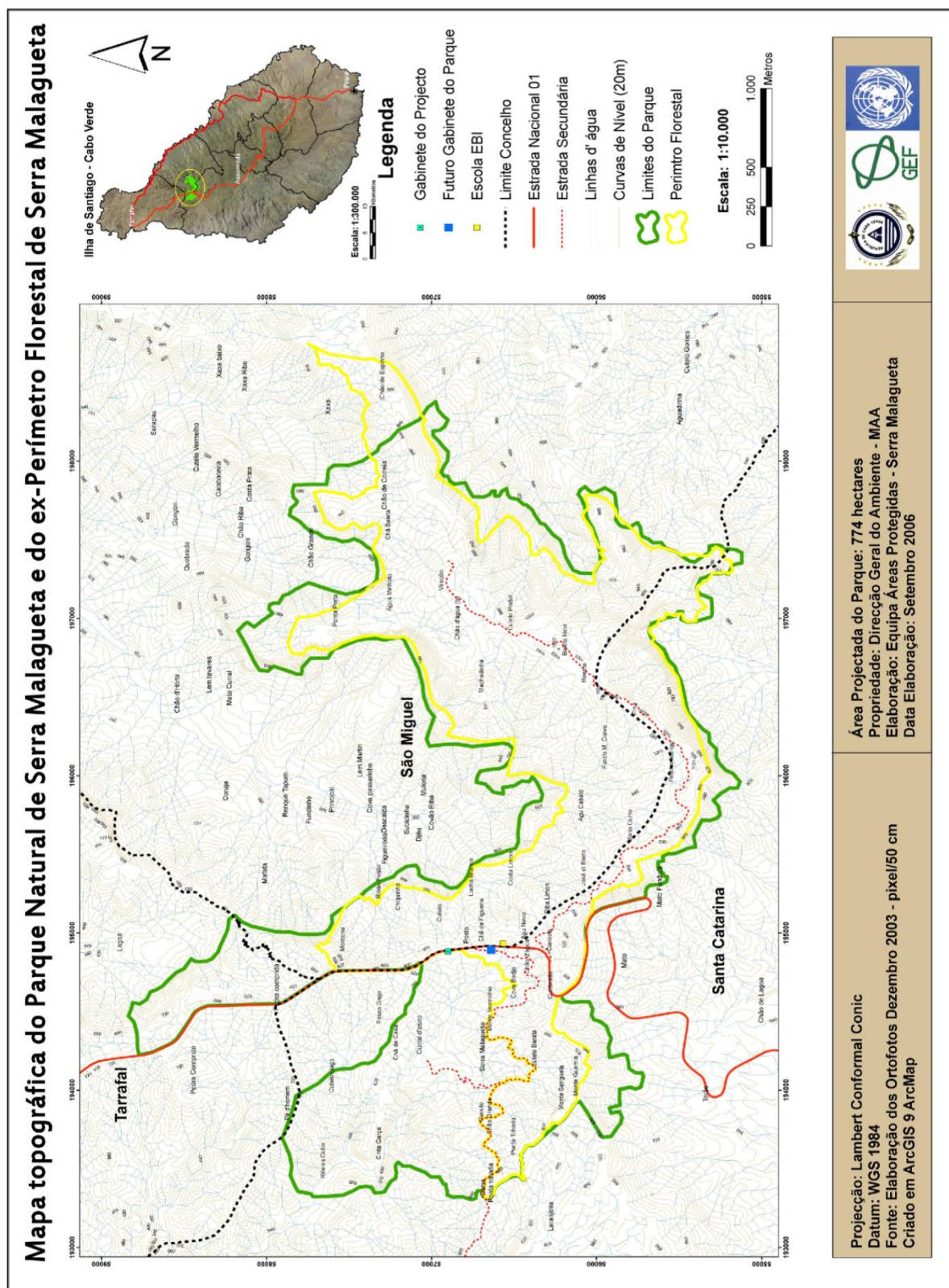
Fonte: Vide Ministério de Ambiente e da Agricultura Direção Geral do Ambiente, Decreto-Lei n° 32003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas.

Quadro 2: Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas referente às ilhas de Sotavento

Ilha	Espaço Natural	Categoria
Maio	Terras Salgadas	Reserva Natural
	Casas Velhas	Reserva Natural
	Barareiro e Figueira	Parque Natural
	Lagoa Cimidor	Reserva Natural
	Praia do Morro	Reserva Natural
	Salinas de Porto Inglês	Paisagem Protegida
	Monte Penoso e Monte Branco	Paisagem Protegida
	Monte Santo António	Paisagem Protegida
Boa Vista	Boa Esperança	Reserva Natural
	Ilhéu de Baluarte	Reserva Natural Integral
	Ilhéu dos Pássaros	Reserva Natural Integral
	Ilhéu de Curral Velho	Reserva Natural Integral
	Ponta do Sol	Reserva Natural
	Tartaruga	Reserva Natural
	Parque Natural do Norte	Parque Natural
	Monte Caçador e Pico Forçado	Paisagem Protegida
	Morro de Areia	Reserva Natural
	Curral Velho	Paisagem Protegida
	Monte Santo António	Monumento Natural
	Ilhéu de Sal-Rei	Monumento Natural
	Monte Estância	Monumento Natural
	Rocha Estância	Monumento Natural
Santiago	Serra da Malagueta	Parque Natural
	Serra do Pico de Antónia	Parque Natural
Fogo	Bordeira, Chã das Caldeiras e Pico Novo	Parque Natural
Ilhéus do Rombo	Ilhéus do Rombo	Reserva Integral

Fonte: Vide Ministério de Ambiente e da Agricultura Direção Geral do Ambiente, Decreto-Lei n° 32003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas.

Anexo 2



Carta Topográfica do Parque Natural de Serra Malagueta
Fonte: Disponível em: <<http://www.sia.cv/>>, consultado em Maio de 2012>

Anexo 3

Imagens sobre Serra Malagueta e suas manifestações culturais



Fig. 1: Casas típicas do meio rural – Curral d’Asno
Fonte: Disponível em: <<http://www.ecoserramalagueta.cv/>>,
consultado em 16 de Junho de 2012>



Fig. 2: Antiga capela de Curral d’Asno
Fonte: Norberto Furtado (2009)



Fig. 3: Casa típica dos “rabelados” na comunidade Fundura
Fonte: Disponível em: <<http://www.ecoserramalagueta.cv/>>,
consultado em 16 de Junho de 2012>



Fig. 4: Trapitche – Ribeira de Principal

Fonte: Disponível em: <<http://www.areasprotegidas.cv/serramalagueta>,
consultado em Maio de 2012>

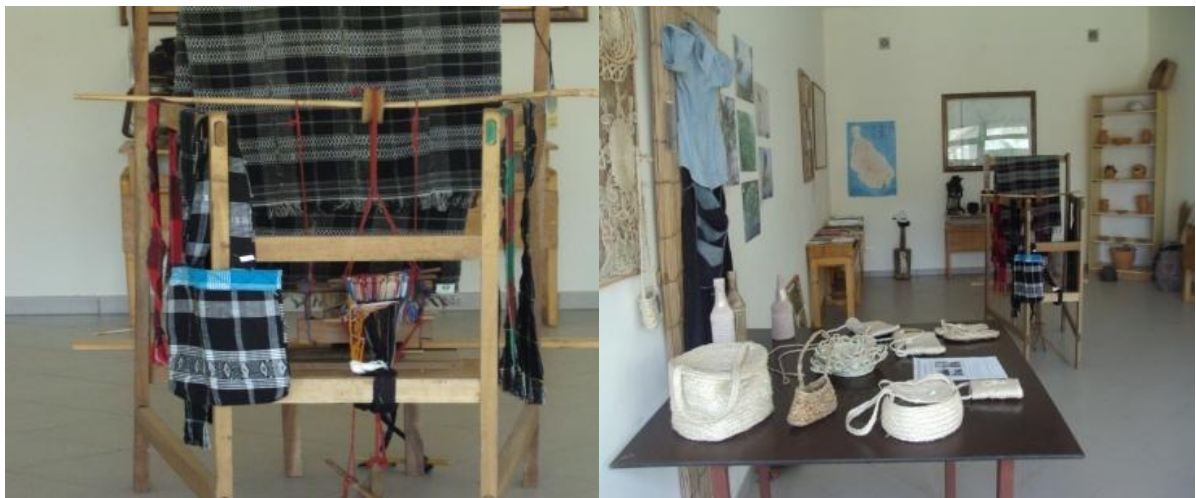


Fig. 5: Produtos artesanais confeccionados pela comunidade do Parque

Fonte: Disponível em: <<http://www.ecoserramalagueta.cv/>,
consultado em 16 de Junho de 2012>

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**



Fig. 6: Centro Ambiental do Parque Natural de Serra Malagueta

Fonte: Disponível em: <<http://www.ecoserramalagueta.cv/>,
consultado em 16 de Junho de 2012>